



DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

em revista

Publicação do Exército Brasileiro | Ano 008 | Edição 022 | Abril a Junho de 2020



**COMANDO
DE OPERAÇÕES
ESPECIAIS**



**O CONFLITO ASSIMÉTRICO COLOMBIANO E SUAS LIÇÕES PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO
OS DESTACAMENTOS DE AÇÕES DE COMANDOS NAS OPERAÇÕES NO AMPLO ESPECTRO**

O TIRO DO MÍSSIL TÁTICO DE CRUZEIRO POR FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

UMA PROPOSTA DE FORÇA-TAREFA CONJUNTA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

A PRESENÇA BRASILEIRA NA ESCUELA DE LANCEROS DA COLÔMBIA -

UM RETRATO DO BATALHÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES ESPECIAIS

COMPLEXIDADE: O ELO ENTRE DQBRN E OPERAÇÕES ESPECIAIS

AS OPERAÇÕES ESPECIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

MENSAGEM DO COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Caro Leitor,

A presente edição da Doutrina Militar Terrestre em Revista, periódico do Centro de Doutrina do Exército, dedica-se a divulgar as lições identificadas pelo Comando de Operações Especiais (COOpEsp) no desempenho de suas múltiplas missões, em perfeita harmonia com o conceito operacional da Força Terrestre (F Ter), e conforme o previsto no Manual de Campanha Operações (2017): as operações no amplo espectro dos conflitos.

É inegável reconhecer que o legado dos grandes eventos ocorridos no Brasil para as operações especiais foi marcante, em particular os investimentos em equipamentos modernos, o intenso adestramento com base nas táticas, técnicas e procedimentos e a oportunidade de se elaborarem planejamentos inéditos, com elevada dose de complexidade, pela própria especificidade do COOpEsp no emprego em ambientes complexos, com riscos diversos. O desempenho brasileiro em tais eventos não deixou dúvidas quanto à capacidade e ao profissionalismo dos integrantes desse Comando altamente especializado e único da Força Terrestre.

Como de praxe, gosto também de aproveitar este espaço para atualizar os nossos leitores sobre os trabalhos em curso no COTER.

Desde março, estamos envolvidos na Operação Conjunta COVID-19, apoiando o combate à pandemia, bem como conduzindo ações de proteção de nossas fronteiras, com a ativação de dez comandos conjuntos em todo o território nacional. Essa é uma operação diária inédita, principalmente, pelas dimensões envolvidas, ou seja, todo o

território nacional, mais de 25 mil militares, cerca de 1.500 viaturas, 50 embarcações e aeronaves diversas.

Já iniciamos também a Operação Verde Brasil 2. Similar à sua antecessora, de 2019, a atual faz parte de um ciclo de operações de combate a ilícitos ambientais, em um quadro de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), cujo foco é inibir o desmatamento e prevenir as queimadas na região da Floresta Amazônica. Para tal, foram ativados três comandos conjuntos, nas áreas da 13ª Bda Inf Mtz, em Cuiabá; 17ª Bda Inf Sl, em Porto Velho; e na 8ª Região Militar, em Belém.

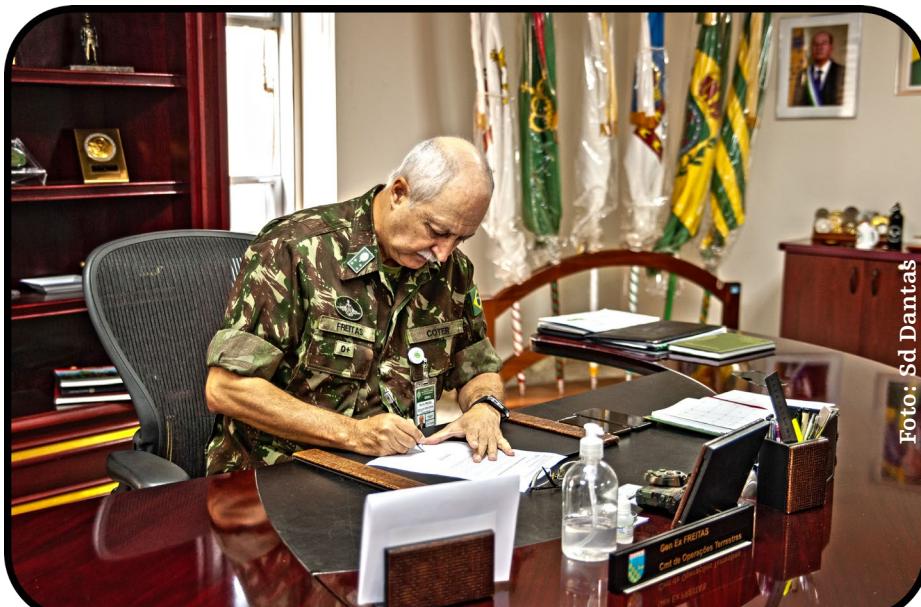
Quanto ao Preparo da tropa, e a despeito da pandemia, a F Ter concluiu a Instrução Individual Básica (IIB), para cerca de 69 mil recrutas e 15 mil atiradores, e, atualmente, está em curso a Instrução Individual de Qualificação (IIQ). Ainda sobre o Preparo, gostaria, muito especialmente, de destacar nossa confiança no início do projeto piloto do Sistema de Prontidão (SISPRON), a partir do segundo semestre de 2020, com o ciclo Preparo-Avaliação-Certificação de seis unidades das Forças de Emprego Estratégico. Com isso, estamos efetivamente introduzindo um moderno sistema de prontidão de forças, em conformidade com o que se observa nos principais exércitos do mundo.

Com a finalidade de ampliar o alcance das operações e a prontidão operacional da F Ter, cumpre-me, ainda, ressaltar as ações da Chefia de Missões de Paz, Aviação/IGPM na regulamentação do emprego de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP) no âmbito da Força. Nesse sentido, acreditamos que, a partir do próximo ano, estaremos retomando as experimentações doutrinárias dos SARP Categorias 0, 1 e 2, visando a, oficialmente, efetivar uma capacidade indispensável no combate moderno às nossas tropas.

Por fim, cumpre-me relembrar que, em maio, comemoramos os 75 anos do fim vitorioso da nossa participação na II Guerra Mundial, no Teatro de Operações europeu. Aos nossos heróis e heroínas da FEB, os integrantes do COTER prestam a continência em respeito aos exemplos de abnegação, resistência e coragem em defesa da democracia e da liberdade. A Cobra Fumou!

Boa leitura!

Gen Ex José Luiz Dias Freitas
Comandante de Operações Terrestres



EDITORIAL

A equipe editorial da Revista de Doutrina do Exército - DMT em Revista - produzida pelo Comando de Operações Terrestres, por meio do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), sente-se honrada em levar aos seus leitores mais uma edição - a vigésima segunda - deste periódico de assuntos de natureza militar, com ênfase nas operações especiais realizadas pelo Exército Brasileiro (EB), por intermédio do Comando de Operações Especiais (COpEsp).

Abrindo a edição, o Major Monteiro escreve sobre a atuação, ao longo de seis décadas, das forças de operações especiais (F Op Esp) do EB, desde a criação do Destacamento de Forças Especiais (DFEsp), em 1958, até o atual COpEsp. O autor destaca a formação, o preparo, o emprego e a importância das F Op Esp nos cenários nacional e mundial.

Em sequida, o Major Dantas aborda a presença brasileira na *Escuela de Lanceros*, escola de combate mais tradicional das forças militares colombianas, na qual o EB desfruta de muito prestígio em reconhecimento da proficiência dos militares brasileiros na doutrina de combate em área de selva.

Ainda sobre a Colômbia, o Major Mellinger analisa o conflito assimétrico destacando os ensinamentos que podem ser colhidos pelo EB, devido à proximidade dos países e à transnacionalidade dos ilícitos, enfatizando a articulação do emprego coordenado da inteligência, da mobilidade aérea e das tropas de operações especiais.

Valendo-se de sua expertise como artilheiro de mísseis e foguetes e como forças especiais, o Capitão Amaral Junior comenta a atuação das forças de operações especiais na condução do tiro do míssil tático de cruzeiro de 300 km, bem como na avaliação dos respectivos danos, enfatizando que tal integração possibilitará complementar a demanda de ambos, bem como aumentar, sobremaneira, o poder de combate da Força Terrestre.

Prosseguindo, o Capitão Camargo propõe a padronização de uma força-tarefa conjunta de operações especiais para as missões de

paz, de modo a atender o *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System (UNPCRS)*, conforme a doutrina militar para o preparo e o emprego conjunto das Forças Armadas Brasileiras.

Depois, o Capitão Lincoln escreve sobre a atuação dos destacamentos de ações de comandos nas atuais operações no amplo espectro, enfatizando que essas frações devem estar aptas para realizar desde as ações diretas "clássicas" dos comandos até as ações indiretas da guerra assimétrica no meio do povo, passando por todos os espectros do conflito.

Na sequência, o Major Bifano relata suas experiências como comandante nas operações de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN), ressaltando a grande contribuição com o desenvolvimento da DMT, graças às lições aprendidas da interação com as operações especiais, em que a complexidade precisa estar integrada ao pensamento de todos os soldados, permitindo que soluções emergam e novos desafios sejam superados.

Encerrando a edição, o Tenente-Coronel Corrêa, o Major Cammarata e o Capitão Elder, todos integrantes do Batalhão de Apoio às Operações Especiais, desenham um retrato dessa organização militar responsável por realizar o apoio ao combate e o apoio logístico às F Op Esp, particularmente, em pessoal e material, além de desdobrar a base de operações especiais e apoiar a infiltração e a exfiltração dos elementos operativos.

Esperamos que os temas suscitem o debate por parte dos nossos leitores, razão de ser do nosso trabalho; e que sugestões sejam encaminhadas para dmtrevista@coter.eb.mil.br ou diretamente para os autores, cujo e-mail está disponível no início de cada artigo.

Sentimo-nos orgulhosos do elevado padrão dos artigos produzidos e agradecemos a valorosa colaboração dos nossos articulistas em benefício do desenvolvimento doutrinário, na certeza de novas participações nas futuras edições.



COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
A Lealdade como Crença. A Disciplina como Valor.
A Coragem como Hábito. A Missão como Destino.



COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES
General de Exército José Luiz Dias Freitas

CHEFE DO CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
General de Divisão Hertz Pires do Nascimento

CONSELHO EDITORIAL
General de Divisão Hertz Pires do Nascimento
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro
Coronel Maurício de Aguiar **Villar**
Coronel **Rudimar** Pucheta Gonsalves
Coronel Silvio Renan Pimentel **Betat**
1º Sargento Erisvaldo Gonçalves de Oliveira

EDITOR-CHEFE
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro

EDITOR-ADJUNTO
1º Sargento Erisvaldo Gonçalves de Oliveira

SUPERVISOR DE PRODUÇÃO
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro
Coronel **Rudimar** Pucheta Gonsalves

REDAÇÃO E REVISÃO
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro
Coronel **Rudimar** Pucheta Gonsalves
Coronel Silvio Renan Pimentel **Betat**
2º Tenente Patrícia Fátima Soares **Fernandes**
1º Sargento Erisvaldo Gonçalves de Oliveira

PROJETO GRÁFICO
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

IMPRESSÃO GRÁFICA
Gráfica do Exército
Al. Mal. Rondon s/nº - Setor de Garagens
Quartel-General do Exército
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901 - Brasília/DF
Fone: (61) 3415-5815
RITEX: 860-5815
www.graficadoexercito.eb.mil.br
divcmcl@graficadoexercito.eb.mil.br

TIRAGEM
400 exemplares

DISTRIBUIÇÃO
Gráfica do Exército

VERSÃO ELETRÔNICA
Portal de Doutrina do Exército: www.cdoutex.eb.mil.br
portal.cdoutex@coter.eb.mil.br
Biblioteca Digital do Exército: www.bdex.eb.mil.br

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Quartel-General do Exército – Bloco H – 3º Andar
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901
Brasília – DF
Fone: (61) 3415 5014/4849/6977
RITEX: 860 5014/4849/6977
www.cdoutex.eb.mil.br

Envie a sua proposta de artigo para:
dmtrevista@coter.eb.mil.br

Ano 008, Edição 022, 2º Trimestre de 2020

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SUMÁRIO

AS OPERAÇÕES ESPECIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Major Monteiro

6

A PRESENÇA BRASILEIRA NA ESCUELA DE LANCEROS DA COLÔMBIA

Major Dantas

14

O CONFLITO ASSIMÉTRICO COLOMBIANO E SUAS LIÇÕES PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Major Mellinger

20

A CONDUÇÃO DO TIRO E A AVALIAÇÃO DOS DANOS DO MÍSSIL TÁTICO DE CRUZEIRO PELAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Capitão Amaral Junior

32

FORÇA-TAREFA CONJUNTA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS: UMA PROPOSTA PARA MISSÕES DE PAZ

Capitão Camargo

42

OS DESTACAMENTOS DE AÇÕES DE COMANDOS EM OPERAÇÕES NO AMPLO ESPECTRO

Capitão Lincoln

50



Foto de Capa: arquivo do CCOMSE
Descrição: caçador de operações especiais sendo utilizado como opção estratégica e alternativa tática.
Autor: Sd Douglas

COMPLEXIDADE: O ELO ENTRE A DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR E AS OPERAÇÕES ESPECIAIS

Major Bifano

60

UM RETRATO DO BATALHÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES ESPECIAIS

Tenente-Coronel Corrêa
Major Cammarata
Capitão Elder

70



As ideias e conceitos contidos nos artigos publicados nesta revista refletem as opiniões de seus autores e não a concordância ou a posição oficial do Exército Brasileiro. Essa liberdade concedida aos autores permite que sejam apresentadas perspectivas novas e, por vezes, controversas, com o objetivo de estimular o debate de ideias.

AS OPERAÇÕES ESPECIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Major Marcus Vinícius do Nascimento Monteiro

O Major de Infantaria Monteiro é adjunto da Célula de Operações do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar do Leste. Foi declarado aspirante a oficial, em 2002, pela Academia Militar das Agulhas Negras. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2012 e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército no biênio 2017/2018. Possui ainda os seguintes cursos e estágios: Curso de Ações de Comandos, Forças Especiais, Básico Paraquedista, Salto Livre, Mestre de Salto e Mestre de Salto Livre. Integrou o Destacamento de Operações de Paz no Haiti (DOPaz 9) em 2008 e participou da Operação de Segurança de Embaixada na República Democrática do Congo (Operação Diamante 11) em 2013/14. Chefiou a Seção de Doutrina do Comando de Operações Especiais (monteiro.marcus@eb.mil.br e mvnmonteiro@hotmail.com).



O ambiente operacional contemporâneo do século XXI tem aumentado de forma expressiva a demanda de forças de operações especiais (F Op Esp). Nesse contexto, a influência das condicionantes políticas, econômicas, científico-tecnológicas e psicossociais, no espaço de batalha, tem levado as operações especiais (Op Esp) a adquirirem um progressivo protagonismo no êxito das operações conduzidas pelas forças armadas (FA) em todo o mundo.

Conforme a doutrina militar terrestre (DMT) brasileira, as Op Esp são conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas, em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, visando a atingir objetivos militares, políticos, psicossociais e/ou econômicos, empregando capacitações militares específicas não encontradas nas forças convencionais. Podem ser conduzidas de forma singular, conjunta ou combinada, normalmente em ambiente interagências, em qualquer parte do espectro dos conflitos (BRASIL, 2017).

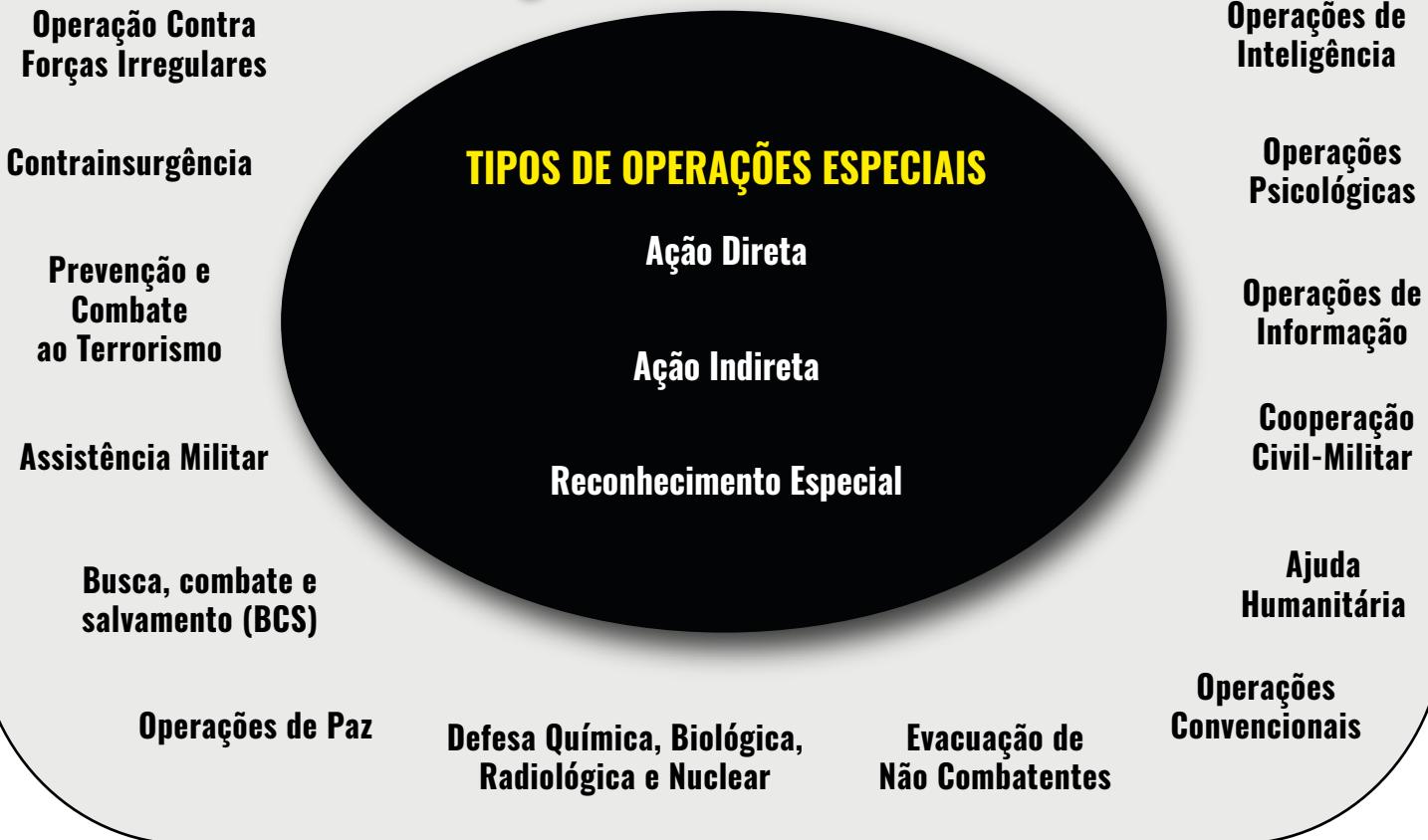
As F Op Esp do Exército Brasileiro (EB) são forças destinadas à execução das Op Esp: tropas de forças especiais (F Esp), comandos (Cmdos) e os seus apoios que possuem habilidades e especializações para operar em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. F Op Esp, em termos gerais, podem ser caracterizadas por serem tropas de altíssimo desempenho que realizam missões especiais baseadas em suas capacidades específicas (BRASIL, 2017).

A ação direta, a ação indireta e o reconhecimento especial representam os pilares das missões das Op Esp do EB. Os conflitos com características eminentemente irregulares demandam largo emprego de F Op Esp na garantia da lei e da ordem, na prevenção e no combate ao terrorismo e nas ações sob a égide de organismos internacionais (BRASIL, 2017).

A ação direta é uma ação ofensiva de pequena envergadura e de curta duração, realizada por tropa capacitada, de valor e constituição variáveis, por meio de uma infiltração terrestre, aérea e/ou aquática, contra alvos de valor significativo, localizados em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. É uma operação cumprida exclusivamente por F Op Esp, particularmente por destacamento de ações de comandos (DAC). Pode ser conduzida de forma autônoma ou em apoio a operações militares convencionais (BRASIL, 2017).

A ação indireta consiste na organização, desenvolvimento, equipagem, instrução, direção e/ou assessoramento de forças irregulares, regulares, auxiliares e de atores estatais e não estatais, para a consecução de objetivos políticos, econômicos, psicossociais e/ou militares em situação de guerra e de não guerra. As ações indiretas são realizadas por integrantes dos destacamentos operacionais de forças especiais (DOFEsp).

OPERAÇÕES COM EMPREGO DE FORÇAS ESPECIAIS



O reconhecimento especial é realizado por F Op Esp, em áreas hostis, negadas ou politicamente sensíveis, com o propósito de obter, confirmar ou atualizar dados e conhecimentos de importância estratégica, operacional ou, eventualmente, tática, fundamentais para o planejamento e para a condução de operações militares, empregando capacidades normalmente não encontradas em forças convencionais. Os DOFEsp são as frações mais aptas para a realização do planejamento, preparação e execução de operações de reconhecimento especial (BRASIL, 2017).

Além das Op Esp (ação direta, ação indireta e reconhecimento especial), as F Op Esp são empregadas em diversos tipos de operações, quando essas demandarem capacidades específicas dessas tropas, de acordo com o apresentado acima.

HISTÓRIA DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O primeiro curso de Op Esp do EB foi realizado no Núcleo da Divisão Aeroterrestre, no Rio de Janeiro-RJ, sob a iniciativa e liderança de um grupo de destemidos e ousados jovens militares, extremamente dedicados e determinados, no período de 2 de dezembro de 1957 a 4 de julho de 1958, com a finalidade de preparar líderes para equipes de combatentes aeroterrestres destinados à execução de diversos tipos de Op Esp (ALVES et al., 2016).

Em 1966, o curso de Op Esp, à época conduzido em 24 semanas contínuas, se desmembrou no curso de Cmdos e no curso de F Esp, respectivamente, com 9 e 21 semanas de duração, ambos desenvolvidos no então Centro de Instrução Especializado Aeroterrestre (DUNNIGAN, 2008).

Em 1968, o curso de Cmdos e o curso de F Esp, desenvolvidos no Centro de Instrução Especializado Aeroterrestre, foram oficialmente reconhecidos. Nesse mesmo ano, foi ativada a primeira unidade de Op Esp do EB, o Destacamento de Forças Especiais (DFEsp), organização militar (OM) de valor companhia, organizado com um destacamento de coordenação e controle e dois DOFEsp, com 12 homens cada (4 oficiais e 8 sargentos), perfazendo o total de 30 combatentes.



Criação do DFEsp.

No início da década de 80, após mais de 20 anos de atuação efetiva dos operadores especiais, forjados desde 1957, o Alto Comando do Exército, ao constatar a qualificação desses especialistas em guerra irregular lotados no DFEsp, determinou a criação de uma unidade de Op Esp valor batalhão, transformando o pequeno destacamento em 1º Batalhão de Forças Especiais (1º B F Esp). Assim, em agosto de 1983, o sonho de criação de uma unidade de F Esp tornou-se realidade (ALVES et al., 2016).

Fruto do trabalho de uma comissão nomeada pelo chefe do Estado-Maior do Exército, em 1987, renovou-se a ideia da criação do Comando Operacional de Unidades Especiais (COpUEsp), para enquadrar o já existente 1º B F Esp e outras OM a serem criadas: 1º Batalhão de Ações de Comandos (1º BAC), Centro de Instrução de Unidades Especiais, além de unidades voltadas para as atividades de inteligência e operações psicológicas (ALVES et al., 2016).

Diante do conturbado ambiente internacional, resultante do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA), esse estudo foi retomado e, em junho de 2002, foi criada a Brigada de Operações Especiais (Bda Op Esp), ficando seu núcleo instalado no Rio de Janeiro e subordinado à Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt). Nesse mesmo ano, foi criado o Centro de Instrução de Operações Especiais (CI Op Esp) nas instalações ocupadas pelo 1º B F Esp no Rio de Janeiro, local no qual permaneceu até 2011, quando foi transferido para o Forte Imbuí, em Niterói-RJ.

Alinhado com a natural vocação do EB em dispensar especial atenção à Amazônia, houve a necessidade de flexibilizar a utilização de elementos operativos de F Esp na região norte do país, em complemento aos do 1º B F Esp. Foi então criado, em novembro de 2000, um DFEsp em Manaus-AM, para atuar nessa importante área estratégica. Em setembro de 2003, com a criação da Bda Op Esp, o DFEsp de Manaus foi transformado na 3ª Companhia de Forças Especiais (3ª Cia F Esp ou Força 3), uma subunidade independente, vinculada à Bda Op Esp, e subordinada, diretamente, ao Comandante Militar da Amazônia.

Em setembro de 2003, a sede da Bda Op Esp foi transferida do Rio de Janeiro-RJ para Goiânia-GO, passando a funcionar nas instalações ocupadas, anteriormente, pela 3ª Brigada de Infantaria Motorizada (3ª Bda Inf Mtz), a qual foi transferida para Cristalina-GO. Como consequência, a Companhia de Ações de Comandos (Cia Aç Cmdos), do 1º B F Esp, foi transformada no 1º BAC, que passou a ser subordinado diretamente à Bda Op Esp.

Em fevereiro de 2004, o 1º B F Esp teve sua subordinação transferida da Bda Inf Pqdt para a Bda Op Esp, a qual foi transformada no atual COpEsp, em março de 2013.

Em resumo, essa é a cronologia das Op Esp do EB:

- 1957 - criação do Curso de Op Esp;
- 1966 - separação do Curso de Cmdos do Curso de F Esp;

- 1968 - criação do DFEsp,
- 1^a OM de Op Esp do EB;
- 1983 - criação do 1º B F Esp no Rio de Janeiro-RJ;
- 2000 - criação do DFEsp de Manaus-AM;
- 2002 - criação da Bda Op Esp no Rio de Janeiro-RJ, sendo transferida para Goiânia-GO em 2003;
- 2002 - criação do CI Op Esp no Rio de Janeiro-RJ;
- 2003 - transformação do DFEsp de Manaus em 3^a Cia F Esp;
- 2003 - criação do 1º BAC em Goiânia-GO;
- 2003 - criação do Destacamento de Apoio às Operações Especiais em Goiânia-GO;
- 2011 - transferência do CI Op Esp para o Forte Imbuí, Niterói-RJ;
- 2013 - transformação da Bda Op Esp em COpEsp, Goiânia-GO; e
- 2014 - transformação do Destacamento de Apoio às Operações Especiais em Batalhão de Apoio às Operações Especiais em Goiânia-GO.



Estrutura Organizacional do COpEsp.

O COpEsp possui constituição e organização permanentes, sendo composto por OM subordinadas, dentre as quais estão os elementos operativos, os elementos de apoio, os elementos administrativos e os elementos de ensino (BRASIL, 2019).

A organização para o combate do COpEsp é flexível, de acordo com a análise dos fatores da decisão, integrando as capacidades operativas de seus elementos subordinados, para apoiar a campanha do maior escalão em presença, observando-se suas peculiares formas de emprego (BRASIL, 2019).

O COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

O COpEsp é constituído pelo:

- Comandante e seu Estado-Maior;
- 1º Batalhão de Forças Especiais (1º B F Esp);
- 1º Batalhão de Ações de Comandos (1º BAC);
- 1º Batalhão de Operações Psicológicas (1º B Op Psc);
- Batalhão de Apoio às Operações Especiais (B Ap Op Esp);
- Centro de Instrução de Operações Especiais (CI Op Esp);
- Base Administrativa do Comando de Operações Especiais (B Adm/COpEsp);
- 3^a Companhia de Forças Especiais (3^a Cia F Esp), vínculo técnico de Op Esp;
- Companhia de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (Cia DQBRN); e
- 6º Pelotão de Polícia do Exército (6º Pel PE).

ELEMENTOS DE EMPREGO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

O 1º B F Esp é uma OM especializada da Força Terrestre (F Ter), orgânica do COpEsp, que enquadra elementos de F Esp, com capacidade de planejar, conduzir e/ou realizar Op Esp (ações diretas, indiretas e reconhecimento especial), bem como pode executar atividades e tarefas em operações psicológicas, de inteligência e de informação.

O 1º BAC é uma unidade especialmente organizada, equipada e adestrada para o planejamento, condução e execução de ações diretas. Com meios adjudicados, possui mobilidade tática e estratégica, com a capacidade de realizar infiltração por meios aéreos, terrestres ou aquáticos, a fim de realizar ações de comandos (Aç Cmdos).



3^a Companhia de Forças Especiais em operação na Amazônia.

O B Ap Op Esp tem por missão realizar o apoio ao combate e o apoio logístico ao COpEsp e às suas OM subordinadas, particularmente, em pessoal e material, além de desdobrar a base de operações especiais. Nesse sentido, realiza o apoio à infiltração e à exfiltração dos elementos operativos.

A 3^a Cia F Esp constitui a F Op Esp avançada do COpEsp na região norte, proporcionando significativo incremento operacional ao Comando Militar da Amazônia, bem como otimizando o emprego dos elementos orgânicos do COpEsp que venham a ser desdobrados nessa região. Segundo o Planejamento Estratégico do Exército, a 3^a Cia F Esp será transformada em batalhão nos próximos três anos, aumentando a sua capacidade de emprego na região amazônica.

ELEMENTO DE ENSINO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

O CI Op Esp é o responsável por capacitar os recursos humanos que integram as OM do COpEsp, por contribuir com o desenvolvimento da doutrina de

Op Esp no EB e por realizar a pesquisa e a experimentação de novas técnicas operacionais e de equipamentos peculiares às Op Esp. Nesse estabelecimento de ensino são ministrados: o curso de Ações de Comandos (CAC); o curso de F Esp; o estágio de Caçador de Operações Especiais; o estágio de Operações Aquáticas; o estágio de Mergulho a Ar e Resgate; e o estágio de Mergulho de Combate (BRASIL, 2019).

O CAC tem a duração de 12 semanas e é, dentre os cursos das FA brasileiras, o de maior exigência de seus participantes, não apenas da condição física, mas, também, da capacitação intelectual e, sobretudo, psicológica. O Cmdos é um militar treinado para liderar pequenas formações. É o combatente apto a realizar sabotagens e missões especiais praticadas em território hostil ou sob controle do inimigo, onde deve levar morte, confusão e destruição (ALVES et al.).

O curso de F Esp destina-se a especializar oficiais e sargentos voluntários, já possuidores do CAC e do Curso Básico Paraquedista (C Bas Pqdt), no planejamento, condução e execução de operações de guer-

ra irregular, reconhecimento especial, operações contra forças irregulares e contraterrorismo. Destina-se, ainda, a tornar os oficiais aptos ao desempenho das funções de comandante, subcomandante, oficial de operações e oficial de inteligência em um DOFEsp. Os sargentos tornam-se aptos a exercer as funções de especialistas em armamento, demolições, saúde ou comunicações do DOFEsp. O curso tem a duração total de até vinte e quatro semanas, contadas a partir da data de apresentação do candidato até a formatura de conclusão, sendo organizado em módulos didáticos sequenciados (ALVES et al., 2016).

O Estágio de Caçador de Operações Especiais tem a duração de seis semanas, sendo realizado por voluntários selecionados, especialmente treinados em avançadas técnicas de tiro e progressão no terreno. Eles podem suportar missões de Op Esp e estão habilitados a engajar alvos selecionados de posições ocultas sob condições e distâncias não possíveis ao atirador comum (BRASIL, 2020).

No estágio de Mergulho a Ar e Resgate são formados os mergulhadores de resgate das unidades do COOpEsp, da Bda Inf Pqdt e de engenharia. Esse estágio habilita os mergulhadores a planejar e executar buscas submarinas de pessoal e material, reflutuação, inspeções e pequenos reparos, a uma profundidade de até 160 pés (49 m), empregando equipamentos de mergulho autônomo. O estágio tem duração de cinco semanas, sendo três de instruções teóricas

e práticas, em ambiente controlado, e duas de operações, no mar do litoral sul do Rio de Janeiro. O estágio tem ainda por finalidade tornar aptos os combatentes Cmdos e os F Esp, pertencentes ao COOpEsp, a ingressarem no estágio de Mergulho a Oxigênio para Operações Especiais (BRASIL, 2020).

O referido estágio visa habilitar o aluno a planejar e a executar ações diretas, bem como realizar reconhecimentos empregando a técnica de ataque mergulhado. Nessa modalidade de operação com mergulho de combate é utilizado o equipamento de circuito fechado que permite ações com alto grau de sigilo, discrição, mobilidade, segurança e autonomia. O estágio tem duração de cinco semanas, sendo as duas primeiras semanas de instruções teóricas de manutenção e emprego do equipamento de circuito fechado, demolições, armamento, prática em ambiente controlado etc.

Nas três semanas restantes, os alunos praticam as táticas, técnicas e procedimentos para as ações de ataque mergulhado no mar do litoral do Rio de Janeiro (BRASIL, 2020).

A ação direta, a ação indireta e o reconhecimento especial representam os pilares das missões das Op Esp do EB. Os conflitos com características eminentemente irregulares demandam largo emprego de F Op Esp na garantia da lei e da ordem, na prevenção e no combate ao terrorismo e nas ações sob a égide de organismos internacionais.

mentos para as ações de ataque mergulhado no mar do litoral do Rio de Janeiro (BRASIL, 2020).

EMPREGO DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NO BRASIL

As nossas FA têm sido empregadas com frequência na garantia da lei e da ordem. Pode-se citar, como exemplo, o emprego de tropas em operações de pacificação em diferentes comunidades do Rio de Janeiro, como os complexos do Alemão, da Penha e da Maré.

Por ocasião da intervenção federal na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, foram desdobradas F Op Esp altamente preparadas para atuar em ambiente urbanizado, as quais auxiliaram na recuperação da capacidade operativa das tropas de Op Esp das polícias. Tais fatos corroboram, mais uma vez, para o sucesso do COOpEsp na capacidade de montar uma estrutura de Op Esp conjunta/interagências.

Os grandes eventos foram compromissos internacionais assumidos pelo Brasil que levaram a montagem de estruturas de segurança de grande porte, envolvendo o emprego de órgãos de segurança pública e das FA. Tais eventos foram realizados a partir de 2007, a saber: o Pan Americano, em 2007; os Jogos Mundiais Militares, em 2011; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio+20, em 2012; a Jornada Mundial da Juventude, em 2013; a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo, em 2014; as Olimpíadas e as Paralimpíadas do Rio, em 2016; e a Cúpula dos BRICS, agrupamento de países de mercado emergente formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, em 2010, 2014 e 2019. O estabelecimento dessas estruturas proporcionou uma grande expertise ao COOpEsp na prevenção e combate ao terrorismo, uma vez que recaía sobre o mesmo a responsabilidade na coordenação dessa atividade, propiciando grande evolução a esse grande comando na condução desse tipo de operação.

O COOpEsp recebe, ainda, grande demanda na atuação no combate aos ilícitos transnacionais fronteiriços, realizando reconhecimento especial em áreas sensíveis, bem como ações diretas pontuais, cooperando com a desarticulação do crime organizado na faixa de fronteira.

EMPREGO DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NO EXTERIOR

O Brasil possui excelente reputação quanto ao desdobramento de capacetes azuis no mundo. O primeiro efetivo de Op Esp desdobrado em operações de paz foi o Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), em 2004, no Haiti, que atuou na missão até o fim da mesma em 2017. O efetivo, de 22 a 24 militares, era composto por Cmdos e F Esp, selecionados e adestrados no COOpEsp. Destaca-se a ativa participação do DOPaz durante os 13 anos da pacificação da área, que foi uma das mais perigosas do mundo, em 2006. A atuação do DOPaz foi bastante enaltecida no relatório do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

Para cumprir a missão de defender cidadãos e patrimônio brasileiros no exterior, o COOpEsp tem desdobrado destacamentos de segurança de embaixada, constituídos por F Op Esp, no território de nações amigas. Isso aconteceu na Colômbia, na Costa do Marfim e na República Democrática do Congo (RDC), país este que a missão ainda prossegue. Cabe ressaltar que o COOpEsp preparou destacamentos para o Mali, para a Síria e para o Iraque, tendo, inclusive, realizado reconhecimentos em Bagdá, em 2011, porém os destacamentos não chegaram a ser desdobrados nesses países. Para tanto, faz-se necessário possuir F Op Esp em condições de serem, pronta e precisamente, empregadas, como aconteceu na Costa do Marfim, em 2004, quando o destacamento dispôs de somente 48 horas para chegar à capital Abidjan, a fim de proteger cidadãos brasileiros e a embaixada brasileira, comprovando a capacidade estratégica de emprego do COOpEsp no exterior.

O COOpEsp participa, anualmente, de importantes exercícios, adestramentos, cursos, intercâmbios e competições com unidades de Op Esp de todo o mundo. Destacam-se o intercâmbio com as F Esp dos EUA, bem como as competições Força Comandos, nas Américas, e Patrulha

Cambriana, no Reino Unido. Tais atividades desenvolvem a cooperação entre os países e mantêm as frações operacionais atualizadas nas táticas, técnicas e procedimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As F Op Esp do EB são as tropas de pronta-resposta da F Ter. Uma tropa que nasceu da iniciativa de pioneiros que deram o suor e o sangue para alcançar o elevado patamar das Op Esp nos dias de hoje.

Os Cmdos e os F Esp passaram pelos mais rigorosos testes e vêm, constantemente, sendo colocados à prova por intermédio de novos desafios e de missões que mudam com o passar do tempo, porém os valores e tradições que cada um carrega têm moldado a visão de futuro do COOpEsp,

baseado sempre no mais alto grau de operacionalidade e profissionalismo de seus integrantes.

O COOpEsp é um dos vetores de modernidade da F Ter e tem atuado de forma crescente em um variado espectro de missões no Brasil e no exterior, o que tem cooperado, veementemente, para o aumento de sua capacidade de desdobramento.

Por fim, pode-se inferir que nos mais de 60 anos passados, começando com escassos recursos de pessoal e de material, e enfrentando os mais diversos desafios, as F Op Esp do EB atingiram excelente grau de maturidade, com a devida importância e prioridade, prontas para cumprir qualquer missão, a qualquer hora, em qualquer lugar e de qualquer maneira.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Edmar César; BRANCO, Aldo Demerval Rio; JÚNIOR, Alei Salim Magluf; VISACRO, Alessandro; OLIVEIRA, Júlio César Belaguarda; NAGY; BÁRBARA, Paulo Edson Santa; MOTA, Rui Martins. **As Operações Especiais do Exército Brasileiro**. Brasília, DF: EGGCF, 2016.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **EB70-MC-10.212: Operações Especiais**. 3. ed. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **EB70-MC-10.305: O Comando de Operações Especiais**. 1. ed. Brasília, DF, 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Especiais. Centro de Instrução de Operações Especiais. **Estágio de Mergulho a Ar e Resgate**. Disponível em: <http://www.ciopesp.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=232>. Acesso em: 19 mai. 2020.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Especiais. Centro de Instrução de Operações Especiais. **Estágio de Mergulho a Oxigênio para Operações Especiais**. Disponível em: <http://www.ciopesp.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=233>. Acesso em: 19 mai. 2020.
- DUNNIGAN, James F. **Ações de Comandos – Operações Especiais, Comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008.



A PRESENÇA BRASILEIRA NA ESCUELA DE LANCEROS DA COLÔMBIA

Major Guilherme Antonio Rodrigues Dantas dos Santos

O Major de Infantaria Dantas é instrutor do Centro de Instrução de Operações Especiais (C I Op Esp). Foi declarado aspirante a oficial, em 2005, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Realizou o curso de Aperfeiçoamento e o Mestrado em Operações Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Possui os cursos: Ações de Comandos, Forças Especiais, Básico Paraquedista e Mestre de Salto. Foi instrutor na *Escuela de Lanceros* do Exército Nacional da Colômbia e participou, como competidor, do exercício militar *Fuerzas Comando*, em 2012 (dantas.2@hotmail.com).



Na década de 50, a Colômbia possuía focos de guerrilha rural e urbana espalhados por todo o seu território. Visando combater com maior eficiência a guerrilha que se organizava naquele momento, o Exército Colombiano enviou um grupo de militares ao *Fort Benning* [1], na Geórgia, Estados Unidos da América (EUA), para realizar o curso *ranger* do Exército dos EUA. Esses pioneiros tiveram como objetivo adquirir conhecimento que pudesse ser aplicado no conflito irregular que se iniciava e, posteriormente, replicado dentro do exército nacional.

A ESCUELA DE LANCEROS DA COLÔMBIA

Em 1955, sob a liderança do capitão colombiano Hernando Bernal Duran e de outros militares concludentes do curso *ranger* realizado nos EUA, foi criada a *Escuela de Lanceros (EsLan)* do Exército Nacional da Colômbia [2]. O objetivo principal dessa unidade militar era especializar pessoal para combater os guerrilheiros dentro do território colombiano.

A *EsLan* situa-se na cidade de Nilo, no departamento de Cundinamarca, a cerca de 100 quilômetros de Bogotá, capital da

Colômbia, a aproximadamente 540 metros de altitude em relação ao nível do mar. Trata-se de uma região de clima quente e seco durante todo o ano, sendo um ambiente favorável para a prática de atividades de instrução militar. A *EsLan* está sediada no interior do Forte Militar de Tolemaida, maior complexo militar do Exército Colombiano, sede da Divisão de Forças Especiais e do Centro Nacional de Treinamento (CENAE), ao qual a *EsLan* é subordinada.



Congraçamento entre instruendos da *EsLan* e o instrutor brasileiro.

A *EsLan* possui três bases destacadas sob sua responsabilidade:

➤ o Centro de Treinamento de *Lanceros* (CEL), localizado na cidade de Nilo, próximo ao Forte Militar de Tolemaida, onde se realizam diversas atividades dos programas de instrução militar;

➤ a Base de Montanha Austrália, localizada na Cordilheira dos Andes, próxima à cidade de Bogotá, onde se realizam as atividades de instrução em ambiente de montanha; e

➤ a Base de Selva Forte Amazonas, localizada na cidade de Leticia, fronteira com o Brasil, onde se realizam as atividades de instrução em ambiente de selva.

Essas três bases servem de áreas de instrução para os cursos ministrados pela *EsLan*, possuindo uma infraestrutura ampla para a condução das suas atividades de ensino militar.

Atualmente, a *EsLan* é o estabelecimento de ensino responsável pela formação de combatentes e de comandantes de pequenas frações, oficiais e praças, das forças militares colombianas [3] e dos países amigos. O termo *lanceros*, nativos que tiveram participação destacada nas guerras pela independência, foi escolhido como forma de homenagear essa valorosa unidade militar.

O CURSO DE *LANCEROS* NA *ESLAN*

Em 1966, com o fortalecimento dos grupos de guerrilha no território colombiano, o Exército visualizou a necessidade da criação de unidades ainda mais eficazes e móveis. Dessa forma, ainda naquele ano, o comando do Exército pôs em prática um programa de treinamento de combate contraguerrilha mais extenso, criando o curso de *lanceros*, na *EsLan*, com a missão de formar oficiais e praças das forças militares colombianas, além de policiais da Polícia Nacional da Colômbia, especializados no combate contraguerrilha.

A especialização de militares em táticas, técnicas e procedimentos (TTP) de combate irregular tornou as frações operacionais mais ágeis, flexíveis e eficientes no combate à guerrilha. Além disso, proporcionou a difusão desse conhecimento nas diversas frações do Exército Colombiano, uma vez que os militares concluentes dos cursos ministrados na *EsLan* são incluídos nas unidades militares nas quais o combate contraguerrilha é mais intenso.



Instrução de sobrevivência no curso de *lanceros*.

O SISTEMA DE INSTRUÇÃO DA *ESLAN*

A equipe de instrutores da *EsLan* é rigorosamente selecionada dentro de um universo de oficiais e praças que, em sua grande maioria, participaram de algum tipo de operação contra grupos armados criminosos, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ou o Exército de Libertação Nacional (ELN). Essa experiência em combate irregular por parte dos instrutores melhora a qualidade das instruções ministradas aos alunos. Além disso, possibilita a transmissão de ensinamentos específicos colhidos na prática, caracterizando-se como uma excelente oportunidade de melhoria das técnicas de combate irregular.

O Exército Brasileiro (EB) goza de muito prestígio junto aos militares da *EsLan*, sendo que, atualmente, é o único exército de nação amiga a possuir instrutores convidados para atuar nessa escola. Tal prestígio é fruto, principalmente, do reconhecimento da proficiência dos militares brasileiros na doutrina de combate em selva e de orientação militar. Os militares são selecionados pelo Gabinete do Comandante do EB para exercerem a função de instrutor/assessor na *EsLan*, durante o período de um ano.

A presença de instrutores brasileiros, na *EsLan*, escola de combate mais tradicional das forças militares colombianas, tem sido uma forma eficaz de divulgar o profissionalismo do militar brasileiro para milhares de militares colombianos e estrangeiros que passam pela escola anualmente. Cabe salientar que as instruções ministradas pelos instrutores brasileiros, geralmente, recebem avaliações muito positivas em pesquisas de opinião realizadas com os alunos.

A *EsLan* ministra os seguintes cursos durante o ano de instrução:

- o de unidades básicas de *lanceros* (*CUBAL*), destinado aos soldados em serviço militar obrigatório que serão os auxiliares de instrução na *EsLan*;
- o de unidades de operações especiais (*CUOES*), destinado aos soldados profissionais que integram as unidades de operações especiais das forças militares colombianas;
- o de *lanceros*, destinado a oficiais e sargentos das forças militares colombianas; e
- o internacional de *lanceros*, destinado a oficiais e sargentos das forças militares colombianas e de países amigos.

Além desses cursos, a *EsLan* realiza diversos programas de instrução específicos para os seguintes estabelecimentos de ensino e unidades militares das forças militares colombianas:

- a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- a Escola de Oficiais;
- a Escola de Sargentos;
- a Escola de Forças Especiais;
- a Escola de Assalto Aeromóvel;
- a Escola de Paraquedismo;
- a Escola de Tiro;
- o Centro de Operações de Paz;
- as unidades da Divisão de Forças Especiais; e
- as unidades da *Fuerza de Despliegue Rápido* (*FUDRA*), dentre outras.

Destaca-se que a *EsLan* é a escola de combate de maior prestígio na Colômbia, sendo que a maioria dos oficiais generais integrantes do alto-comando das forças militares colombianas são possuidores do curso de *lanceros*.

O ano de instrução é bastante intenso e dinâmico graças à modularidade dos cursos ministrados na *EsLan*, sendo realizados até oito cursos simultaneamente, distribuídos em áreas de instruções diversas, como, por exemplo, as de selva ou de montanha, conforme a fase de cada um deles.

O curso de unidades básicas de *lanceros* (*CUBAL*) é um programa de instrução voltado para a formação dos futuros auxiliares de instrução da *EsLan*. A seleção do pessoal para o

CUBAL é realizada entre os militares em serviço militar obrigatório. Esse curso tem uma duração de quatro semanas e ocorre integralmente dentro do Forte Militar de Tolemaida.

Já o curso de unidades de operações especiais (*CUOES*) é um programa de instrução voltado para a qualificação de soldados profissionais em TTP de combate contraguerrilha. Esse curso tem a duração de seis semanas, ocorrendo no Forte Militar de Tolemaida e no Centro de Treinamento de *Lanceros*, sendo, todo o curso, realizado por pelotões constituídos. O *CUOES* é uma forma eficiente de adestrar as frações de operações especiais que fazem parte da ponta de lança do exército nacional contra os grupos armados atuantes na Colômbia.

O curso de *lanceros* é a principal finalidade da *EsLan*. Esse curso tem o objetivo de capacitar os líderes de pequena fração, oficiais e sargentos das forças militares colombianas, a realizarem o planejamento e a execução de missões tipo patrulha. Com a duração de 10 semanas de execução, o curso de *lanceros* transcorre no Forte Militar de Tolemaida e nas três bases descentralizadas da *EsLan*: o Centro de Treinamento de *Lanceros*, a Base de Montanha Austrália e a Base de Selva Forte Amazonas.

Nesse contexto, anualmente, ocorre a realização de dois cursos internacionais de *lanceros*, destinados, respectivamente, para oficiais e para sargentos estrangeiros, que são executados no mesmo formato do tradicional curso de *lanceros*. Cabe destacar que já foram formados, aproximadamente, 650 militares de nações amigas, dos quais 17 brasileiros, no período de 1955 a 2018.

Os cursos de *lanceros*, incluindo os internacionais, são realizados em quatro fases, com a duração total de 71 dias de instrução. Ressalta-se que, durante todo esse período, o aluno possui apenas uma liberação de seis horas, ficando essa restrita ao centro comercial do Forte Militar de Tolemaida.

A primeira fase do curso de *lanceros* é a de adaptação, que ocorre no complexo do Forte Militar de Tolemaida, com uma duração de 15 dias. Nessa fase, o aluno recebe instruções

básicas de combate, executando diversas pistas práticas avaliadas, como pistas de orientação, pistas de obstáculos, pistas de equilíbrio, pistas de cordas e outras diversas. Destacam-se as tradicionais “provas de confiança”, nas quais os alunos são expostos a situações em que exigem diversos atributos da área afetiva, como coragem e equilíbrio emocional.

As pistas de orientação são conduzidas pela equipe de instrutores brasileiros, onde são praticados os conhecimentos adquiridos pelo aluno, dentro da sala de aula, de como:

- se orientar com bússola ou aparelho de GPS;
- identificar e marcar pontos em diversas coordenadas;
- realizar a leitura de cartas militares; e
- criar rotas para deslocamentos terrestres.

Já na segunda fase, as instruções são voltadas para o combate irregular, ocorrendo no Centro de Treinamento de *Lanceros*, com uma duração de 23 dias, onde o aluno recebe instruções de TTP em combate irregular e em ambiente confinado, além de instruções e exercícios de planejamento de missões de nível grupo de combate. Nessa fase, os instrutores brasileiros dirigem as atividades de orientação militar enquadradas na situação de patrulhas de combate.

A terceira fase do curso de *lanceros* é a de operações em ambiente de montanha, com uma duração de nove dias, ocorrendo na Base de Montanha Austrália. Nessa fase, o aluno recebe instruções técnicas de combate em ambiente de montanha, além de executar o planejamento de missões de nível pelotão, realizando patrulhas

e pistas práticas nesse tipo de ambiente operacional.

Finalizando o curso de *lanceros*, ocorre a quarta fase, operações em ambiente de selva, com uma duração de 23 dias na Base de Selva Forte Amazonas, na Amazônia Colombiana. Nessa fase, ministra-se ao aluno instruções de sobrevivência e combate em ambiente de selva, além da aplicação de missões de nível companhia, tudo isso com a realização de diversos exercícios práticos no terreno. Ressalta-se a participação dos instrutores brasileiros nessa fase da formação dos *lanceros*, na qual são transmitidos conhecimentos específicos de sobrevivência e orientação na selva, proporcionando aos alunos a oportunidade de executarem diversas pistas diurnas e noturnas na selva.

Salienta-se que o 8º Batalhão de Infantaria de Selva (8º BIS) do EB, sediado em Tabatinga-AM, apoia grande parte da preparação e da execução dessa última fase do curso de *lanceros*. O 8º BIS ministra, no Forte Amazonas, diversas instruções de sobrevivência e de combate na selva para

os alunos e, eventualmente, para os instrutores da *EsLan*, por exemplo, obtenção e preparo de alimento vegetal e animal, ofidismo, construção de abrigos e armadilhas, peconha [4], obtenção e filtragem de água.

O 8º BIS tem cooperado com as atividades da *EsLan*, pois, além de promover estágios de selva para o efetivo permanente (instrutores, monitores e auxiliares) dessa escola, apoia, frequentemente, na construção e manutenção de áreas de instrução no Forte Amazonas, confeccionando abrigos improvisados, armadilhas e outros meios inerentes à vida e ao combate na selva.

O EB goza de muito prestígio junto aos militares da *EsLan*, sendo que, atualmente, é o único exército de nação amiga a possuir instrutores convidados nessa escola. Tal prestígio é fruto, principalmente, do reconhecimento da proficiência dos militares brasileiros na doutrina de combate em selva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a permanência de instrutores brasileiros em uma tradicional escola de combate do Exército Nacional da Colômbia, *Escuela de Lanceros*, aumenta a integração com os militares colombianos e com os de outras nações amigas, devido à quantidade considerável de instruendos que passam anualmente nessa escola. Isso fortalece a

amizade, a camaradagem e a cooperação militar entre o Brasil e a Colômbia, contribuindo com o desenvolvimento doutrinário e com a formação de pessoal especializado em operações de combate contraguerrilha. Além disso, prepara militares para realizar operações nos diversos tipos de ambiente operacional utilizados pelos grupos criminosos que atuam no território colombiano.

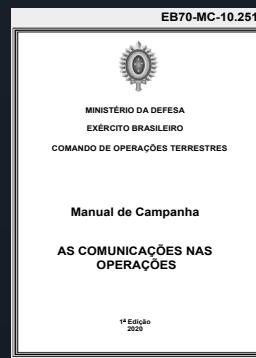
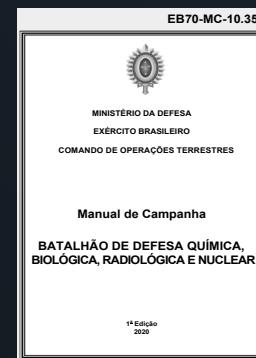
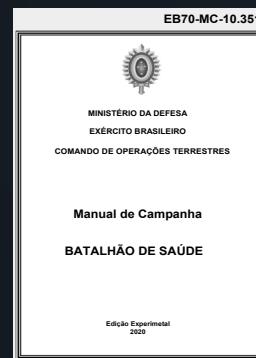
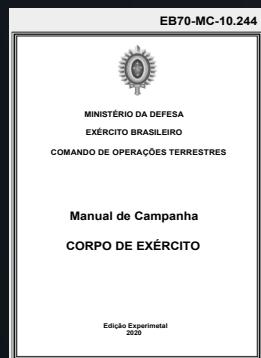
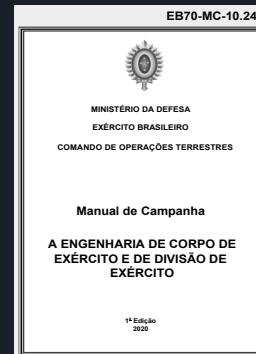
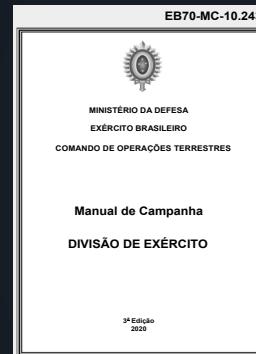
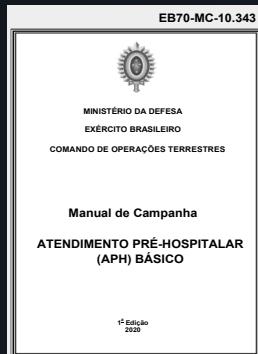
NOTAS

- [1] *Fort Benning* é um complexo militar do Exército dos EUA situado na divisa entre os estados Alabama e Geórgia, próximo a Columbus, na Geórgia. Essa base militar abriga cerca de 120 mil pessoas, incluindo militares em serviço ativo, da reserva, aposentados, funcionários civis e seus familiares.
- [2] O Exército Nacional da Colômbia (*Ejército Nacional de Colombia*) é o componente terrestre das forças armadas da Colômbia. É o principal responsável pela defesa do território terrestre nacional, dividindo a responsabilidade com o Corpo de Fuzileiros Navais (*Infantería de Marina*).
- [3] As forças militares colombianas, constituídas pelo exército, pela força aérea e pela marinha, são as forças armadas da República da Colômbia.
- [4] Técnica utilizada para subir em árvores.



PRODUÇÃO DOUTRINÁRIA DO C DOUTEX

Manuais aprovados até junho de 2020



Manuais previstos para aprovação ainda em 2020

LISTA DE ATIVIDADES E TAREFAS OPERATIVAS

AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS NAS OPERAÇÕES

REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

A GUERRA ELETRÔNICA NAS OPERAÇÕES

GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPAÑHA

COMPANHIA DE ASSUNTOS CIVIS (EXPR)

GRUPAMENTO LOGÍSTICO

BATALHÃO DE SUPRIMENTO

BATALHÃO LOGÍSTICO

BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

BATALHÃO DE AÇÕES DE COMANDOS

FORÇA-TAREFA BLINDADA

BATALHÃO DE OPERAÇÕES PSICOLOGICAS

INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA (EXPR)

ORGANIZAÇÕES MILITARES DE GUARDAS

BATALHÃO DE FORÇAS ESPECIAIS

BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO



O CONFLITO ASSIMÉTRICO COLOMBIANO E SUAS LIÇÕES PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Major Alan Lopes Mellinger

O Major de Infantaria Mellinger é instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino no qual foi declarado aspirante a oficial em 2001. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 2010, onde se tornou mestre em Ciências Militares, e a Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) no biênio 2018/2019. Possui os cursos de Comandos e Forças Especiais, Básico Paraquedista e Mestre de Salto, Básico e Avançado de Montanha. Comandou o Destacamento de Ações de Comandos e Forças Especiais, a Companhia de Ações de Comandos e o Destacamento de Operações de Paz do BRABAT no Haiti. Realizou o Curso de Lanceiros na Colômbia e especializou-se em Guerra Assimétrica na Escola de Inteligência do Exército Colombiano (mellinger.alan@eb.mil.br).



Os conflitos assimétricos entraram na pauta dos estudos sobre segurança e defesa com maior intensidade a partir da metade do século passado. Nesse contexto, o conflito que ocorre na Colômbia entre agentes estatais e grupos subversivos ou narcotraficantes é um exemplo dessa assimetria.

Mesmo com o atual estado de aparente resfriamento do conflito no território colombiano, ele foi palco de uma das mais longas campanhas irregulares contemporâneas. A tradição colombiana de violenta relação social, profundamente enraizada, renovou o conflito ao longo de décadas, no qual se destacaram como atores relevantes: o Estado Colombiano, notadamente suas forças militares, os inúmeros movimentos revolucionários e subversivos, os cartéis de narcotraficantes, as milícias “paramilitares” e, mais recentemente, grupos criminosos conhecidos como *bandas criminais*.

A inserção continuada de novas motivações em um ambiente político-social

já degradado impulsionou esse conflito. Dentre essas motivações, que muito contribuíram com a perpetuação do flagelo colombiano, o Coronel Alessandro Visacro (2009) destaca:

- a dissociação dos interesses das elites locais com os anseios populares;
- a divergência entre conservadores e liberais;
- a luta entre o campesinato e as elites rurais;
- a fragilidade e a ausência de um poder central que em muitos momentos se mostrou dilapidado;
- o banditismo;
- a militância marxista da década de 60; e
- o incremento de forma exponencial e extremamente rentável da indústria da coca nos anos 80.

A gestação do movimento subversivo compreende o período de 1948 até 1964, com o nascimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo subversivo mais proeminente no conflito. Em 1964, inicia-se uma segunda etapa que se estendeu até 2005, denominada de ação subversiva.

Uma geografia complexa, dotada de áreas de difícil penetração e grandes cidades, como Bogotá e Medellín, cravadas de *comunas* (versão colombiana das favelas brasileiras), onde havia uma profunda ausência do poder central do país e desigualdades sociais, foi um terreno fértil para o surgimento dos grupos subversivos e, depois, de narcotraficantes, que mergulharam o país em um prolongado conflito.

O incremento de novas formas de lutar dos grupos à margem da lei, migrando para

a guerra política, jurídica e psicológica fez com que o conflito perdurasse, mesmo com as importantes vitórias conseguidas pelas Forças Militares Colombianas [1] no campo militar na primeira década do século XXI.

As semelhanças com o Brasil se fazem presentes em muitos aspectos, dentre os quais os desafios sociais enfrentados por ambos países para absorver uma parcela considerável de cidadãos de baixa renda e ressentidos da ausência estatal, além de um território vasto e ainda carente da ação de políticas públicas para integrá-lo.

Segundo a Política Nacional de Defesa brasileira de 2012, "a existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais pode provocar o transbordamento de conflitos para outros países da América do Sul". Dessa afirmação, conclui-se a importância do conflito colombiano para a nação brasileira.

Assim, é inegável a relevância do assunto. Sua importância está relacionada à estreita ligação entre o Brasil e a Colômbia. Dessa forma, o que ocorre nesse país vizinho pode influenciar diversos atores existentes no Brasil, gerando reflexos para a defesa nacional brasileira e, mais particularmente, para o Exército Brasileiro (EB). Assim, é essencial que a Força Terrestre colha ensinamentos desse conflito, para que possa se preparar melhor para um eventual confrontamento contra uma ameaça assimétrica.

Diante do exposto, aprender com os ensinamentos de um vizinho tão próximo é, no mínimo, um dever e uma oportunidade significativa para o nosso país. Para facilitar o entendimento, o presente artigo está dividido em duas partes, analisando as ações adotadas, respectivamente, nas áreas operacional e de ensino.

AÇÕES ADOTADAS NA ÁREA OPERACIONAL

As décadas de conflito provocaram uma série de adaptações e uma grande evolução na forma de combater o inimigo assimétrico na Colômbia. Esse fenômeno gerou modificações na doutrina, no material e na estrutura das forças militares, fomentando uma série de capacidades que se apresentaram como uma enriquecedora fonte de ensinamentos que podem ser aproveitados pelo EB.

Considerando que as mudanças se tornaram mais intensas e eficazes a partir do final do governo do presidente Andrés Pastrana e,

principalmente, a partir do governo do presidente Álvaro Uribe, a maioria dos ensinamentos remontam do final da década de 1990 em diante. Assim que ascendeu ao governo, o presidente Álvaro Uribe implementou a "Política de Segurança Democrática", inaugurando a estratégia de ação direta.

Um dos aspectos mais primordiais a ser analisado foi o aumento quantitativo das forças militares que, saindo de um patamar de 152

mil integrantes, no ano 2000, tiveram um substancial aumento de efetivos. Em 2005, somavam 207 mil militares e, em 2010, alcançaram 285 mil. Analisando em aspectos relativos, o efetivo de militares colombianos por 10 mil habitantes tornou-se maior que o dobro dos brasileiros (ALZATE et al, 2015). Esse fator parece lógico, uma vez que para se combater qualquer conflito, o fundamental é a existência de pessoal suficiente para tal. Entretanto, trouxe consigo o imperioso aumento dos gastos em defesa, chegando aos 6,5 bilhões de dólares em 2015.

**Durante toda a história do conflito houve inúmeros ensinamentos que podem ser colhidos pelo EB, devido à proximidade dos países e a transnacionalidade dos ilícitos.
Particularmente, a partir do início deste século, os ensinamentos se tornaram mais substanciais para o Brasil**

Seguindo uma tendência mundial no combate à ameaça assimétrica, destaca-se o imprescindível incremento de suas capacidades na área de **inteligência, mobilidade e operações especiais**.

Com relação ao incremento, especificamente, de sua capacidade em operações especiais, podemos citar o aumento e reestruturação desse tipo de tropa, que deve ser empregada quando os resultados requeridos estão fora do alcance das forças convencionais e quando se necessita de uma ação cirúrgica para minimizar os efeitos colaterais. Nesse contexto, o Exército Nacional da Colômbia (*Ejército Nacional de Colombia*) [2] mantém tropas especializadas em operações especiais em ambiente urbano e rural. No primeiro, destacam-se as *Agrupaciones de Fuerzas Especiales Urbanas (AFEUR)*, que são orgânicas das divisões de exército. No entanto, a tropa mais treinada em operações urbanas, na Colômbia, são as *Agrupaciones de Fuerzas Especiales Antiterroristas Urbanas (AFEAU)*, que são diretamente subordinadas ao Comando das Forças Militares, equivalente ao Ministério da Defesa do Brasil, e possui militares de todas as forças singulares.

No ambiente rural, estruturou-se a Brigada de Forças Especiais, criada, no ano de 1996, com três batalhões de forças especiais rurais orgânicos (*BAFER Nr 2, 3 e 4*). O *BAFER Nr 1* é o *Batallón de Comandos Aerotransportado (BACOA)*, criado em 1971 e reestruturado em 2002. Trata-se de uma tropa diretamente subordinada ao Comando das Forças Militares, possuindo militares de todas as forças singulares e tendo a *Agrupación de Lanceros (AGLAN)* como seu elemento de emprego para reconhecimentos especiais. Essas tropas mantêm um intenso treinamento com as forças especiais do Exército dos EUA, principalmente, com o 7º Grupo de Forças Especiais (FILHO, 2016).

As tropas de operações especiais colombianas proporcionam êxitos táticos que se configuram como de alto valor estratégico, contribuindo para a consolidação dos objetivos nacionais (COLÔMBIA, 2011).



Operação Camaleão realizada pelas forças especiais da Colômbia resgatando reféns das FARC.

No que tange à atividade de inteligência, seguiu-se, a partir do governo do presidente Álvaro Uribe, uma melhora significativa, tanto com a criação de novas unidades quanto pela continuação do desenvolvimento da inteligência técnica (FILHO, 2016). Foram criadas unidades regionais de inteligência, com a missão de obter dados por meio de recursos técnicos e humanos, fornecendo apoio às operações das divisões e brigadas. Houve também a criação de uma Direção de Inteligência (DINTE) pelo Exército, para coordenar a administração e os recursos da inteligência, e de Unidade de Inteligência de Sinais (UIS), melhorando consideravelmente a capacidade de monitoramento. Foi criada a Unidade de Inteligência de Alta Mobilidade (UIAM), para reforçar a capacidade de emprego rápido de força. Além disso, houve uma melhora significativa das capacidades de inteligência humana, sobretudo por meio da criação de uma eficiente rede de informantes e pela intensificação da capacidade de infiltração e penetração nos postos de todos os movimentos subversivos e à margem da lei. Ademais, as agências norte-americanas prestaram intenso apoio em inteligência às forças militares, tanto no aspecto de treinamento e fornecimento de equipamentos quanto na troca de informações e dados.

Um grande marco vitorioso da atividade de inteligência colombiana foi a exitosa Operação Jaque, em 2008, que conseguiu libertar 15 sequestrados das mãos das FARC. Entre eles figurava a ex-candidata à presidência da Colômbia, Ingrid Betancourt, que se encontrava em cativeiro há mais de seis anos.

Nessa operação foram empregados modernos conhecimentos de inteligência de sinais para interceptar as comunicações das FARC, fazendo-se passar por um posto rádio dessa organização narcoterrorista. Também foi empregada a inteligência humana, por meio de agentes disfarçados de integrantes de organizações não governamentais (ONG) de direitos humanos [3]. Nessa operação, não foi executado nenhum disparo nem ocorreu a perda de vidas humanas (TORRES, 2008).



Resgate de Ingrid Betancourt.

Fechando a tríade exitosa **operações especiais – inteligência – mobilidade aérea**, discutiremos esta última. Ainda no governo do presidente Andrés Pastrana e no contexto do combate ao narcotráfico, houve a aquisição de 72 novas aeronaves de asa rotativa, por intermédio do pacote de helicópteros do Plano Colômbia [4], que custou em torno de US\$ 260 milhões e foram destinadas à Brigada de Aviação do Exército. Com a continuidade do aporte financeiro dado pelos EUA, permitiu-se continuar, no governo do presidente Álvaro Uribe, a tendência de aquisição de aeronaves desse tipo. Eram empregadas tanto para auxiliar as tropas em terra, por meio de apoio aéreo aproximado e de transporte, quanto para realizar missões de reconhecimento. Assim, nesse período, houve a aquisição de um helicóptero *Bell 212* e de dois *UH-60 Black Hawk*, pela Força Aérea, e de três helicópteros *Mi-17* e de 13 *UH-60 Black Hawk*, pela aviação do Exército (FILHO, 2016).

As unidades aéreas do Exército foram distribuídas por todo o território nacional. Seguindo o modelo estadunidense, foi criado

um batalhão de operações especiais de aviação, destinado especificamente ao apoio das tropas dessa natureza (COLÔMBIA, 2011).

Esse tripé configurou-se como a fonte integradora que trouxe mais êxitos para as forças militares na luta contra as FARC e o ELN. Exemplos práticos dessa integração são as várias operações executadas de forma sistemática contra acampamentos guerrilheiros com elementos chaves dos grupos narcoterroristas. Dentre os exemplos desse tipo de operação, pode-se citar as Operações Camaleão e *Phoenix*, sendo esta última a ação bastante audaz e diplomaticamente controversa que eliminou Raul Reyes, um dos líderes das FARC, em território equatoriano, em 2008.

Essas operações seguiam uma dinâmica bastante consagrada. Primeiro ocorriam inúmeras operações de inteligência com a infiltração de agentes na guerrilha com o intuito de assinalar com exatidão o posicionamento de um acampamento guerrilheiro. Uma vez estabelecido esse posicionamento, ocorria o bombardeio pela Força Aérea Colombiana. Para a confirmação dos efeitos do ataque, a eliminação de eventuais remanescentes e o recolhimento de indícios que levassem a outros alvos, lançava-se, por meio de um assalto aeromóvel, um *BAFER* apoiado por aeronaves *Arpiás* (helicópteros UH-60 *Black Hawk* artilhados), com a missão de realizar o cerco e o vasculhamento. Esse tipo de operação causou severos golpes à estrutura da FARC e do ELN, contribuindo sobremaneira para o enfraquecimento militar desses grupos narcoterroristas (COLÔMBIA, 2011).

Em 1999, ainda nesse contexto, foi criada a *Fuerza de Despliegue Rápido* (*FUDRA*), um marco na melhoria da eficiência operacional do Exército. Hoje, ela é composta por três brigadas aeromóveis, uma brigada de forças especiais e pela aviação do exército. Sua missão é realizar operações ofensivas de combate de forma rápida em qualquer parte do território colombiano contra grupos subversivos ou qualquer outro grupo ilegal. Uma importante operação executada pela *FUDRA* foi a “Gato Negro” (MONROY, 2001). Essa operação capturou um importante líder do braço armado das FARC, Negro Acácio, junto com Fernandinho Beira-Mar, um dos narcotraficantes mais procurados no Brasil, demonstrando, além da eficiência desse novo conceito de emprego de

força, a perigosa ligação que já ocorria entre as FARC e grupos criminosos do lado brasileiro.

Da evolução do conceito da *FUDRA*, foi criada, em 2003, a Força-Tarefa Conjunta Ômega (FUTCO), integrada pela *FUDRA* e suas cinco brigadas aeromóveis. O estabelecimento do seu posto de comando no departamento de Meta, que abrigava inúmeras áreas sob o domínio das FARC, potencializou ainda mais o conceito de forças com grande mobilidade aérea, além de articulá-la diretamente em áreas problema.

Um grande problema enfrentado, na Colômbia, foi a ampla utilização de minas e de artefatos explosivos improvisados (AEI) por parte dos grupos subversivos, notadamente as FARC. Segundo Gazola (2017), em meados dos anos 2000, esse grupo optou por copiar o modelo de guerra empregado no Camboja, durante a Guerra do Vietnã, onde 80% das ações sobre o inimigo eram executadas por meios do emprego de minas e 20% por meio de outras ações militares. As forças militares adquiriram larga experiência nesse assunto. Estima-se que 15% do território colombiano estava afetado por essas armas. Dentre as medidas tomadas, cabe destacar o desenvolvimento de uma efetiva doutrina contra a utilização de minas e de AEI por parte da guerrilha. Implementou-se, no ano de 2004, o conceito dos grupos *Explosivos y Destruiciones (EXDE)* em reforço aos pelotões para realizarem a desativação de campos minados na área de operações. Outra medida foi a criação de grupos divisionários altamente especializados e modernamente equipados, denominados grupos MARTE, responsáveis pela desativação de qualquer artefato explosivo.

No emprego tático das pequenas frações, padronizou-se as ações em contato com o inimigo assimétrico, intituladas *driles de combate*.

A Escola de Lanceiros foi responsável por sistematizar essas ações, compilando anos de combates contra os grupos narcoterroristas no seu manual e por ensiná-las para as forças militares nos cursos de lanceiros que ocorrem no Forte Tolima, sediado na cidade de Melgar. Dentre essas padronizações, destaca-se a forma de reagir ao ser atacado por franco-atiradores, ao cair em um campo minado ou ao ser emboscado por uma força de guerrilha. Por mais trivial que pareça para uma força militar, esse manual conseguiu levar até a ponta da linha dos combates formas eficientes de se impedir pesadas baixas nas forças estatais. Assim, além de melhorar a eficiência operacional das pequenas frações, contribuiu para aumentar a confiança das forças militares, à medida que diminuía a eficácia das ações inimigas (COLÔMBIA, 2006).

Nesse escopo, a articulação do emprego coordenado da inteligência, da mobilidade aérea e das tropas de operações especiais é uma receita de sucesso que pode ser incorporada às ações do EB, pois temos, nesses aspectos, capacidades semelhantes ao Exército Colombiano.

migo assimétrico, adotando-se um programa de rodízios de todas as organizações militares no âmbito das divisões de exército. Instalados em todo o território colombiano, esses batalhões tinham como principal missão adestrar continuamente militares para o combate contra os grupos guerrilheiros. Para o treinamento da *FUDRA* e de outras unidades especiais foi criada a Escola de Treinamento e Adestramento Tático (*ESERT*, na sigla em espanhol), no Forte Tolima. Segundo Lima (2015), essa sistemática possibilitou o rápido desenvolvimento doutrinário, uma vez que a evolução do *modus operandi* dos grupos ilegais era transmitida pelos instrutores de forma mais oportuna.

Com relação ao emprego da artilharia de campanha, viu-se a sua adaptação ao combate irregular (COLÔMBIA, 2011). Em inúmeros casos, as peças de artilharia foram utilizadas para abrir brechas no dispositivo de cerco guerrilheiro, permitindo que grupos de reconhecimento das forças especiais colombianas pudessem retrair. Outro novo conceito apresentado foi a utilização de baterias mistas, empregando morteiros 120 mm e obuseiros 105 mm, em reforço a batalhões de infantaria. Assim, testemunhou-se a necessidade de todas as funções de combate se adaptarem às demandas do conflito assimétrico, flexibilizando a sua doutrina.

Com relação ao material de comunicações, o Exército Colombiano mantém um batalhão de comunicações na cidade de Facatativá, próximo a Bogotá, onde são manutenidos e montados todos os rádios portáteis, bem como fabricadas suas respectivas baterias. Nesse local se encontra a única fábrica certificada pela *Tadiran* fora de Israel para montagem de rádios. Tal procedimento barateou a aquisição de novos rádios em cerca de 20% (COLÔMBIA, 2011). Nesse mesmo local, também se encontra uma moderna estrutura de manutenção das rádios modelo *Motorolla*, com rigoroso controle de qualidade e metas de retorno do material para as tropas em combate.

A grande demanda pelos rádios portáteis e o domínio da tecnologia de seus *softwares* impuseram que os batalhões de comunicações colombianos trocassem as chaves dos algoritmos de criptografia, de acordo com as suas necessidades. Como dado médio, tais chaves criptográficas são trocadas em todo o Exército de seis em seis meses ou quando algum rádio é capturado pelo inimigo.

Quanto ao aspecto psicossocial, cabe ressaltar que no local onde são montadas as baterias dos rádios portáteis são empregados somente militares que tiveram algum tipo de sequela em combate (mutilações ou outros problemas de saúde). Assim, procurou-se manter esses combatentes com o sentimento que ainda são úteis para a nação, contribuindo também para mitigar os problemas psicológicos advindos do estresse de combate (COLÔMBIA, 2011).

Ainda com relação à função de combate comando e controle, a Colômbia desenvolveu e aplicou uma série de projetos na proteção contra ataques cibernéticos. Esse tipo de ataque, cada

vez mais presente no advento da guerra na Era da Informação, fomentou grande mentalidade de contrainteligência e proteção de seus ativos de informação por parte das forças militares.

Com o intuito de se contribuir com o aumento da legitimidade das forças militares e aumentar a sensação de segurança no seio da população colombiana, adotou-se medidas na área de operações psicológicas, na área jurídica e na área dos direitos humanos, tudo com a finalidade de avançar sobre a guerra política impetrada pelo inimigo assimétrico.

As operações psicológicas foram amplamente empregadas, na Colômbia, a partir do início deste século. Frequentemente, utilizavam-se inúmeras campanhas voltadas para variados públicos alvos. Uma campanha que teve uma forte aceitação pela população colombiana e, principalmente, dentro das próprias forças militares foi a intitulada "*FE EN LA CAUSA: comportamiento ético superior*". Essa campanha utilizava os mais variados meios de disseminação, seja por meio de filmes curtos nos horários nobres das propagandas televisiva ou por *outdoors* espalhados pelas principais cidades do país. Seu objetivo era demonstrar um comportamento do militar colombiano calcado nos mais virtuosos princípios éticos, bem como motivar a população e seus militares a se manterem com fé na causa de vencer o inimigo narcoterrorista (COLÔMBIA, 2011), contribuindo para a conquista da legitimidade das forças militares colombianas.



Resgate realizado durante a Operação Jaque..

O emprego das operações psicológicas foi potencializado com o emprego das companhias de operações psicológicas, orgânicas das divisões de exército. Compostas por um

modelo tático embarcado em caminhões, têm a capacidade de produzir e disseminar vários tipos de campanhas de operações psicológicas por meio de vários métodos, incluindo a mídia impressa. Tal articulação de tropa dessa natureza proporcionou que as campanhas de operações psicológicas chegassem de forma mais eficaz aos locais mais afastados do território colombiano (COLÔMBIA, 2011).

Ainda na busca de maior legitimidade em suas ações, o Ministério da Defesa Colombiano colocou em prática a chamada política integral de direitos humanos. Segundo Vargas (2001), uma forma recorrente de atuação na guerra política dos grupos narcoterroristas era procurar deslegitimar as ações das forças militares por meio de campanhas midiáticas, que objetivavam vincular as ações dessas forças a um imaginário de desrespeito aos direitos humanos. Nesse contexto, a Política Integral de Direitos Humanos estabeleceu uma série de linhas de ação que buscavam:

- a adequação da instrução;
- o fortalecimento da disciplina operacional;
- o estabelecimento de uma adequada retaguarda jurídica aos membros das forças militares;
- a garantia da correta atenção aos chamados grupos especiais; e
- e uma estreita cooperação com outras instituições, em especial com o Poder Judiciário.

Um exemplo de ação dos grupos subversivos, no escopo da guerra jurídica, foi o caso conhecido como "Santo Domingo" (GALINDO, 2009). Nessa situação, uma tripulação de uma aeronave da Força Aérea Colombiana foi condenada judicialmente por ter massacrado civis por meio de um ataque aéreo no departamento de Arauca. Porém, existiam provas irrefutáveis, comprovadas judicialmente, que mostravam as FARC como autora do ato. Entretanto, testemunhas forjadas incriminaram a tripulação e o Tribunal Superior de Bogotá as condenou. Além da condenação dos tripulantes, o Estado teve que pagar alguns milhões de dólares como indenização às famílias das supostas vítimas e foi obrigado a construir um monumento no povoado de Santo Domingo para que não se esquecessem do suposto massacre promovido por seus representantes.

Dentro do fortalecimento da disciplina operacional foram estabelecidas regras de engajamento padronizadas e amplamente divulgadas no âmbito de todas as forças singulares e da Polícia Nacional. Todo militar colombiano portava, em seu uniforme de combate, um resumo dessas regras. Era um cartão miniaturizado com regras vermelhas de um lado e azuis do outro. Basicamente, do lado vermelho, tinham regras para o caso de um confronto no combate terrestre contra alvos estabelecidos em ordem de operações ou como objetivo militar. Do lado azul, expressava-se regras para o uso da força na condução de operações rotineiras de segurança. Configuravam um conjunto de normas simples que integravam obrigações no campo dos direitos humanos em linguagem operacional, estabelecendo as circunstâncias que podem ocorrer o combate e delimitando o uso da força. Assim, evitaram-se possíveis falhas de entendimento dos limites e formas do uso da força em operações, aumentando a legitimidade das ações do Estado.

Dentro da vertente jurídica da guerra política, existiam 1.212 militares colombianos presos, dos quais 312 eram do Exército. Essa população carcerária, entretanto, corresponde somente aos militares privados de sua liberdade em julho de 2015. Ao todo, estima-se que mais de 1.200 militares do Exército colombiano já foram condenados. Cerca de 12.404 militares se encontravam *sub judice* em julho de 2015. Os casos mais recorrentes eram os episódios dos falsos positivos, que se caracterizam pelo assassinato de civis inocentes, os quais eram contabilizados como guerrilheiros para gerar dados estatísticos favoráveis às forças militares (LIMA, 2015).

Entretanto, grande parte desse número de militares condenados eram vítimas de situações forjadas, na qual integrantes dos grupos à margem da lei denunciavam os militares sem que esses tenham cometido crime algum, muitas vezes, somente por terem tomado procedimentos jurídicos controversos no local dos fatos, obtendo, em alguns casos, êxito nessa condenação. Essas condenações produziram, no âmbito das forças militares, grande insegurança jurídica e medo, uma vez que seus integrantes poderiam vir a ser condenados por crimes que supostamente não cometaram ou porque supostamente

foram coniventes com condutas indevidas de subordinados militares (COLÔMBIA, 2011).

Um caso muito emblemático na história colombiana foi a condenação do Coronel reformado do Exército Alfonzo Plazas Vega a 30 anos de reclusão pelo desaparecimento forçado de duas pessoas após a retomada do *Palácio de Justicia*, em 1985, em Bogotá, que havia sido invadido por integrantes do Grupo M-19. Nesse atentado, o M-19 fez centenas de reféns e o Coronel Plazas foi o comandante da missão de retomada do Palácio, a qual foi cumprida com pleno êxito tático, porém com a derrota no campo de batalha jurídica décadas depois (COLÔMBIA, 2011).

No intuito de mitigar os crescentes casos de processos judiciais contra militares colombianos, por irregularidades ocorridas no momento de algum confronto com grupos criminais ou narcoterroristas, foram padronizadas, em âmbito nacional, os procedimentos a serem tomados pela primeira autoridade responsável no local de algum fato (COLÔMBIA, 2010).

Adotou-se a cartilha para a Primeira Autoridade Respondente. Nessa cartilha, distribuída para as forças singulares e a Polícia Nacional, estabeleciam-se os oito passos a serem tomados. São eles:

- verificar e confirmar a existência da ocorrência;
 - estabelecer a segurança do perímetro da ocorrência;
 - verificar possíveis artefatos explosivos;
 - verificar a existência de feridos ou mortos;
 - isolar o local da ocorrência;
 - verificar a presença de testemunhas ou participantes da ocorrência;
 - informar o ocorrido ao escalão superior; e
 - entregar o lugar da ocorrência à polícia judicial.
- Cada passo é explicado detalhadamente e tal procedimento contribuiu para diminuir significativamente os problemas judiciais advindos após o confronto com grupos criminosos ou narcoterroristas.

O Ministério da Defesa da Colômbia criou o programa de atenção humanitária ao guerrilheiro desmobilizado por meio de um processo de desarmamento, desmobilização e

reintegração (DDR). Esse processo contribuiu para a segurança e estabilidade em áreas envolvidas em combates com os grupos narcoterroristas, saindo de uma situação de conflito ou de violência organizada generalizada, ao desarmar os combatentes, tirá-los das estruturas milicianas e dotá-los com ferramentas necessárias para a reintegração social e econômica na sociedade civil (COLÔMBIA, 2008).

As unidades das forças militares empregadas nas diversas áreas de operações são incentivadas, por meio de um sistema de pontuação, a desmobilizar os elementos das organizações narcoterroristas, ao invés de simplesmente eliminá-los. Essa pontuação é consolidada em uma escala de respeito aos direitos humanos, onde a unidade militar melhor classificada é destacada perante toda a nação. Assim, essa sistemática contribuiu no aumento da legitimidade nas ações do Estado, à medida que impactou na forma de atuação das unidades.

Da análise do conflito assimétrico colombiano, conclui-se que as ações das forças militares na área operacional pautaram-se por uma restruturação de suas unidades e pela atualização de suas TTP, a fim de se tornarem mais eficientes, conseguindo enfraquecer militarmente o inimigo assimétrico. Buscou-se, ainda, o amplo emprego das operações psicológicas para melhorar a sensação de segurança no seio da população. Nessa pauta, inovou, também, suas ações no sentido de combater a guerra política no seu viés jurídico e aumentar a legitimidade das forças militares por meio do respeito aos direitos humanos.

AÇÕES ADOTADAS NA ÁREA DE ENSINO

Acompanhando as modificações operacionais, a Colômbia adotou, também, uma série de medidas na área de ensino de suas forças militares que influenciaram o aumento da eficácia de suas ações.

Uma importante medida adotada foi a ativação, no ano de 1999, do Centro de Educação Militar (CEMIL). Encarregado de planejar, dirigir e administrar a capacitação e especialização integral dos oficiais, praças, soldados profissionais e civis, o CEMIL trabalha de forma coordenada e permanente

os diferentes cursos das armas e suas especialidades (COLÔMBIA, 2010). São quinze escolas concentradas no complexo situado, no *Cantón Norte*, em Bogotá. Nesse contexto, pode-se visualizar que trata-se de uma instituição de educação superior inovadora, moderna e competitiva no desenvolvimento educacional. Esse grande instituto capacita, anualmente, cerca de 20 mil alunos. Essa centralização facilitou a integração e a logística dos vários ramos de ensino do Exército Colombiano, permitindo um sólido alinhamento com o projeto pedagógico de mais alto nível na Colômbia e facilitando a adaptação às novas demandas do conflito assimétrico latente.

Outra medida adotada pelo Exército, em 1999, foi a ativação do *Centro Nacional de Entrenamiento (CENAE)* localizado no Forte Tolemaida, para desenvolver os cursos de especialização na área de combate, formação de soldados profissionais e adestramento das unidades especiais e brigadas móveis. Nesse Forte se encontram reunidas:

- a Escola de Lanceiros;
- a Escola de Tiro;
- a Escola de Forças Especiais;
- a Escola de Paraquedismo;
- a Escola de Treinamento e Adestramento Tático;
- a Escola de Assalto Aéreo;
- a Escola de Aviação do Exército; e
- a Escola de Soldados Profissionais.

Essa centralização proporcionou um incremento no intercâmbio entre todas as escolas de especialização no combate irregular, bem como potencializou a difusão das inovações que traziam bons resultados táticos contra o inimigo assimétrico (COLÔMBIA, 2011).

A área de ensino sofreu forte influência no escopo da guerra política. Destaca-se a criação da Escola de Justiça Penal Militar (EJPM), criada no ano de 2003, nas dependências do CEMIL, para formar os quadros especialistas em justiça penal militar. Eles estão sendo distribuídos por todo o território nacional, melhorando o assessoramento jurídico para as tropas na ponta da linha e aumentando a segurança jurídica das forças militares. A EJPM participou ativamente na elaboração das diretrizes para os procedimentos jurídicos nos confrontamentos com grupos à margem da lei,

bem como na construção e difusão das regras de engajamento. Com isso, aumentou-se a liberdade de ação das forças militares.

Também, no ano de 2003, foi criada a Escola de Direito Internacional Humanitário, localizada no Complexo do *Cantón Norte* em Bogotá, com a missão de especializar os quadros das forças militares no assunto de direitos humanos. Segundo Vargas (2001), nas últimas décadas, as ações do Estado foram muito contestadas, sendo inúmeros casos levados à Corte Interamericana dos Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Colômbia acabou sofrendo forte pressão internacional para tomar atitudes nesse sentido. Uma reação a essa pressão foi a criação da mencionada escola, seguindo o Plano Estratégico do Sistema Educativo - PESE (COLÔMBIA, 2010). Essa iniciativa conseguiu que a mentalidade de respeito aos direitos humanos fosse mais difundida em todo país. A transmissão dos valores e princípios institucionais e a promoção da ética, da disciplina militar e da disciplina policial tornaram-se mais efetivas. Isso contribuiu para a plena assimilação e interiorização dos direitos humanos, melhorando os níveis de acreditação internacional das unidades em operações, aumentando a sua credibilidade e a sua liberdade de ação no conflito assimétrico.

Dentro da política integral de direitos humanos, adotou-se o modelo único pedagógico (MUP), caracterizado por um programa educativo das forças militares estruturado em seis níveis, mensurando o aprendizado segundo as necessidades operacionais e os níveis de responsabilidade, por meio de uma metodologia baseada na prática (COLÔMBIA, 2010). Os programas curriculares e a capacitação de instrutores e docentes foram unificados no âmbito das forças militares e policiais.

O MUP integrou as normas dos direitos humanos aos currículos em todos os níveis hierárquicos, de acordo com o seu grau de responsabilidade, mediante a adoção gradual em diferentes escolas de formação, capacitação e treinamento.

Assim, o MUP fortaleceu a ideia de que as forças militares respeitam os direitos humanos, aumentando a sua legitimidade perante a comunidade internacional e no seio da sua própria população.

Ainda no início deste século, ocorreu, também, a criação da Escola de Missões Internacionais e Ação Integral (ESMAI), responsável pela especialização na área de operações psicológicas (COLÔMBIA, 2011). Seguindo um modelo preconizado pelo Exército dos EUA, os oficiais são responsáveis pelo planejamento das campanhas de operações psicológicas e os graduados pela elaboração dos produtos de disseminação. Tudo isso é ensinado nos cursos conduzidos pela ESMAI, visando aumentar a capacidade de influenciar e de mudar a atitude dos vários públicos-alvo a serem estabelecidos, inclusive angariando o apoio mais efetivo da população.

Outra medida adotada na área de ensino foi a condução do Curso International de Guerra Assimétrica, contando com a participação de brasileiros nos anos de 2010 e de 2011. Esse curso visava sistematizar o conhecimento do Exército Colombiano na área dos conflitos assimétricos, fazendo com que as escolas mais importantes apresentassem os seus ensinamentos nessa área. Além da difusão dos ensinamentos colhidos e consolidados ao longo de vários anos de conflito, ocorreu a troca de experiências entre alunos de vários países, principalmente, do continente americano.

O Exército Colombiano tem intensificado o intercâmbio internacional, por meio de cursos de especialização destinados a alunos das nações amigas, particularmente, brasileiros. Nessas oportunidades a Colômbia vem projetando poder, ao se colocar como vanguarda no combate assimétrico, estreitando amistosas relações internacionais. Tais fatores se mostram fundamentais para o êxito no conflito assimétrico, pois normalmente as ameaças são transnacionais e a cooperação entre os países, principalmente, aqueles que fazem fronteiras, facilita a diminuição da liberdade de ação dos grupos subversivos e à margem da lei.

Foi consolidado o método de estudo de situação para os comandantes em todos os níveis, denominado *Proceso Militar en la Toma de Decisiones (PMTD)*. Ele está baseado na doutrina estadunidense e se assemelha muito ao Exame de Situação do Comandante Tático adotado no EB. O processo segue sete passos que culminam com a aprovação de uma linha de ação e com a elaboração de planos e ordens (COLÔMBIA, 2011). A sistematização do processo para se chegar a uma decisão permitiu a ampla difusão de uma ferramenta para que se tome decisões mais acertadas, pois possibilita a análise mais profunda dos fatores que influenciam no conflito assimétrico.

Da análise desse conflito colombiano na área do ensino, conclui-se que as ações adotadas pelo Estado, particularmente, pelas suas forças militares, enfatizaram a centralização dos seus estabelecimentos de ensino para facilitar a divulgação das boas práticas e intercâmbio de novas ideias. O incremento do ensino na área de direitos humanos, justiça penal militar e operações psicológicas contribuiu com o aumento

Da análise das duas últimas décadas de conflito, percebe-se que se tornou necessário conjugar ações que tiveram um caráter bastante repressivo, calcado em ações em força contra o braço armado das ameaças assimétricas, com ações que impactaram sobre fatores intangíveis, notadamente políticos.

da legitimidade das ações estatais, bem como com a melhoria da sensação de segurança e apoio da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito irregular assimétrico colombiano se estende há mais de cinco décadas. Esse oscilou entre períodos de fortalecimento dos movimentos subversivos, quando assumiram a produção e comercialização de narcóticos, e períodos recentes de retomada das ações estatais mais contundentes de repressão, culminando com as atuais tratativas para levar a cabo um complexo acordo de paz.

Durante toda a história do conflito houve inúmeros ensinamentos que podem ser colhidos pelo EB, devido à proximidade dos países e a

transnacionalidade dos ilícitos. A partir do início deste século, os ensinamentos se tornaram mais substanciais para o Brasil.

Em síntese, as ações do governo colombiano, em especial, de suas forças militares, foram integradas por medidas quantitativas e qualitativas. Por mais que as medidas qualitativas tenham se mostrado mais eficazes, elas precisaram ser complementadas pelo aumento do efetivo absoluto das forças militares, que é uma medida eminentemente quantitativa.

Da análise das duas últimas décadas de conflito, percebe-se que se tornou necessário conjugar ações que tiveram um caráter bastante repressivo, calcado em ações em força contra o braço armado das ameaças assimétricas, com ações que impactaram sobre fatores intangíveis, notadamente políticos.

Quando se fala em atuar no espectro político do conflito, conclui-se no estabelecimento de novos indicadores de vitória, onde o ganho de legitimidade perante a opinião pública (interna e externa) e o aumento da percepção de segurança são os verdadeiros centros de gravidade.

Para alcançar esses aspectos, as forças militares, com grande proeminência de seu Exército, investiram seus esforços tanto na área operacional como na área de ensino. Fazer com que essas duas áreas evoluíssem de mãos dadas foi condição fundamental para a evolução do conflito a favor do Estado Colombiano.

Um exemplo disso, foi o esforço em validar as ações das forças militares nos aspectos de respeito aos direitos humanos e corretos procedimentos jurídicos. Todo esse esforço foi coordenado com as tropas que estavam nas áreas de operações e com os estabelecimentos de ensino que davam o suporte teórico para suas ações. Mostrar que a tropa respeita os aspectos jurídicos e os direitos humanos é fundamental no combate moderno.

Por mais que o conflito colombiano esteja intrincado em seu aspecto político, as ações realizadas com mais contundência no aspecto militar proporcionaram vantagens que colocaram o Estado em melhores condições para negociar o tratado de paz. Nesse escopo, a articulação do emprego coordenado da inteligência, da mobilidade aérea e das tropas de operações especiais é uma receita de sucesso que pode ser incorporada às ações do EB, pois temos, nesses aspectos, capacidades semelhantes ao Exército Colombiano.

O emprego das operações psicológicas, articulada em todos os níveis, do tático ao político, e alinhada nos mesmos objetivos, é um fator preponderante em um conflito assimétrico. Isso foi amplamente vivenciado pela Colômbia, sendo uma boa prática que transcende a esfera militar, abarcando também a esfera política do conflito, além de contribuir para ganhar legitimidade junto à população e aumentar a sensação de segurança junto à sociedade.

A luta das ideias ganha notoriedade com a migração do conflito para a área das percepções, onde se protagonizam a legitimidade e a sensação de segurança. Como o campo de batalha assimétrico está em toda parte, o conflito terá que ser vencido com sabedoria.

A migração para um conflito político faz com que alguns tenham a percepção de que “a guerra que a Colômbia não pode perder é a guerra que os militares não podem lutar”. Porém, a atuação das forças militares comprovou que tudo está relacionado, fazendo com que o trabalho conjunto de todas as expressões do poder nacional seja determinante para o êxito.

Ao concluir o presente artigo, após analisar o conflito irregular assimétrico na Colômbia, apresento as seguintes sugestões a serem adotadas pelo EB:

- incremento da integração entre as tropas de operações especiais, a aviação e os órgãos de inteligência;
- criação de um curso de especialização em AEI, devendo os concluintes ser distribuídos pelas organizações militares em todo o país, para atuar em proveito dos elementos de manobra;
- criação de cursos de especialização em direitos humanos, para que sejam difundidos com mais eficácia;
- inclusão de matéria específica versando sobre procedimentos jurídicos nos programas padrão de instrução nos corpos de tropa;
- incremento da atividade de operações psicológicas, fazendo com que seus objetivos sejam alinhados em todos os níveis; e
- flexibilização das doutrinas de guerra convencional, para que os ensinamentos colhidos no combate assimétrico possam ser empregados com mais celeridade nas diversas operações.

Por fim, as medidas adotadas pelas forças militares colombianas trouxeram vantagens ao Estado, diminuindo a influência dos movimentos subversivos e criminosos.

Entretanto, o conflito ainda está em processo de pacificação. Como migrou para a sua vertente política, a complexidade tende a diluí-lo ainda por algum tempo.

REFERÊNCIAS

- ALZATE, Luis Fernando Vargas; NOREÑA, Santiago Sosa e DAVID, Hector José Galeano. **The Evolucion of Security in South America: a comparative analysis between Colombia and Brazil**. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Relatório do Curso Internacional de Lancero**. Ministrado pela Escola de Lanceiro do Exército Colombiano no Forte Tolemaida. Melgar, Ago a Nov. 2006.
- _____. **Relatório do I Curso Internacional de Guerra Assimétrica**. Ministrado pela Escola de Inteligência e Contrainteligência do Exército Colombiano em Bogotá DC, Set a Dez. 2010.
- _____. **Relatório do II Curso Internacional de Guerra Assimétrica**. Ministrado pela Escola de Inteligência e Contrainteligência do Exército Colombiano em Bogotá DC, Jul a Set. 2011.
- CASTRO, Fábio Benvenutti. **Os conflitos assimétricos e a adequação das Forças Armadas**. PADECEME. Rio de Janeiro, 1º sem. 2007.
- CEPIK, Marco e BORBA, Pedro. **Brasil e Colômbia: desafios para a cooperação após Uribe**. Cadernos Adenauer XI, número 4. 2010.
- COLÔMBIA. **II Curso Internacional de Guerra Assimétrica**. Ministrado pela Escola de Inteligência e Contrainteligência do Exército Colombiano em Bogotá DC. Jul a Set. 2011.
- _____. **Jefatura de Educacíoón y Doctrina**. Patrimonio Histórico y Cultural del Ejército. 200 años de Honor y Gloria. Bogotá – DC – 2009.
- _____. MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL. **Manual Operativo para la desvinculación de niños, niñas y adolescentes; desarme y desmovilización de adultos, y reintegración**. Bogotá – DC – 2008.
- _____. **Política Integral de DDIH y DIH. Cartilha explicativa**. Bogotá – DC – 2010.
- _____. Revista CEMIL. **Reseña histórica: 10 años**. Edição Especial Décimo Aniversário. Bogotá – DC – 2010.
- FILHO, João Estevão dos Santos. **A reestruturação das Forças Armadas da Colômbia: Desenvolvimento de Capacidades e Perfil de Força**. Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM – SUL – v3, Nr2. Jul a Dez. 2016.
- GALINDO, Carlos Alfonso Sierra. **La combinación de Las Formas de Lucha que usan los Grupos Terroristas en Colombia**. 2. ed. Colômbia: Centro de Análise Sociopolítica, 2009.
- GAZOLA, Miguel Rotundo Barra. **O Programa de Ação Integral Contra Minas Antipessoal da Colômbia e a importância da participação dos militares brasileiros para a projeção das Forças Armadas do Brasil**. 2017
- LANGE, Maria L. **O Processo de Paz entre o Governo de Juan Manuel Santos e as FARC: uma análise à luz da escola de Copenhague**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.
- LIMA, Alexandre Granjeiro de. **O conflito armado assimétrico em curso na Colômbia e as lições que podem ser extraídas para o Exército Brasileiro**. 2015
- MONROY, Mauricio Louzano. **Gato Negro: Uma operación contra uma alianza mortal: FARC – Narcotrafico**. Colômbia: Planeta Bogotá, 2001.
- RODRIGUEZ, Guillermo Augusto. VARGAS, Fernando Antonio. **La Cara Oculta del Enemigo: Estrategia subsersiva para la toma del poder em Colombia**. 1. ed. Colômbia: Planeta Bogotá, 2002.
- SEGURA, Agustín Alcázar. **El enemigo assimétrico**. Revista Ejército. Bogotá DC, Colômbia, 2006.
- TORRES, Juan Carlos. **Operación Jaque: la verdadera historia**. 2. ed. Colômbia: Planeta Bogotá, 2008.
- VARGAS, Fernando Antonio. **Um País sin Derechos**. 5. ed. Colômbia: Litotécnica, 2001.
- _____. **Comunidades de Paz: Estrategia de Guerra**. Colômbia: Litotécnica, 2006.
- VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular. Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

NOTAS

- [1] As Forças Militares Colombianas, constituídas pelo Exército, pela Força Aérea e pela Marinha, são as forças armadas da República da Colômbia.
- [2] O Exército Nacional da Colômbia (*Ejército Nacional de Colombia*) é o componente terrestre das forças armadas da Colômbia. É o principal responsável pela defesa do território terrestre nacional, dividindo a responsabilidade com o Corpo de Fuzileiros Navais (*Infantería de Marina*).
- [3] Ao referir-se aos direitos humanos (DH), o autor engloba o direito internacional humanitário (DIH) e o direito internacional dos conflitos armados (DICA).
- [4] O Plano Colômbia foi o nome de um acordo bilateral entre os governos da Colômbia e dos EUA. Concebido em 1999, durante as administrações dos presidentes Andrés Pastrana e Bill Clinton, foi originalmente projetado para durar seis anos.



A CONDUÇÃO DO TIRO E A AVALIAÇÃO DOS DANOS DO MÍSSIL TÁTICO DE CRUZEIRO PELAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Capitão José Carlos do Amaral Alves Junior

O Capitão de Artilharia Amaral Junior é o Comandante da Companhia de Ações de Comandos Alfa, do 1º Batalhão de Ações de Comandos, sediado em Goiânia-GO. Foi declarado aspirante a oficial, em 2007, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino superior no qual foi instrutor. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2018. Realizou o Curso de Operação do Sistema ASTROS II no Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes, onde permaneceu como instrutor. Possui os Cursos de Ações de Comandos e de Forças Especiais do Centro de Instrução de Operações Especiais, onde também foi instrutor. Possui os estágios de Operações na Caatinga e no Pantanal. No exterior, realizou os cursos de Planejamento e Coordenação do Apoio de Fogo, no Uruguai, e o de Armas Combinadas, na Bolívia (amaraljr83@hotmail.com).



O ASTROS 2020 é um programa estratégico do Exército Brasileiro (EB) e tem como um de seus objetivos o desenvolvimento de um míssil tático de cruzeiro de 300 km, o MTC-300. Esse artefato balístico de grande precisão e com alcance de 300 km, com erro circular provável de 30m, potencializará a capacidade da artilharia de campanha e aumentará o poder de dissuasão das Forças Armadas brasileiras no panorama internacional, principalmente, por se tratar de tecnologia nacional. O Sistema de Foguetes de Artilharia para Saturação de Área (*Artillery Saturation Rocket System*) ASTROS é um sistema de lançadores múltiplos de foguetes fabricado pela empresa brasileira Avibras.

As Forças de Operações Especiais (F Op Esp) [1] são empregadas em missões estratégicas, utilizando suas capacitações militares específicas, dentre as quais a condução do apoio de fogo aéreo, mediante a técnica de guia aéreo avançado (GAA) [2], para a neutralização de alvos profundos,

realizando a análise, a condução da missão e a avaliação de danos.

Com o incremento da capacidade dos fogos terrestres, advindo do MTC-300, esse armamento torna-se uma alternativa viável para atingir objetivos profundos, enfatizando o estudo da integração entre as forças especiais e as unidades de artilharia de mísseis e foguetes.

A proximidade dos conflitos às áreas habitadas, característica dos chamados conflitos de quarta geração, tem restringido a atuação da artilharia de campanha, tornando fundamental a precisão e a flexibilidade do apoio de fogo, crescendo de importância o emprego de munições, como o MTC-300, e o foguete guiado SS-40. A Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) nº 03/2015, que trata sobre o emprego da artilharia de mísseis e foguetes de longo alcance, descreve bem as características dos sistemas de armas modernos,

a Força Terrestre (F Ter) deverá ser capaz de engajar alvos de natureza militar com força proporcional à ameaça, de modo a mitigar os efeitos colaterais, preservando a população e as estruturas civis. Possuir essa letalidade seletiva implica em dotar a Força de sistemas de armas com elevado grau de precisão (BRASIL, 2015).

Todavia, o alcance e a precisão do MTC-300, necessárias para atender às demandas dos conflitos atuais, dificultam a condução do tiro e a avaliação de danos. Para dirimir esse óbice, o Grupo de Mísseis e Foguetes (GMF) deverá ser apoiado por uma seção de sistema de aeronave remotamente pilotada (SARP) da bateria de busca de alvos (Bia BA). No entanto, essa fração possui somente sensores de imagens, não dispondo de sensores de fonte humana, que se configura em um sensor bem

mais confiável, para a condução e a avaliação de seus tiros.

Conforme o manual de campanha Vetores Aéreos da Força Terrestre, EB20-MC-10.214 (2020), os SARP de categoria 3 e superiores, devido à sua complexidade de operação e ao apoio logístico, devem ser operados pela Aviação do Exército. Dessa forma, visualizamos a grande quantidade de coordenações necessárias para a condução e para a avaliação de danos dos tiros do MTC-300, que é uma lacuna existente há vários anos. Essa avaliação de danos, superficial e imprecisa, a qual, muitas vezes, não condiz com a realidade do resultado obtido.

Por suas peculiaridades de emprego, as F Op Esp realizam atividades de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos (IRVA) e visualizam a possibilidade de utilizá-las para fornecer as informações necessárias para a aquisição, a condução e a avaliação de danos em proveito do GMF.

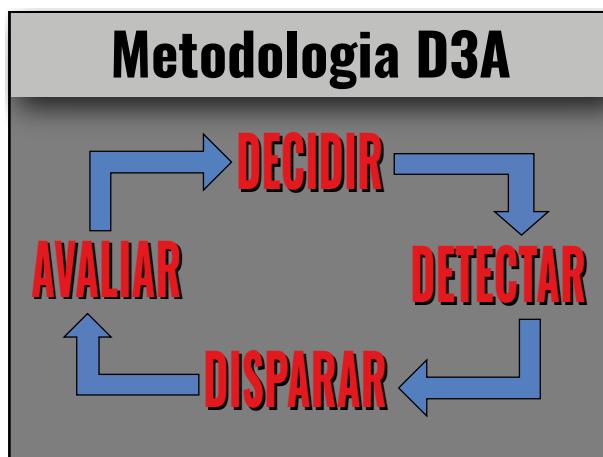
Atualmente, os meios de envio de dados proporcionam uma avaliação muito mais completa quanto aos efeitos sobre o alvo, incluindo imagens e relatórios com os efeitos físicos e funcionais, levando em consideração a intenção do escalão superior em relação àquele alvo.

PROCESSAMENTO DE ALVOS

O processamento de alvos engloba as seguintes etapas: decidir, detectar, disparar e avaliar, sendo conhecido pelo acrônimo D3A. Propõem de forma sistemática como os alvos serão levantados, qual a melhor forma de engajá-los e como será realizada a avaliação de danos.

Segundo o Manual de Campanha EB70-MC-10.346 Planejamento e Coordenação de Fogos, 3^a edição, 2017,

utiliza-se a metodologia de processamento de alvos “D3A” como forma de organizar tarefas durante o processo de planejamento e execução das operações, de modo a obter a melhor utilização dos recursos e empregar os fogos de forma integrada e sincronizada com a manobra (BRASIL, 2017).



Metodologia de processamento de alvos D3A.

DECIDIR

Decidir é a primeira etapa do processo, a qual, conforme o mencionado manual, tem como meta estabelecer as diretrizes para o planejamento e a execução das atividades de detecção e engajamento dos alvos, sincronizando essas ações com cada fase da manobra. Fazendo uma análise do processo de planejamento de fogos no nível operacional constante no manual, podemos verificar que a conclusão dessa etapa no nível comando conjunto é caracterizada com a difusão da lista integrada e priorizada de alvos (LIPA) para as forças componentes (BRASIL, 2017).

DETECTAR

Detectar é a segunda etapa do processo, na qual o esforço no desenvolvimento é orientado para a aquisição dos alvos que comprometam ou dificultem o cumprimento da missão da força. Nessa etapa, as F Op Esp começam a ser mais atuantes, recebendo as demandas por meio da célula de inteligência, pois as células de fogos podem receber informações tanto pela célula de inteligência, quanto pelos seus próprios meios de busca de alvos. As F Op Esp realizam a aquisição de alvos mais profundos e de alvos de alto valor. Segundo o Manual de Campanha EB70-MC-10.346,

o monitoramento de Regiões de Interesse Para a Inteligência (RPI) e Áreas com Objetivo de Interesse (AOI) viabilizam o acompanhamento das atividades inimigas, com isso, o emprego das F Op Esp com a

finalidade de realizar o levantamento de alvos favorece o desencadeamento dos fogos de aprofundamento (BRASIL, 2017).

A partir dos dados levantados a célula de fogos vai consolidar as informações nos seguintes documentos: carta de situação, lista de alvos, calco de alvos e ficha de relatório de alvo.

DISPARAR

Disparar é a terceira etapa, a qual, segundo o Manual de Campanha EB70-MC-10.346:

[...] compreende a análise dos alvos localizados (para fim de engajamento) e a execução das ações que se pretende empreender sobre eles. Nessa etapa, seguem-se as diretrizes e restrições estabelecidas durante o desenvolvimento da etapa decidir, de modo que as ações decorrentes estejam alinhadas com as intenções e os objetivos do comando (BRAZIL, 2017).

Nessa etapa, é realizada a ligação entre o meio de busca de alvos (F Op Esp) e o meio que será empregado, tudo sob a coordenação da célula de fogos. O meio de busca de alvo vai detalhar os dados do alvo, a fim de confirmar, refutar ou atualizar os dados inicialmente levantados. Com isso, aumentará o nível de certeza das características do alvo (descrição, disposição espacial, vulnerabilidade e capacidade de recuperação).

Conforme o manual de Defesa Antiaérea EB70-MC-10.231 (2017), mísseis táticos de cruzeiro se constituem ameaças aéreas passíveis de serem abatidos pela defesa antiaérea, apesar da dificuldade.

O fato do MTC-300 ainda não ter sido completamente desenvolvido não permite saber se ele sensibiliza os radares do sistema de controle e alerta da defesa antiaérea. Portanto, a capacidade de defesa antiaérea presente na área do alvo é um aspecto importante a ser reconhecido e informado no relatório de alvo.

A partir das características do alvo, a célula de fogos vai estudá-lo para decidir quanto ao seu engajamento. Caso positivo, definirá qual meio vai batê-lo e o método de engajamento, emitindo, assim, sua decisão final.

AVALIAR

Avaliar é a quarta etapa, caracterizada por verificar o resultado do ataque realizado sobre o objetivo, levantando os efeitos no alvo, no seu entorno e a eficiência do meio e métodos empregados para o engajamento.

Com essas informações à sua disposição, será verificado se o efeito final desejado (EFD) sobre aquele alvo foi atingido. Caso negativo, pode-se optar por retornar às etapas detectar e disparar, assim como mudar as ordens da etapa decidir.

Para essa avaliação, está preconizado, no manual de Defesa Antiaérea EB70-MC-10.231 (2017), que será realizada uma estimativa sobre a situação do alvo e o emprego do atuador empregado, por meio da taxa de danos de batalha (TDB) e da taxa de efetividade das munições (TEM).

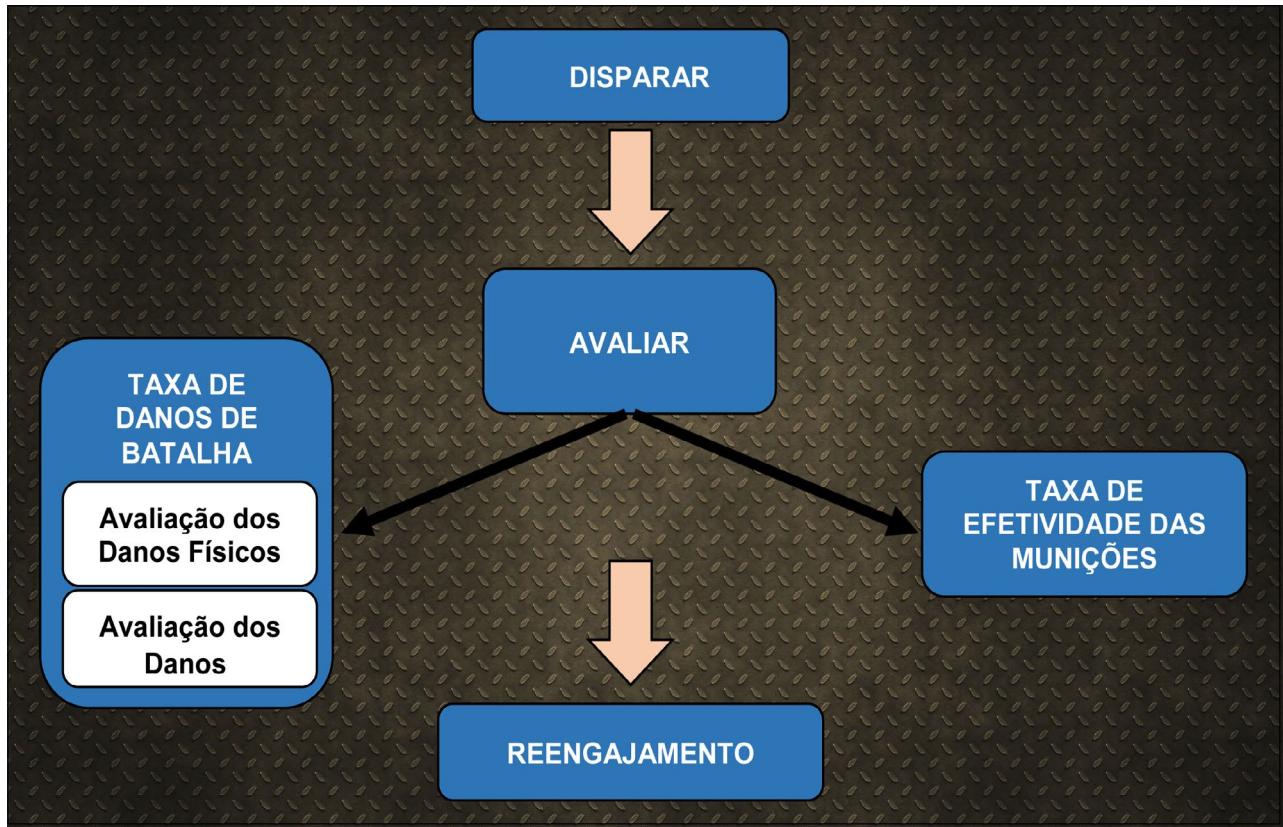
Na TDB, elaborada pelas F Op Esp, devem constar a avaliação do dano físico e a avaliação funcional. A avaliação do dano físico informa o dano sobre o alvo e o dano em seu entorno como resultado do ataque. Já a avaliação funcional verifica a degradação da performance do meio atingido (BRAZIL, 2017).

Os conceitos presentes no manual brasileiro de Planejamento e Coordenação de Fogos estão alinhados com os do manual dos EUA *Joint Publication 2-01.1 - Joint Tactics, Techniques and Procedures for Intelligence Support to Targeting*, o qual propõe a avaliação de danos em três fases:

- 1^a fase - avaliação do dano físico;
- 2^a fase - avaliação do dano funcional; e
- 3^a fase - avaliação do efeito pretendido.

Com essa avaliação, o meio de busca pode informar se o objetivo pretendido pelo escalão superior foi atingido, independentemente de ter causado um dano físico ou funcional, o que enriquece a avaliação.

A TEM é uma avaliação voltada para um futuro emprego dos meios atuadores e método de engajamento. Essa avaliação é realizada pela célula de fogos baseada nos dados fornecidos pela célula de inteligência (BRAZIL, 2017).



Metodologia de processamento de alvos na etapa avaliar.

PROCESSO DE RECEBIMENTO DO ALVO PELA F OP ESP

Os alvos estratégicos de interesse das F Op Esp são recebidos por meio da LIPA, empregando a metodologia *top-down* [3]. Todavia, caso sejam levantados alvos táticos, esses são enviados à célula de inteligência pela metodologia *bottom-up* [4].

A ligação entre a célula de fogos da Força Terrestre Componente (FTC) e o Centro de Coordenação de Operações da Força Conjunta de Operações Especiais é estabelecida por meio da equipe/oficial de ligação de operações especiais (O Lig Op Esp) e do Grupo Integrado de Seleção e Priorização de Alvos (GISPA) [5] que compõem a célula de fogos da FTC. Nesse grupo, há um especialista de operações especiais que facilita o fluxo de informações.

Os alvos estratégicos são estudados pela célula de inteligência da Força Conjunta de Operações Especiais (F Cj Op Esp), a qual verifica a intenção do escalão superior. Após esse estudo, a célula de operações da F Cj Op

Esp decidirá como esse alvo será engajado, podendo designar uma F Op Esp para realizar os trabalhos de reconhecimento, vigilância e neutralização do alvo, bem como utilizar ou não meios não orgânicos da fração.

Ao receber a missão, a F Op Esp levanta o máximo de informações disponíveis sobre o alvo, de forma a direcionar como o alvo deverá ser tratado e a verificar se é viável empregar o meio vislumbrado pelo escalão superior para engajá-lo.

No pedido de busca do alvo estarão explicitadas as informações a serem levantadas ou ratificadas. Normalmente, as F Op Esp empregam os fatores da matriz de priorização de alvos (criticabilidade, recuperabilidade, acessibilidade, vulnerabilidade, efeitos e reconhecibilidade) como direcionamento dos dados a serem levantados, pois esses dados fornecerão subsídios para que o escalão superior decida a forma de tratamento que dará ao alvo selecionando, o meio a empregar ou, até mesmo, se vai atacá-lo ou não.

Assim que finalizar o reconhecimento e monitoramento do alvo, será enviado à célula de inteligência do C Cj Op Esp o relatório de alvos (Rel A), constando os dados obtidos, atendendo ao pedido de busca de alvos (PBA).

Após o recebimento do Rel A, será definido o método de ataque do alvo, isto é, como o alvo será atacado. Essa decisão será tomada avaliando as circunstâncias, porém é necessário que a F Op Esp saiba qual é o atuador que o escalão superior tem a intenção de empregar, pois influenciará nos aspectos de segurança da F Op Esp, nos procedimentos adotados e nos dados a serem levantados sobre o alvo.

Para o engajamento do alvo, a F Op Esp vai ocupar um posto de observação nas proximidades do alvo, para isso ela já terá reconhecido e verificado os aspectos de segurança inerentes ao meio e ao método de ataque selecionado.

Portanto, é essencial que o ataque seja uma missão pré-planejada [6], empregando missões a horário. A F Op Esp permanecerá nessa posição até a finalização da avaliação de danos, caso sua segurança não esteja ameaçada.

Após o engajamento do alvo, será realizada a avaliação de danos.

Outra informação imprescindível, no caso de um ataque empregando mísseis, é o tempo necessário para o reengajamento do alvo.

A F Op Esp deverá entrar em contato com o escalão superior, a fim de transmitir a avaliação de danos e receber o retorno sobre a necessidade do reengajamento do alvo. Esse dado é necessário para o planejamento dos horários para contato com o escalão superior.

Não é viável manter contato rádio com escalão superior durante o engajamento do alvo pelos seguintes os motivos:

- a dificuldade de estabelecimento de um enlace rádio a 300 km (alcance máximo do míssil), pois a experiência aponta que leva em média uma hora para o estabelecimento de contato, e, dependendo das condições meteorológicas, esse contato somente pode ser estabelecido em horários específicos;

- a longa exposição de emissão eletromagnética, facilitando a detecção da F Op Esp por elementos de guerra eletrônica; e

- o desdobramento de um equipamento HF nas proximidades do alvo dificulta a exfiltração do local, com-

prometendo a segurança da F Op Esp.

Dependendo dos fatores da decisão [7], outras medidas podem ser empregadas para estabelecer as comunicações com escalão superior durante a missão de tiro, informando a avaliação, mesmo que sumária, em tempo real.

O processamento de alvos engloba as seguintes etapas: decidir, detectar, disparar e avaliar, sendo conhecido pelo acrônimo D3A. Propõem de forma sistemática como os alvos serão levantados, qual a melhor forma de engajá-los e como será realizada a avaliação de danos.

O MÍSSIL TÁTICO DE CRUZEIRO (MTC-300)

O MTC-300 ainda está em pleno desenvolvimento, buscando alcançar as

seguintes características mais importantes para o emprego, estabelecidas nos requisitos técnicos básicos do sistema míssil tático de cruzeiro para o Sistema Astros - EB80-RT-76.005 (2013):

- comprimento - 4.480 mm;
- diâmetro - 450 mm;
- alcance de utilização - de 30 km a 300 km;
- erro provável circular - 30 m;
- raio de ação da cabeça-de-guerra - 80 m (alto explosiva 500 m x 200 m, com submunições);
- carga útil da cabeça-de-guerra - 200 kg;
- altura do voo de cruzeiro - entre 200 m e 1.500 m;
- velocidade do voo de cruzeiro - Mach 0,7 (aproximadamente 240 m/s);
- tempo de voo - 20 min (aproximadamente); e
- sistema de guiamento por Sistema de Posicionamento Global - *GPS*, na sigla em inglês (*WGS-84*) e inercial.

Vários questionamentos sobre os aspectos táticos somente serão respondidos após a realização dos testes operacionais. Dentre essas informações fundamentais para a condução do tiro, que ainda não foram determinadas, estão:

- a distância de segurança para a observação do tiro; e
- os dados necessários do alvo para o sistema desencadear a missão.

Outra informação relevante é o *DATUM* [8] usado pelo sistema de guiamento *WGS 84* [9], que utiliza os sistemas de coordenadas *UTM/UPS* [10] empregados pela Força Terrestre.

Além disso, outro dado importante para fins de planejamento, principalmente a respeito do reengajamento, é o tempo entre o recebimento da informação e o disparo do míssil, considerando o remuniciamento, que se configura na

pior situação. Os requisitos básicos do sistema determinam que seja inferior a duas horas.

Devido ao míssil estar em desenvolvimento, suas características podem sofrer mudanças. Por enquanto ele apresenta um padrão de funcionamento e dimensões conforme a figura abaixo, porém são passíveis de mudanças.



Funcionamento e dimensões do MTC-300.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do processamento de alvos adotado pelo EB, podemos propor a seguinte integração das principais atividades realizadas pela FTC e pelas F Op Esp em cada etapa do processamento de alvos:

- na etapa decidir, a FTC e a F Op Esp recebem a LIPA;

➤ na etapa detectar, a F Op Esp levanta o máximo de dados possíveis sobre o alvo, ainda durante o exame de situação, ocupa uma posição ou emprega outro meio para levantar os dados necessários para atender o PBA elaborado pela célula de inteligência da FTC e, oportunamente, envia o relatório de alvo. Enquanto isso, o GMF recebe o pedido de tiro e analisa o alvo para determinar a melhor forma de atacar, bem como a posição de tiro a ser ocupada, propondo medidas de coordenação e controle do espaço aéreo para o engajamento;

➤ na etapa disparar, o escalão de mísseis e foguetes designado realiza o engajamento do alvo propriamente dito, estando a F Op Esp nas proximidades do alvo para iniciar a avaliação logo após o engajamento; e

➤ na etapa avaliar, a F Op Esp verifica os danos focada na TDB, que fornece os subsídios para saber se o estado final desejado para aquele alvo foi atingido.

Caso seja verificada a ineficiência do ataque, pode ser decidido o reengajamento. Todavia, como a F Op Esp, provavelmente, não possuiá contato direto com o Centro

de Operações Táticas da Artilharia do escalão considerado, deverá retornar à etapa detectar para que a F Op Esp possa planejar como vai avaliar o reengajamento.

Dessa forma, podemos verificar que a condução e a avaliação do tiro do MTC-300 por F Op Esp é perfeitamente exequível. Atualmente, a doutrina militar terrestre brasileira permite a interação necessária para o desencadeamento da missão de tiro empregando uma F Op Esp como elemento de busca de alvos.

Ainda há detalhes, como os dados específicos do sistema de mísseis e foguetes, que precisam ser levantados, principalmente, após a finalização do desenvolvimento do MTC-300. Porém, com a realização de adestramentos empregando a dinâmica exposta no presente trabalho, será possível adequar as táticas, as técnicas e os procedimentos inerentes a essa tarefa e aperfeiçoar a sistemática apresentada.

A integração entre as operações especiais e a artilharia de mísseis e foguetes possibilitará complementar a demanda de ambos, bem como aumentar, sobremaneira, o poder de combate da Força Terrestre.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. C6-16: Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes. 2. ed. Brasília, 1999.
- _____. MINISTÉRIO DA DEFESA. MD33-M-11. Apoio de Fogo em Operações Conjuntas. 1. ed. Brasília, 2013.
- BRASIL. COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES. EB70-MC-10.307. Planejamento e Emprego da Inteligência Militar. 1. ed. Brasília, 2016.
- _____. _____. EB20-MC-10.212. Operações Especiais. 3. ed. Brasília, 2017.
- _____. _____. EB70-MC-10.231. Defesa Antiaérea. 1. ed. Brasília, 2017.
- _____. _____. EB70-MC-10.346. Planejamento e Coordenação de Fogos. 1. ed. Brasília, 2017.
- _____. _____. Manual Experimental de Artilharia de Campanha de Longo Alcance. 1. ed. Brasília, 2012.
- BRASIL. DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. EB80-RT-76.005. Requisitos Técnicos Básicos do Sistema Míssil Tático de Cruzeiro Para o Sistema ASTROS. 1. ed. Brasília, 2013.
- BRASIL. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre. Brasil. 1. ed. Brasília, 2013.
- _____. _____. EB20-MC-10.211. Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres. 1. ed. Brasília, 2014.
- _____. _____. EB20-MC-10.214. Vetores Aéreos da Força Terrestre. 1. ed. Brasília, 2020.
- _____. _____. EB20-MF-10.102. Doutrina Militar Terrestre (DMT). 1. ed. Brasília, 2019.
- _____. _____. EB20-MC-10.203. Operações. 5. ed. Brasília, 2017.
- _____. _____. EB20-MC-10.206. Fogos. 1. ed. Brasília, 2015.
- _____. _____. NCD 03/2015. Emprego da Artilharia de Mísseis e Foguetes de Longo Alcance. Brasília. 2015.
- _____. _____. EB20-MC-10.202. Força Terrestre Componente. 1. ed. Brasília, 2014.
- DEFESANET. ASTROS 2020 – MÍSSEIS E FOGUETES. Disponível em: <[http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/15244/ASTROS-2020-%E2%80%93- Misseis-e-Foguetes/](http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/15244/ASTROS-2020-%E2%80%93- Misseis-e-Foguetes/>.)>. Acesso em: 12 mai. 2016.
- _____. AV-TM 300 – Brasil deverá ter míssil de médio alcance em 2016. Disponível em: <<http://>

www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/9027/av-tm300---brasil-devera-ter-missil-de-medio-alcance-em-2016. Acesso em: 12 mai. 2016.

www.defesanet.com.br/laad2013/noticia/10611/LAAD-Bastidores-2---ASTROS-2020-%E2%80%93-Do-Tatico-para-o-Estrategico-/. Acesso em: 12 mai. 2016.

ESTADÃO. Míssil de Precisão Entra em Fase Final. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,míssil-de-precisao-entra-em-fase-final,70002242294>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

OLIVEIRA, Céurio. Dicionário Cartográfico. 4. ed. Rio de Janeiro-RJ, 1993.

USA. JOINT STAFF. JP2-01.1. Joint Tactics, Techniques, and Procedures for Intelligence Support to Targeting. 1. ed. Washington, 2013.

NOTAS

[1] São forças destinadas à execução das operações especiais: frações de forças especiais, comandos e os seus apoios que possuem habilidades e especializações para operar em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. As F Op Esp, em termos gerais, podem ser caracterizadas por serem tropas de altíssimo desempenho que realizam missões especiais baseadas em suas capacidades específicas. Também são consideradas F Op Esp as tropas especiais análogas das demais forças singulares (BRASIL, 2017).

[2] Pessoal devidamente certificado para coordenar, a partir do solo, o ataque de aeronaves contra alvos inimigos (BRASIL, 2013).

[3] Quando os alvos são selecionados e priorizados pelo escalão superior e remetidos aos escalões subordinados para serem engajados (BRASIL, 2017).

[4] Quando os observadores avançados (OA) iniciam os trabalhos (com uma visão limitada do estado final desejado da manobra) e remetem aos escalões superiores para sincronização e consolidação (BRASIL, 2017).

[5] O Grupo Integrado de Seleção e Priorização de Alvos (GISPA) organiza as contribuições de todos os elementos do estado-maior com o trabalho da célula de fogos, possibilitando a sincronização dos fogos com os atuadores cinéticos e não cinéticos (BRASIL, 2017).

[6] Aquelas cujo cumprimento ocorre em um ciclo, que varia de 72 a 24 horas, e tratam de alvos cuja importância operacional ou tática justifique a necessidade de discussão no C Op (BRASIL, 2013).

[7] Os fatores da decisão permitem ao comandante e ao seu estado-maior abordar os aspectos relevantes que alteram o resultado das operações e aprimorar a consciência situacional. São: a missão; o inimigo; o terreno e as condições meteorológicas; os meios e os apoios disponíveis, o tempo; e as considerações civis (BRASIL, 2014).

[8] Ponto de referência geodésico que representa a base dos levantamentos horizontais.

[9] *World Geodetic System (WGS)* é uma norma usada em cartografia de origem geocêntrica utilizado pelo *Global Navigation Satellite System (GNSS)* e pelo *Global Positioning System (GPS)*, definida em 1984 e cuja última revisão se deu em 2004.

[10] *Universal Transversa de Mercator (UTM)* é um sistema de coordenadas para identificar os locais na Terra independentemente da posição vertical. Esse sistema é limitado pelos paralelos 84° N e 80° S, onde as deformações ainda não são significativas. Para latitudes maiores, é utilizado o *Universal Polar Stereographic (UPS)*. Em muitos aparelhos receptores de sinal do *GPS* consta a opção de coordenadas *UTM/UPS*.





CAPITÃO FRANCISCO PADILHA

No início do século XVII, o Capitão Francisco Padilha comandou uma das “companhias de emboscadas”, organizadas contra a ocupação holandesa na Bahia. Por sua bravura e liderança, foi o responsável por conduzir os luso-brasileiros à vitória, oferecendo tenaz resistência ao invasor, com o emprego de táticas de guerrilha e emboscadas típicas das ações de comandos modernas.

No dia 9 de maio de 1624, chegou à Bahia uma esquadra holandesa, comandada pelo Almirante Jakob Willekens, e constituída por 23 embarcações, 500 peças de artilharia, 1.600 marinheiros e 1.700 soldados integrantes da tropa de desembarque, sob o comando do Coronel Johan van Dorth. Naquele mesmo dia, devido à pequena resistência encontrada em Salvador, foram conquistadas, pelo invasor, as fortalezas dos portos São Marcelo e Santo Antônio da Barra e aprisionado, em seu palácio, o governador geral Diogo de Mendonça Furtado.



Com a vitória dos holandeses, o Comandante Johan van Dorth assumiu o governo da cidade, mas foi morto em uma emboscada realizada pelo Capitão Francisco Padilha, o que teve grande efeito negativo no moral das tropas holandesas. Com isso, o Almirante Jakob Willekens regressou com metade da esquadra para a Holanda e o Vice-Almirante Pieter Heyn deslocou-se para o litoral africano. Os invasores holandeses não puderam estender sua conquista além dos muros da cidade, pois foram atacados pelos insurretos do arraial do Rio Vermelho que, sob a chefia do Bispo D. Marcos Teixeira, ofereceram cerrada resistência às tentativas de penetração. Foram travados sangrentos combates e, com o passar dos dias, os holandeses viram-se reduzidos ao interior das muralhas da cidade de Salvador, sem nenhuma possibilidade de sucesso.

Em janeiro de 2006, em uma justa homenagem aos feitos heroicos do Capitão Francisco Padilha, falecido em combate, o 1º Batalhão de Ações de Comandos recebeu a denominação histórica “BATALHÃO CAPITÃO FRANCISCO PADILHA”.



SARGENTO-MOR ANTÔNIO DIAS CARDOSO

Os feitos heroicos de Antônio Dias Cardoso foram praticados em duas circunstâncias: em batalhas, com destaque especial para as da defesa de Salvador, do Monte das Tabocas, da Casa Forte e as duas dos Montes Guararapes; e em incontáveis ações de guerrilhas e emboscadas.

Em 1624, assentou praça como soldado, na Bahia, atingindo, em 1635, o posto de alferes, tendo participado de importantes ações de guerra contra o invasor, da Bahia a Pernambuco, notabilizando-se por sua ação de guerrilha e pela prática da emboscada.

Em 1638, após a memorável Batalha de Salvador, foi promovido a Capitão.

Em 1640, depois de cumprir relevantes missões foi reformado. Todavia, foi convocado para prosseguir na luta, engajando-se até a rendição dos batavos.

Em 1645, nas Batalhas do Monte das Tabocas e da Casa Forte, já promovido a Sargento-Mor, Antônio Dias Cardoso foi o lídimo condutor de um recém-formado “pequeno exército”, que



derrotou um inimigo mais poderoso e adestrado. Em Casa Forte, coube a ele o comando da vanguarda que derrotou o Coronel Van Hans, comandante geral das tropas batavas no Nordeste.

Na Primeira Batalha dos Guararapes, ocorrida em 19 de abril de 1648, combateu como subcomandante do maior e mais bem preparado dos quatro terços, o de Fernandes Vieira. Nessa etapa, foi o responsável pela principal frente de combate e pela execução de importantes ações bélicas.

No decorrer da Segunda Batalha, em que fortes e sangrentos confrontos foram travados, no dia 19 de fevereiro de 1649, Antônio Dias Cardoso ratificou sua condição de guerreiro preparado e valente, vindo a se destacar justamente nos momentos cruciais e mais acirrados da luta.

Em 1656, Antônio Dias Cardoso foi nomeado mestre-de-campo e, em 1657, assumiu o governo da Paraíba, vindo a falecer, por volta de 1670.

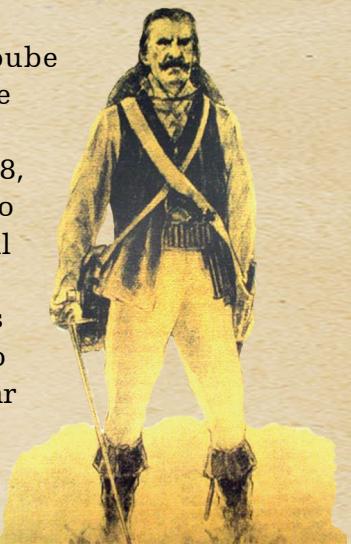
Em novembro de 1991, em uma justa homenagem a esse histórico operador especial do Brasil, o 1º Batalhão de Forças Especiais recebeu a denominação histórica de "BATALHÃO ANTÔNIO DIAS CARDOSO", eternizando o nome desse cidadão militar que, nos primórdios da formação da grande nação brasileira, dedicou-se, integralmente de corpo e alma, à defesa de seu povo.

CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS: antecedentes

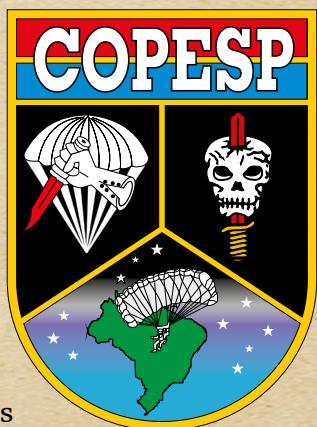
O primeiro Curso de Operações Especiais do Exército Brasileiro foi realizado, no período de 2 de dezembro de 1957 a 4 de julho de 1958, no Núcleo da Divisão Aeroterrestre na cidade do Rio de Janeiro-RJ, sob a iniciativa e liderança do então Major de Infantaria Gilberto Antônio Azevedo e Silva, seguido por um grupo de destemidos e ousados jovens militares, extremamente dedicados e determinados, com a finalidade de preparar líderes para equipes de combatentes aeroterrestres, destinados a execução de diversos tipos de operações especiais.

O Capitão Ly Adorno, Operador Especial 14, descreveu em registros históricos o comprometimento e a determinação do Major Gilberto:

"Corria o ano de 1957, quando o Major Gilberto Antônio Azevedo e Silva, retornando de missão oficial nos Estados Unidos da América (EUA), junto àquele Exército, se apresenta no Núcleo da Divisão Aeroterrestre, hoje Brigada de Infantaria Paraquedista, na Colina Longa, Vila Militar, Rio de Janeiro-RJ, trazendo farta documentação de inegável valor militar. Graças ao seu carisma, visão de futuro, competência e sagacidade, faz entrega de todo o material ao seu comandante, o General Djalma Dias Ribeiro. A importância para a arte bélica contidas nos documentos apresentados, leva o comando paraquedista a criar uma comissão de oficiais do seu estado-maior para analisar como aplicar na lide do soldado aeroterrestre os ensinamentos ali inseridos. E, após analisados pela comissão, o General Djalma determina que o Comandante do Centro de Instrução Especializada Aeroterrestre, hoje Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, crie um curso com fundamentos nos estudos do seu estado-maior. O comandante do Centro de Instrução Especializada Aeroterrestre determina ao diretor do Curso de Precursor, Major Gilberto, a incumbência de montar um curso para a preparação de Oficiais e Sargentos, tendo em vista as observações adquiridas durante sua estada nos EUA."



Sargento-Mor
Antônio Dias Cardoso



FORÇA-TAREFA CONJUNTA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS: UMA PROPOSTA PARA MISSÕES DE PAZ

Capitão Luiz Fernando Branco Camargo

O Capitão de Infantaria Camargo serve na 3ª Companhia de Forças Especiais (3ª Cia F Esp), sediada em Manaus-AM. Foi declarado aspirante a oficial, em 2009, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Realizou os cursos de Comandos e de Forças Especiais no Centro de Instrução de Operações Especiais (C I Op Esp) e o Avançado de Operações de Paz. Integrou o 24º contingente do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz) da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*MINUSTAH*, na sigla em francês). Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2019. Serviu no 1º Batalhão de Ações de Comandos e no 1º Batalhão de Forças Especiais (lfernandobc@hotmail.com).



As atuais operações de manutenção de paz (OMP) se caracterizam pelo que a Organização das Nações Unidas (ONU) chama de operações multidimensionais e multifuncionais, exigindo o emprego integrado dos componentes civil, policial e militar, juntamente com os funcionários locais da ONU, trabalhando em prol de um mandato amplo e complexo. Tudo isso, com recursos cada vez mais escassos e uma forte pressão da opinião pública, calcada na velocidade proporcionada pelas ferramentas de comunicação.

Para se adaptar a esse cenário, os mandatos das principais missões de paz em curso direcionam para o emprego de componentes militares “robustos” e com capacidade para serem empregados em todo o espectro das operações de paz. Disso decorre a necessidade de utilização de novas ferramentas, tecnologias e capacidades nas operações de manutenção da paz (KARLSRUD, 2015).

Para fazer frente às mudanças, a ONU implementou o *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System* (UNPCRS), um

sistema de prontidão de capacidades, onde os países interessados cadastram as tropas e capacidades a serem oferecidas para emprego em operações de manutenção da paz, permitindo às Nações Unidas possuir meios à disposição para rápido emprego. Apesar do crescente número de tropas e capacidades cadastradas por diversos países, informativos e relatórios emitidos pelas Nações Unidas apontam a crescente demanda e a baixa oferta de determinadas capacidades, dentre elas forças de operações especiais (F Op Esp) [1].

As F Op Esp garantem flexibilidade de emprego e agregam capacidades não encontradas em outras tropas. No caso do Brasil, Mendonça (2018, p. 62) aponta o emprego do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), como um dos fatores de sucesso do componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*MINUSTAH*, na sigla em francês). O DOPaz foi composto por F Op Esp, constituída por militares comandos e forças especiais, empregados em uma diversificada gama de tarefas ao longo dos 13 anos da missão. As lições aprendidas referentes ao emprego de F Op Esp brasileiras na *MINUSTAH* podem ser aperfeiçoadas e adaptadas à evolução dos conflitos e aos sistemas e normas que regem as Nações Unidas.

AS MISSÕES DE PAZ MULTIDIMENSIONAIS E MULTIFUNCIONAIS

As OMP sofreram mudanças no seu perfil ao longo do tempo, adaptando-se às conjunturas mundiais de cada período. De maneira sucinta, podem ser divididas em três gerações: tradicionais, de transição e multidimensionais/multifuncionais.

As missões de primeira geração, operações tradicionais, ocorreram desde a criação

das Nações Unidas até o final da Guerra Fria (1989), tendo como perfil predominante as tarefas de observação e monitoramento de cessar-fogo e acordos de paz.

As missões de segunda geração, operações de transição, ocorreram até o ano 2000, tendo como marco final o *Brahimi Report* (Relatório Brahimi), no qual a ONU reavaliou a maneira como as OMP vinham sendo conduzidas até então. As missões desse período se caracterizaram pelas intervenções em guerras regionais e resquícios de conflitos da Guerra Fria.

As missões de terceira geração, operações multidimensionais e multifuncionais, seguem-se até os dias atuais. São operações cujo mandato abrange, além das tarefas das gerações anteriores, a proteção de civis e do direito internacional humanitário, realização de eleições, desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de grupos armados e dentre outras tarefas, que buscam restabelecer a estabilidade do país hospedeiro da missão. Nesse cenário, torna-se imprescindível o trabalho integrado entre os componentes civil, militar e policial juntamente com representantes locais, imprimindo o caráter multidimensional da missão.

É conveniente ficar claro a diferença entre manutenção da paz (*peacekeeping*) e imposição da paz (*peace-enforcement*). Essa subdivisão das operações de paz surgiu na década de 90 e alguns autores amparam as de manutenção da paz no capítulo VI da Carta das Nações Unidas e as de

imposição da paz ao capítulo VII da referida carta.

A evolução dos conflitos e da doutrina da ONU, levou ao surgimento das OMP com mandato “robusto”, onde alguns autores enquadraram a mesma em um capítulo “VI e meio”. Mesmo essas associações sendo muito comuns, a diferença substancial reside no fato de as missões com amparo no capítulo VI serem obrigatoriamente autorizadas e reconhecidas pelo país hospedeiro, enquanto nas missões sob a égide do capítulo VII não existe essa necessidade,

face a urgência da necessidade de cessar o conflito.

Segundo Maia (2010, p. 24) outra diferença importante é que nas OMP com mandato “robusto”, o emprego da força se dá no nível tático, enquanto na imposição da paz, o emprego da força se dá, também, no nível estratégico e internacional, incluindo embargos e outras medidas coercitivas.

Atualmente, as maiores OMP, tanto

em recursos humanos como financeiros, são:

- a Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (*MONUSCO*, na sigla em francês);
- a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (*UNMISS*, na sigla em inglês);
- a Missão Multidimensional Integrada para Estabilização das Nações Unidas do Mali (*MINUSMA*, na sigla em francês); e
- a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (*MINUSCA*, na sigla em francês).

É inegável o protagonismo assumido por diversas forças de operações especiais de diferentes países ao redor do mundo.

Tal fato deve-se, indubitavelmente, à atual natureza dos conflitos irregulares e assimétricos, típicos da guerra de quarta geração.



Diversidade de operadores de forças especiais.

Dentre todas as OMP da ONU, somente a *MONUSCO*, a *MINUSMA* e a *MINUSCA* utilizam contingentes de tropas de operações especiais. Um dos motivos é o fato de o assunto ser relativamente novo no âmbito das Nações Unidas, uma vez que a ONU passou a regulamentar o emprego de contingentes de operações especiais apenas em 2015.

No ano de 2013, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a resolução 2.098, prorrogando a duração do mandato e criando a Brigada de Intervenção da Força (*FIB*, na sigla em inglês) na *MONUSCO*. Dentre as mudanças estabelecidas nessa resolução, citamos,

incluir uma brigada de intervenção formada por três batalhões de infantaria, uma unidade de artilharia e uma companhia de reconhecimento e forças especiais, com quartel-general em Goma, subordinada diretamente ao *Force Commander* da *MONUSCO* com responsabilidade de neutralizar grupos armados e o objetivo de contribuir para a redução das ameaças causadas por

grupos armados contra a autoridade do Estado e a segurança de civis no leste da RDC, abrindo espaço para atividades de estabilização (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p. 6, tradução do autor).

Essa resolução foi inédita pelo fato de prever, de maneira ostensiva, o emprego de tropas de operações especiais e propor a utilização de operações ofensivas, marcando o caráter “robusto” das OMP atuais como se pode observar nas missões atribuídas a essa brigada,

conduzir operações ofensivas, tanto unilateralmente como junto com as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), de maneira versátil e com alta mobilidade, em estreita conformidade com o direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário [...] para evitar a expansão dos grupos armados, para neutralizá-los e para desarmá-los [...] (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p.7, tradução do autor).

Na RDC, a *MONUSCO* possui uma companhia de operações especiais da Tanzânia e outra da Guatemala, ambas

organizadas e equipadas conforme prevê o *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*.

Na República Centro-Africana, a MINUSCA possui uma companhia de operações especiais de Bangladesh. Além disso, Portugal participa da missão com uma subunidade de força de reação rápida (*quick reaction force, QRF*) com 150 militares, possuindo organograma semelhante ao previsto para a companhia de forças especiais, sendo 90 comandos e 60 militares compondo o estado-maior e a fração de apoio.

No Mali, a MINUSMA possui uma companhia de operações especiais do Chade. Possui, também, um grupo tarefa de operações especiais terrestre (*special operations land task group – SOLTG*) da Holanda, cujo mandato é menos incisivo quanto ao uso da força. Empregado para marcar a presença em áreas remotas, com conflitos latentes e fora do alcance do restante do componente militar, o *SOLTG* possibilita ao *Force Commander* (Comandante das Forças da ONU) o

entendimento de situações específicas de determinadas áreas, dada a presença de inúmeros atores no cenário de conflitos, facilitando a entrada das tropas nesse ambiente. Além disso, representa ao comando da MINUSMA uma opção de pronta-resposta militar com baixo risco de escalada da crise e sem a necessidade de emprego de grandes contingentes do componente militar (CHERISEY, 2017).

O SISTEMA DE PRONTIDÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O UNPCRS é o sistema das Nações Unidas, no qual os países que desejam contribuir com tropa realizam o cadastro de suas frações ou das capacidades a serem oferecidas ao sistema de prontidão. O objetivo do UNPCRS é obter um elevado nível de prontidão e previsibilidade no emprego das tropas à disposição da ONU. Existem quatro níveis distintos de prontidão das tropas cadastradas, conforme imagem a seguir:

NÍVEIS DE PRONTIDÃO DO UNITED NATIONS PEACEKEEPING CAPABILITY READINESS SYSTEM (UNPCRS)



Fonte: *Peacekeeping Capability Readiness System Guidelines* (ONU).

Dentre as principais “lacunas de capacidades”, a ONU aponta a necessidade de tropas de QRF e de F Op Esp. Isso se deve à flexibilidade desses elementos para serem empregados em toda a área de operações, uma vez que boa parte das missões já estão no limite do efetivo e do orçamento disponíveis para emprego.

Atualmente, o Brasil não oferece nenhuma capacidade ou tropa no nível 3 de prontidão.

Possui os seguintes meios no nível 2:

- um batalhão de infantaria de força de paz (BI F Paz);
- uma unidade de saúde nível II;
- uma aeronave C-105 Amazonas;
- duas aeronaves UH-60 *Black Hawk*;
- três aeronaves A-29 Super Tucano.

Outra capacidade que pode ser oferecida, com possibilidade de bons resultados, é uma F Op Esp.

A ORGANIZAÇÃO DA FORÇA-TAREFA (FT) CONJUNTA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS VALOR SUBUNIDADE

Em 2015, o *Department of Peacekeeping Operations (DPKO)*, órgão da ONU responsável pelo planejamento, preparo e condução das OMP, juntamente com *Department of Field Support (DFS)*, responsável pelo apoio logístico e administrativo, publicaram o *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*. Esse documento tem por objetivo orientar a organização, o preparo e os meios necessários para uma fração de operações especiais ser empregada em missões da ONU, com o intuito de determinar as capacidades básicas necessárias à tropa a ser

empregada, sem interferir nas especificidades da doutrina e nas limitações de pessoal e material de cada país.

Com relação às capacidades que a ONU exige das F Op Esp a serem empregadas, o referido manual determina a capacidade de condução de três atividades principais em um contexto de uma OMP:

➤ *special reconnaissance* (reconhecimento especial), que inclui, basicamente, reconhecimentos, inteligência militar e avaliação de ameaças;

➤ *special tasks* (tarefas especiais), incluem ações diretas

pontuais e operações de busca e resgate de pessoal em área negada; e

➤ *military assistance* (assistência militar), que engloba o treinamento e o assessoramento às forças de segurança.

Além disso, o manual prevê, também, o engajamento de lideranças locais em áreas remotas e de difícil acesso aos demais componentes da missão. Para todas essas missões, as tropas de operações especiais devem estar em condições de utilizar meios aéreos, terrestre e/ou aquáticos para o cumprimento da missão, para infiltrar e/ou exfiltrar.

Dois anos mais tarde (2017), o *DPKO* publicou um *Statement of Unit Requirement for Special Forces Company*, com a finalidade de detalhar o conceito de emprego, as capacidades e as tarefas a serem executadas. Em seus anexos constam uma sugestão de organização desejável, os materiais e estruturas a serem providenciadas para o desdobramento da fração, especificando quantidades e responsabilidades.

No que se refere às capacidades e às tarefas, o referido documento especifica as capacidades exigidas para as F Op Esp, bem como prioriza as tarefas a serem desempenhadas:

Um dos fatores de sucesso do componente militar da MINUSTAH foi o emprego do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), composto por militares Comandos e Forças Especiais do Exército Brasileiro, empregados numa diversificada gama de tarefas ao longo dos 13 anos da missão.

| CAPACIDADES E TAREFAS A SEREM EXECUTADAS PELA COMPANHIA DE FORÇAS ESPECIAIS | |
|---|---|
| CAPACIDADES | <ul style="list-style-type: none"> - Conduzir reconhecimento especial, tarefas especiais e assistência militar. - Infiltrar e exfiltrar frações na área de operações. - Manter as frações infiltradas em áreas hostis. - Conduzir operações especiais por terra, ar e água (incluindo rios) oferecendo resposta rápida em qualquer parte da área de operações. - Manter o comando e controle das frações infiltradas. - Interagir com diferentes culturas. - Coletar informações por meios de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos (IRVA), incluindo sistema de aeronaves remotamente pilotado (SARP). - Operar de maneira integrada com outros elementos da missão, principalmente meios aéreos de transporte e ataque. - Operar por meio de sistemas de comunicações e informações seguros. |
| TAREFAS PRINCIPAIS | <ul style="list-style-type: none"> - Conduzir missões de reconhecimento de até 30 dias. - Conduzir patrulhas de longo alcance dentro da área de operações. - Conduzir operações para coleta de dados em áreas hostis ou fora do controle dos componentes da missão. - Guiar os fogos de meios aéreos. - Conduzir operações de isolamento e varredura em áreas urbanas e rurais. - Garantir ou impedir o uso de acidentes capitais (infraestruturas críticas) por tempo limitado. |
| TAREFAS SECUNDÁRIAS | <ul style="list-style-type: none"> - Conduzir operações de resgate de pessoal ou material, quando autorizado. - Conduzir atividades de coordenação civil-militar (CIMIC). - Empregar caçadores. - Conduzir operações de captura sobre alvos compensadores. - Apoiar em treinamento e assessoramento outras forças de segurança. |

Quanto à organização da companhia de forças especiais, a referida documentação considera uma subunidade com um efetivo de aproximadamente 150 militares, sendo organizado em estado-maior, cinco destacamentos operacionais e um pelotão de apoio. A estrutura, número de destacamentos e efetivos podem ser ajustados conforme o perfil da missão. Essa subunidade é subordinada diretamente ao *Force Commander*.

Na conjuntura das Forças Armadas Brasileiras, o modelo mais adequado para se organizar tal força-tarefa, de valor subunidade, é o emprego conjunto, que além de exigir menor quantidade de meios de cada força singular, possui a vantagem de complementar as capacidades das tropas de operações especiais.

O organograma a seguir é uma proposta de FT Cj Op Esp, de valor subunidade, com meios operacionais e logísticos das três forças singulares.

Com relação aos meios operacionais, propõe-se cinco destacamentos operacionais, sendo dois do Exército, dois da Marinha e um da Aeronáutica. Propõe-se, também, um destacamento de operações psicológicas.

Quanto aos meios logísticos, deve-se aguardar, primeiramente, existir uma previsão de quais e de onde virão os meios que mobiliarão a FT (armamento, meios de comunicação, viaturas e dentre outros) para só então designar de onde virá o pessoal que mobiliará as frações do destacamento de apoio.

Sendo a constituição da FT e de seus meios variáveis, optou-se por uma pequena redução no efetivo dos destacamentos operacionais, para se criar uma estrutura de estado-maior da FT valor subunidade. Essa modificação decorre da elevada necessidade de planejamento e coordenação das ações de uma FT conjunta imersa em um ambiente multinacional.

FORÇA-TAREFA CONJUNTA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS



Proposta de organização da força-tarefa conjunta de operações especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recente experiência brasileira no Haiti trouxe muitos aprendizados para as Forças Armadas Brasileiras, desenvolvendo capacidades que, sem dúvida, promoveram a modernização das forças singulares e projetaram o Brasil no cenário internacional.

Observa-se uma crescente demanda por F Op Esp nas OMP por parte das Nações Unidas. As capacidades únicas dessas tropas ampliam as possibilidades tanto do componente militar quanto do componente civil da missão, permitindo o melhor cumprimento de um mandato, cada vez mais amplo, contra ameaças variadas e com recursos escassos.

As conjunturas local e internacional imprimem a necessidade de diferentes respostas por parte dos componentes da missão.

A volatilidade dos cenários exige que todas as capacidades estejam em condições de serem utilizadas a qualquer momento. No entanto, pode-se observar nas missões atuais a necessidade e o enfoque que a ONU vem dando ao trabalho de inteligência militar, com a finalidade de proporcionar consciência situacional para apoiar a tomada de decisões nos níveis mais elevados. Com isso, vemos a necessidade de se agregar novas capacidades advindas dos avanços tecnológicos nos meios de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos, sem deixar de lado a capacidade de gerenciar fontes humanas.

Os tipos de missões a serem desempenhadas pelas frações de operações especiais não são novidades para a doutrina brasileira. No entanto, é importante ressaltar que cada missão ocorre em um ambiente ope-

racional diferente e, portanto, será necessário buscar novas soluções que se ajustem aos desafios a serem enfrentados, sem jamais esquecer as lições aprendidas no passado recente.

A ONU exige, das tropas que integram o *UNPCR*, a capacidade de desdobrar suas frações separadamente, com restrições logísticas por determinados períodos de tempo. Isso requer autonomia logística e capacidade de comando e controle complementar. Além disso, a fração deve ser autônoma no que se refere à manutenção da infraestrutura da base.

Isso reforça a necessidade de uma estrutura de apoio eficiente à fração de operações especiais.

As Forças Armadas Brasileiras caminham em direção ao emprego conjunto de suas forças singulares. Nesse sentido, as operações especiais estão acompanhando tal evolução. Quanto a isso, convém ressaltar a necessidade de treinamento conjunto de modo a padronizar procedimentos e proporcionar o conhecimento mútuo. Além disso, existe a necessidade de se padronizar alguns materiais de emprego militar, de modo a atingirmos a plena compatibilidade operacional e logística.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD34-M-02: Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF, 2013b.
- Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.212: Operações Especiais**. 3. ed. Brasília, DF, 2017.
- CHERISEY, E. *Desert watchers: MINUSMA's intelligence capabilities*. Jane's Defence, v. 54, n. 23, 7 jun. 2017. Disponível em: < http://www.janes.com/images/assets/319/71319/Desert_watchers_MINUSMA_s_intelligence_capabilities.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- GUEZEN, Benthe. *Breaking Down Barriers - Towards Improving Civil-Military Coordination in 'Robust' UN Peacekeeping Operations: A Malian Case Study*. 2018. Tese (Mestrado em Geografia Humana) – Radboud University, Nijmegen, Holanda, 2018. Disponível em: < https://theses.ubn.ru.nl/bitstream/handle/123456789/6302/Guezen%2c_Benthe_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- KARLSRUD, John. *The UN at war: examining the consequences of peace-enforcement mandates for the UN peacekeeping operations in the CAR, the DRC and Mali*. Third World Quarterly, v. 36, n. 1, p. 40-54, 2 jan. 2015.
- MAIA, Vladimir Gustavo Gouveia. *O Brasil no Haiti: Missão de Imposição ou Manutenção da Paz*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2010.
- MENDONÇA, Marcos Venicio. *Brasil no Haiti, um caso de sucesso. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Ed. especial. p. 58-65. 2018.
- UNITED NATIONS. **S/RES/2098**, March 28, 2013. New York: United Nations, 2013.
- Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support. **United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces**. 1. ed. 2015.
- Department of Peacekeeping Operations, Office of Military Affairs. **Generic Statement of Unit Requirement for Special Force Company**. 2017.
- Department of Peace Operations, Department of Operational Support. **Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS) Guidelines**. 2019.
- Department of Peace Operations. **Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for United Nations Peacekeeping**. 2019.

NOTA

[1] As forças de operações especiais (F Op Esp) são destinadas à execução das operações especiais. Incluem frações de forças especiais, comandos e os seus apoios que possuem habilidades e especializações para operar em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. As F Op Esp, em termos gerais, podem ser caracterizadas por serem tropas de altíssimo desempenho que realizam missões especiais baseadas em suas capacidades específicas. Também são consideradas F Op Esp as tropas especiais análogas das demais forças singulares (BRASIL, 2017).



OS DESTACAMENTOS DE AÇÕES DE COMANDOS EM OPERAÇÕES NO AMPLO ESPECTRO

Capitão Rafael Lincoln Fernandez Almeida

O Capitão de Artilharia Lincoln serve no Centro de Instrução de Operações Especiais, sediado em Niterói-RJ. Foi declarado aspirante a oficial, em 2006, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2015. Serviu no 20º Grupo de Artilharia de Campanha Leve e no 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista. Possui os seguintes cursos e estágios: Básico Paraquedista, Básico de Salto Livre, Mestre de Salto, Mestre de Salto Livre, Ações de Comandos, Forças Especiais, Estado-Maior da *École d'État-Major* da França. Participou de destacamento de ações de comandos e de destacamento operacional de forças especiais. Integrou o *Brazilian Battalion (BRABAT)* no Haiti. Comandou a Companhia de Ações de Comandos do 1º Batalhão de Ações de Comandos sediado em Goiânia-GO (raflincon@hotmail.com).



Os destacamentos de ações de comandos (DAC) são a ponta de lança do 1º Batalhão de Ações de Comandos (1º BAC) no cumprimento de sua missão precípua de realizar ações diretas contra alvos de valor significativo, nos níveis estratégico, operacional e tático. O 1º BAC atua em todo o espectro dos conflitos modernos, caracterizados, principalmente, por serem irregulares e assimétricos, típicos das guerras de quarta geração (G4G).

Ao longo da história, exércitos de nações mais fracas militarmente que seus inimigos se valeram de tropas de pequenos efetivos, ainda que fruto do improviso, mas de alto valor moral, capazes de fustigar, matar ou destruir o inimigo, abatendo-lhe o moral. Essas tropas agregam inegável valor psicológico às suas ações, colaborando decisivamente no êxito da campanha como um todo e, consequentemente, no desfecho da guerra. O marco característico da atual concepção de emprego dos comandos (Cmdos) está na Segunda Guerra Mundial (2ª GM):

A atual concepção de emprego dos Cmdos tem sua origem no ano de 1940, durante a 2ª GM. Quando após a rápida derrota da Força Expedicionária nos Países Baixos e na França, que culminou com a retirada de Dunquerque, a Inglaterra viu-se ameaçada de invasão. Disposto a não aceitar a derrota, o Primeiro Ministro Britânico Winston Churchill aprovou o recrutamento, seleção e formação de unidades, concebidas pelo Coronel Dudley Clark, cuja missão seria realizar ataques anfíbios contra as costas da Europa ocupada. Essas unidades, em uma alusão à Guerra dos Boéres, foram denominadas Cmdos (BRASIL, 2006, p.1-2).

Entretanto, o cenário da maior guerra que a humanidade já enfrentou, caracterizado pela guerra total e absoluta, emprego indiscriminado da violência, exclusivamente entre atores estatais, dificilmente repetir-se-á em um horizonte próximo, ao menos com tamanha amplitude.

O que se observa é que se mantém a concepção do emprego clássico das ações de comandos (Aç Cmdos), segundo o próprio lema: "o máximo de confusão, morte e destruição nas retaguardas profundas do inimigo". Embora tal dístico encha seus integrantes de ufanismo e demonstre bem as características dessa tropa, após analisar as características dos conflitos atuais, talvez se possa concluir que esteja em desuso. Como levar a confusão, a morte e a destruição a um inimigo que mal se pode distinguir, de fato, se é inimigo ou civil inocente? Como atacá-lo em sua retaguarda se, na maioria das vezes, o cenário é sem frente e posições definidas?

O presente artigo se propõe a responder os questionamentos doutrinários propostos relativos à organização e ao preparo dos DAC do 1º BAC, em face da concepção atual de emprego de suas frações nas operações no amplo espetro.



Operadores de forças especiais realizando infiltração.

AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NOS CONFLITOS IRREGULARES E ASSIMÉTRICOS

Atualmente, é inegável o protagonismo assumido por diversas forças de operações especiais (F Op Esp) [1] de diferentes países ao redor do mundo. Tal fato, deve-se, indubitavelmente, à atual natureza dos conflitos irregulares e assimétricos, típicos da G4G, que demandam, cada vez mais, o emprego de tropas com as características das F Op Esp.

Exemplos de conflitos irregulares e assimétricos abundam na história:

- a guerrilha espanhola contra a invasão napoleônica;
- os bôeres sul-africanos contra a então maior potência do planeta, no fim do século XIX e início do século XX, o Império Britânico;
- a revolta árabe organizada por Thomas Edward Lawrence, contra o Império Turco na Primeira Guerra Mundial (1^a GM);

- a resistência dos *maquis* e *partisans* na 2^a GM;
- a Revolução Maoísta na China;
- a Guerra da Indochina e do Vietnã;
- a insurgência afegã contra a União Soviética, a partir de 1979; e
- atualmente, o choque de civilizações, mencionado por Huntington, em que a *jihad* islâmica contra o ocidente levou o terrorismo ao civil mais inocente, em metrôs, cafés, avenidas e casas noturnas, após o ataque, em 11 de setembro de 2001, às torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York, maior símbolo econômico dos Estados Unidos da América (EUA).

O nascimento do Exército Brasileiro (EB) se deu a partir das campanhas empreendidas por Francisco Padilha e Antônio Dias Cardoso contra o invasor holandês, em terras nortistas, ao empreenderem a Guerra Brasílica, típica guerra de guerrilhas em solo pátrio.

Anteriormente ao advento da Guerra do Vietnã, não havia a exata noção de como as nações poderiam combater um inimigo que utiliza a guerra irregular para vencê-las:

os ingleses, e o resto do mundo, em grande parte aceitaram a ficção de que a paz de Vereeniging, firmada, em maio de 1902, na África do Sul, marcava a vitória de um exército convencional sobre guerrilheiros que se renderam ao se sentirem em situação de inferioridade e sem esperança de vitória (ALEXANDER, 1999, p. 111).

A guerra irregular é a arma do fraco contra o forte.

Durante a 1^a GM, a Grã-Bretanha, a maior potência do planeta de então, empreendeu a guerra irregular, ao patrocinar a revolta árabe, militarmente inferior ao inimigo, o Império Turco. O Império Britânico valeu-se de um militar pouco castrense que teve a visão de adotar uma estratégia diferente da qual apregoavam seus compatriotas, que “queriam que os árabes empregassem os métodos militares convencionais de tomada de decisão” (ALEXANDER, 1999, p. 112).

Essa teoria “nasceu da sua astuta observação das condições e dos povos da Arábia e da Turquia que, enfrentando a aliança da Turquia com a Alemanha, se rebelaram contra séculos de ocupação turca” (ALEXANDER, 1999, p. 111).

Durante a 2^a GM, a situação desfavorável obrigou a Grã-Bretanha a lançar mão, não de uma tropa, porque de fato ela não existia, mas de um novo conceito: as AÇ Cmdos. Mesmo havendo muitas indagações e incertezas a respeito, era a única possibilidade de se retomar, ainda que timidamente, à ofensiva:

o homem que criou os Cmdos foi o Tenente-Coronel Dudley Clarke. Nos dias sombrios da retirada de Dunquerque, ele era assistente militar do Chefe do Estado-Maior Geral Imperial, General Sir John Dill. Pensando na derrota dos aliados na França e na Bélgica, enfrentava ele um dos velhos problemas da guerra: que deve fazer a nação que não se dispõe a aceitar a derrota, embora seu exército tenha sido derrotado no campo de batalha? Recuando no tempo, trouxe à memória as guerrilhas que na Espanha foram travadas contra os exércitos de Napoleão

e a revolta árabe na Palestina, onde ele próprio servira em 1936. “Será que homens decididos, usando somente as armas que poderiam carregar consigo, desdenhando a artilharia, formações de intendência e toda parafernália de suprimentos, poderiam sustentar uma guerra de guerrilha contra um inimigo cujas forças se estendiam de Narvik aos Pirineus?” (YOUNG, 1975, p. 8).

Até a 2^a GM, não existia uma concepção clara do que viriam a ser as Op Esp. Nesse contexto, nascem tropas como os *Sea, Air and Land (SEALS)*, da Marinha dos EUA; o *Special Air Service (SAS)*, o *Office for Strategic Services (OSS)*, que posteriormente se tornaria a *Central Intelligence Agency (CIA)* e as Forças Especiais americanas [2]. Não havia distinção clara entre tropas de Op Esp e tropas convencionais.

A 2^a GM representou o apogeu da guerra de terceira geração (G3G) e o emprego de tropas especiais ou paramilitares, como na resistência francesa, foram empregadas nesse contexto de guerra regular.

Após a guerra, tendo como evento histórico inicial a Revolução Chinesa, em 1949, houve o predomínio dos conflitos irregulares e assimétricos sobre os conflitos convencionais ou regulares, caracterizando a G4G.

Para Heydte (1990, p. 64), os casos de guerra irregular aumentaram, significativamente, após a 2^a GM, passando, também, a ocorrer isoladamente e não mais, somente, às sombras de uma guerra convencional.

Atualmente, as F Op Esp são concebidas para atuar no amplo espectro dos conflitos, incluindo seu caráter irregular e assimétrico. O grande emprego das forças especiais americanas, no Afeganistão, desenvolvendo a clássica missão concebida na criação dos *green berets*, a *unconventional warfare* [3], não visavam, evidentemente, enfrentar um inimigo superior, mas aquele que se utilizava da abordagem indireta.

Na atualidade, a guerra *high-tech* torna os EUA a superpotência hegemônica no campo militar, não possibilitando a qualquer ator, estatal ou não, uma confrontação militar formal, obrigando-o a adotar a guerra irregular, em suas diferentes formas, contra esse poderio incomensuravelmente superior.



Operador de forças especiais em posição tática de tiro.

Os EUA avaliaram, sabiamente, suas capacidades militares e compreenderam que não venceriam a guerra apenas por estarem, tecnologicamente, anos-luz à frente das milícias tribais talibãs. Empreenderam a *unconventional warfare* contra a *unconventional warfare* para combater as forças irregulares.

Atualmente, as F Op Esp são preparadas para atuar em um ambiente de guerra irregular. Ainda que o espectro dos conflitos atuais se estenda da paz estável à confrontação formal/guerra, ou seja, abarquem todas as formas possíveis de conflitos, grande parte estará sendo desenvolvida na parte mais próxima ao extremo inferior, sendo de baixa intensidade, contra atores não-estatais, muitas vezes, após uma campanha militar convencional.

Materiais de emprego militar (MEM) de alta tecnologia continuam sendo empregados em larga escala por aqueles que os possuem, ainda que contra um inimigo difuso, que a exemplo da intifada palestina, combate com pedras os poderosos tanques israelenses Merkava.

AS OPERAÇÕES NO AMPLO ESPECTRO

O EB passou a adotar o conceito operativo de operações no amplo espectro, diante da evolução dos conflitos atuais, da origem de novos paradigmas de combate, da necessidade de compreensão do complexo e multifacetado ambiente operacional moderno, influenciado não somente pela dimensão física, tradicionalmente o foco da análise para a condução das operações, mas também pela influência das dimensões humanas e informacionais:

o conceito operativo do Exército é definido pela forma de atuação da Força Terrestre no amplo espectro dos conflitos, tendo como premissa maior a combinação, simultânea ou sucessiva, de operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências, ocorrendo em situação de guerra e de não guerra. A situação determinará a preponderância de uma operação sobre outras. O conceito é abrangente e busca orientar as operações terrestres de curto e médio prazos. Caracteriza-se ainda pela flexibilidade, isto é, pode ser aplicado a qualquer situação no território nacional e/ou no exterior. O espectro dos conflitos varia do estado de paz até o conflito armado (estado de guerra), passando pela crise.

As capacidades do oponente influenciam na mudança e na gravidade das situações (BRASIL, 2017, p. 2-16,17).

"Na medida em que os conflitos interestatais ficam cada vez mais raros, o ambiente híbrido de ameaças ganha cada vez maior importância pelos estudiosos da guerra" (ARAÚJO, 2013, p.17). Alguns militares relutam em aceitar que aquilo que se desenvolve fora do extremo superior do conflito também lhes é de competência, sob alegação de subterfúgios que fazem corroborar o seguinte:

o caráter informal, dinâmico, flexível e mutável do combate irregular tem contrariado o cientificismo acadêmico, frustrando as expectativas daqueles que procuram, em vão por padrões doutrinários rígidos, aplicáveis com a mesma abrangência encontrada na guerra regular. A dificuldade em redigir conceitos didáticos que se encaixem integralmente em contextos históricos muito distintos motivou o surgimento, ao longo do tempo de uma série de termos e definições de senso comum, como "pequena guerra" (*kleinkrieg*), "guerra de partisans" (*partisan warfare*), "guerra não convencional" (*unconventional warfare*), "guerra irregular" (*irregular warfare*) e "conflitos de baixa intensidade" (*CBI*), para citar apenas alguns exemplos. Portanto, a redação de conceitos formais tornou-se muito extensa, mas sua real utilidade permaneceu bastante limitada, pois a essência da guerra irregular manteve-se inalterada. Com o intuito de dar-lhes uma conotação atual, a maioria dos autores tem empregado a expressão "conflito assimétrico (...)" (VISACRO, 2009, p.220-221).

As operações militares podem ser desenvolvidas em diferentes pontos do espectro, apesar de estarem, raramente, sendo desenvolvidas próximo ao extremo superior, ou seja, na clássica concepção do que vem a ser a guerra. "Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, ocorreram mais de oitenta guerras de natureza assimétrica. Noventa e seis por cento dos conflitos transcorridos durante a década de 1990 foram assimétricos" (VISACRO, 2009, p.7). Ao se analisar a situação do Brasil, sob o mote de ser um país pacífico, deve-se concordar com Miranda (2013, p. 69), quanto ao emprego das forças armadas brasileiras nesse tipo de guerra formal ser

muito remoto, uma vez que se encontra em paz com seus vizinhos por mais de 140 anos e sem problemas que possam escalar em suas fronteiras. Nem por isso, os conflitos modernos deixaram de ser menos brutais, complexos ou afetos à ciência militar:

apesar dos novos ingredientes, esses conflitos permanecem marcados pelo emprego da violência. Por outro lado, a participação do vetor militar ficou mais complexa, por ocorrer em ambientes com a presença da população civil, concentrada em núcleos urbanos, o que reduz a possibilidade de identificar o oponente, demandando novas capacidades de combate para evitar a ocorrência de efeito colateral seja explorada pelo oponente contra nós (ARAÚJO, 2013, p.17).

Há que se posicionar a guerra irregular, bem como seus correlatos, no espectro dos conflitos. De fato, ocorrerá em todo ele, considerando-se a realidade brasileira. Poderá estar presente na violência, quase que generalizada engendrada com o narcotráfico nas favelas cariocas, paradoxalmente enquadrada como paz estável e situação de normalidade. Poderá estar presente no emprego da estratégia da resistência contra um agressor militarmente muito superior, que além da confrontação formal, adotaria a guerra irregular ou empregaria suas forças regulares com táticas, técnicas e procedimentos (TTP) de guerra de guerrilha. Via de regra, as forças armadas brasileiras poderão ser empregadas fora do escopo de uma confrontação militar formal contra outro país. Indubitavelmente em qualquer hipótese de emprego, estará imerso em um ambiente irregular e assimétrico, no Brasil ou no exterior.

Os DAC devem estar em condições de cumprir as Ações Cívicas nesse contexto, conforme exposto, mais distante do extremo superior:

"(...) o emprego já se dá sob o novo paradigma, mas a preparação e a organização ainda são para o antigo, desviando recursos e aumentando riscos" (MIRANDA, 2013, p. 69). Essa citação se refere ao EB como um todo e o presente artigo visa verificar em que medida isso se aplica aos DAC.

O EMPREGO ATUAL DOS DESTACAMENTOS DE AÇÕES DE COMANDOS

Em 2002, o EB criou sua Brigada de Operações Especiais (Bda Op Esp), com a finalidade de disponibilizar uma grande unidade de operações especiais (Op Esp), em elevado grau de prontidão, capaz de fazer frente à nova natureza dos conflitos do século XXI. Indubitavelmente, o atentado às torres gêmeas, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, foi um ato catalizador que alertou o EB quanto à necessidade de ampliar a estrutura de suas tropas de Op Esp, por serem elas as mais capazes de responderem às ameaças do novo milênio.

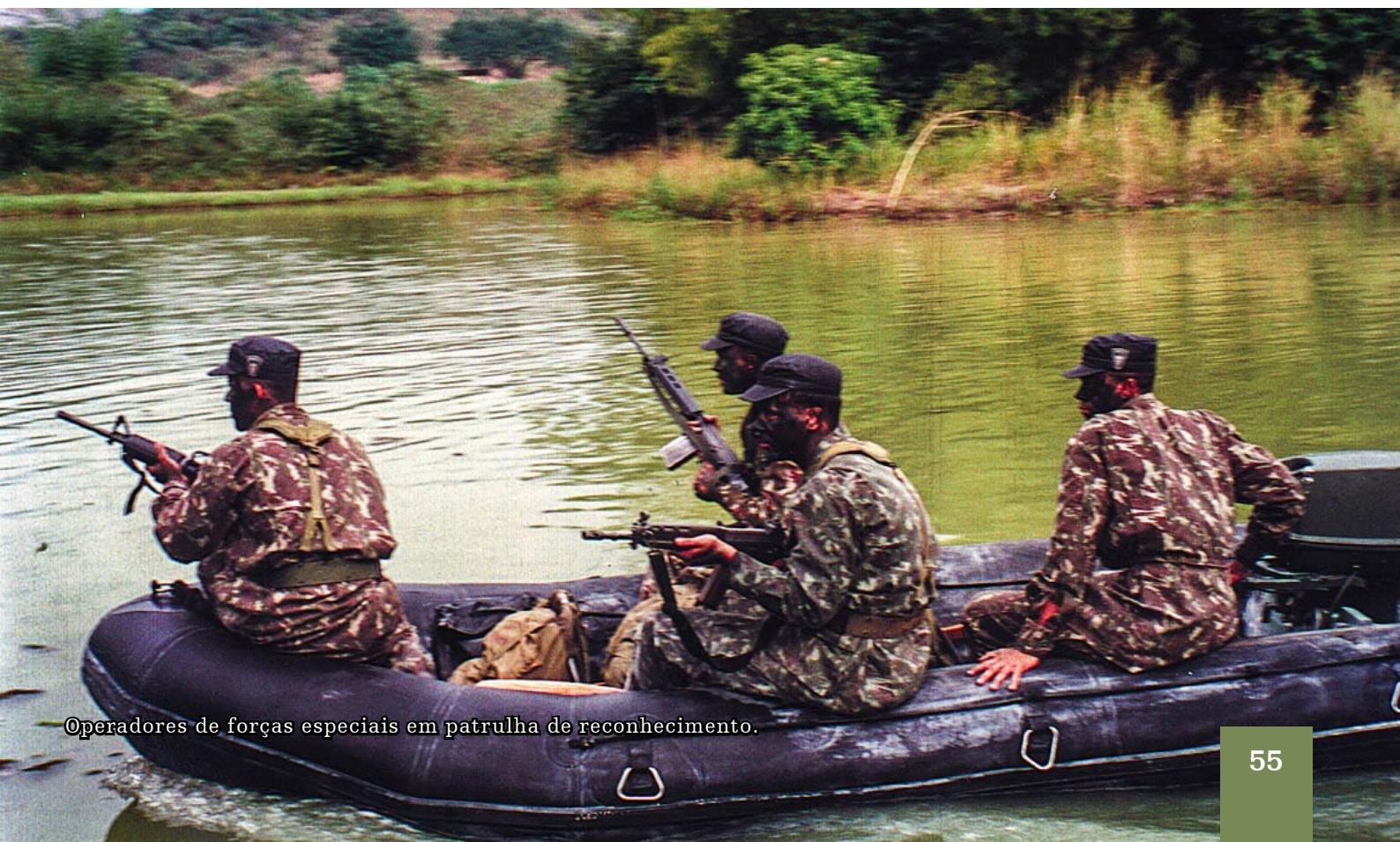
A Bda Op Esp foi ativada em janeiro de 2004, tendo o 1º Batalhão de Forças Especiais (1º B F Esp) e o 1º BAC como unidades diretamente subordinadas. Essas são as unidades de manobra do atual Comando de Operações Especiais (COOpEsp), nova denominação da então Bda Op Esp, a partir de 2013. A criação da Bda Op Esp concebeu a existência de duas unidades distintas de Op Esp, cada qual capaz de cumprir sua missão precípua:

➤ o 1º B F Esp, com seus quadros especialistas na guerra irregular, capazes de realizar todos os tipos de Op Esp; e

➤ o 1º BAC, capaz de realizar ações diretas, também conhecidas como Aç Cmdos.

O 1º B F Esp foi criado em 1983 e integrava, em uma só unidade, elementos de Cmdos e de Forças Especiais, uma vez que, em seu organograma, contava com duas companhias de forças especiais (Cia F Esp) e uma companhia de ações de comandos (Cia Aç Cmdos).

Devido à sua estrutura e à sua organização, o 1º BAC é a unidade capaz de empregar destacamentos com elevada ação de choque e letalidade. São capazes de cumprir uma variada gama de ações diretas, realizando as ações táticas de destruir, interditar, neutralizar, eliminar, capturar, resgatar, retomar, conquistar e ocupar. Entretanto, também devido às suas características, são menos indicados para o cumprimento de ações "cirúrgicas", por exemplo, em que haja a presença de reféns, principalmente, no contexto de contraterrorismo ou maior possibilidade de dano colateral. Para esse emprego, os destacamentos operacionais de forças especiais (DOFEsp) são os mais indicados.



Operadores de forças especiais em patrulha de reconhecimento.

As ações diretas devem ser diferenciadas pela finalidade tática e pelos alvos prioritários, visando à seleção da tropa mais apropriada para ser empregada no cumprimento de determinada missão, determinado emprego e em determinada ação direta. Deve ser levado em conta que a tropa que tem a missão de realizar ações diretas tem sua organização e seu preparo mais vocacionados para as AÇ Cmdos, dentro de um quadro de guerra regular, sendo menos adequada às ações "cirúrgicas" e de baixa assinatura.

A atual concepção de enfrentamento ao terrorismo apresenta uma abordagem holística, empregando todos os esforços de segurança e de defesa do Estado, de forma integrada e interagências. Isso engloba o apoio de inteligência, o antiterrotismo, o contraterrotismo proativo e reativo e a administração de consequências. O 1º B F Esp possui o Destacamento de Contraterrorismo (DCT), subunidade destinada a ser empregada especificamente contra o terrorismo. Após ocorrido o atentado, caberá ao COpEsp a missão de contraterrotismo reativo, tendo como ponta de lança o DCT/1º B F Esp.

Considerando que as ações táticas a realizar são variantes das ações diretas, quais missões devem ser atribuídas a determinada tropa de Op Esp. O que caberia aos Cmdos, do 1º BAC, atuar no contraterrorismo:

➤ proativo, cumprindo as ações táticas de eliminar ou capturar líderes insurgentes e terroristas; ou

➤ reativo, cumprindo as ações táticas de resgatar nacionais ou estrangeiros tomados como reféns, dentre outras?

Tais respostas devem ser flexíveis devido à própria natureza das F Op Esp. As forças especiais são capazes de cumprir missões de ações

diretas, embora sejam mais vocacionadas para as ações indiretas, devido à sua organização e preparo. Deve-se também observar a importância da combinação das capacidades das F Op Esp para que o cumprimento da missão não se limite ao desfecho tático da ação em si.

A concepção tática de emprego do 1º BAC não é vocacionada para as ações indiretas. Todavia, as demandas de emprego das F Op Esp relativas à prevenção e ao combate do terrorismo nos grandes eventos, operações sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), evacuação de nacionais, Op Esp dentro do contexto de pacificação, operações no arco fronteiriço, exigem, cada vez mais, que a tropa de Cmdos esteja pronta para cumprir essas missões.

Assim sendo, chega-se ao seguinte questionamento: em que medida a organização e o preparo dos DAC, do 1º BAC, está coerente com a demanda de missões que deverão ser capazes de cumprir nas operações no amplo espectro, notadamente na parte inferior desse espectro?

O 1º BAC é vocacionado para realizar ações diretas, sendo que, em um cenário próximo, o

Brasil demanda, cada vez menos, o emprego de uma tropa de Op Esp com as características atuais dos DAC. Todavia, esses não podem deixar de estar preparados para cumprir missões com essas características:

verifica-se que, cada vez mais, as tropas de Op Esp devem estar capazes de realizar ações diretas na parte do espectro que abrange os conflitos irregulares e assimétricos, de baixa intensidade, contra alvos altamente seletivos e específicos. Nesse cenário, avultam de importância as ações táticas de eliminar, resgatar e capturar, ao invés de destruir, interditar e neutralizar, verbos característicos do cumprimento das AÇ Cmdos

É inegável o protagonismo assumido por diversas forças de operações especiais de diferentes países ao redor do mundo. Tal fato, deve-se, indubitavelmente, à atual natureza dos conflitos irregulares e assimétricos, típicos da guerra de quarta geração.

inseridas em um quadro de guerra regular, “quando avultam de importância diante das limitações da Força Aérea e podem ser concebidas para apoiar e/ou complementar uma campanha aeroestratégica” (BRASIL, 2006, p. 2-1).

O DAC é o elemento básico de emprego da Cia Aé Cmndos. Com um efetivo de 42 homens, pode atuar isoladamente em um diversificado número e tipo de missões (BRASIL, 2006, p.2-4). Apesar dessa organização inicial, o DAC é concebido por ser formado, com o recebimento da missão, de acordo com a necessidade para o cumprimento da mesma:

o efetivo do destacamento, bem como o de seus escalões, é variável de acordo com a missão a ser cumprida e seus fatores condicionantes. A base será o destacamento orgânico que poderá ser reforçado em pessoal e material, ou ter o seu efetivo reduzido (BRASIL, 2006, p. 2-4).

Essa organização aparentemente versátil e flexível enseja, entretanto, algumas implicações no seu emprego. Analisando-se, pormenorizadamente, a base de um DAC a 42 homens talvez não seja realmente flexível, ainda que se procure obedecer ao preceito supracitado.

Considerando-se as demandas para as quais foram criados, em 1940, em um contexto claro de guerra convencional, com a limitação da *Royal Air Force (RAF)*, os destacamentos britânicos assemelhavam-se aos DAC, sendo constituídos inicialmente por três oficiais e 62 praças. Ao estudar uma das mais importantes missões cumpridas pelos Cmndos britânicos da 2^a GM, o assalto ao Porto *Saint-Nazaire*, realizado em março de 1942 e considerado a maior de todas as incursões (YOUNG, 1975, p. 92), verifica-se que esse efetivo era relativamente pequeno, comparando-se com as demais missões.

Examinando-se a organização da tropa de Cmndos britânica, segundo McRaven, o próprio diagrama da superioridade relativa pode ser considerado diferente do que é hoje. Muitas vezes, o sigilo, fundamental para o princípio da surpresa nas Op Esp, era impossível de ser mantido até o início da ação no objetivo, ficando a tropa exposta e vulnerável, ainda no

final da infiltração, devido, principalmente, à envergadura da missão, à quantidade de meios e à natureza dos alvos.

Elenca-se algumas operações transcorridas a partir da criação da Bda Op Esp:

➤ a missão de resgate de nacionais, em 2011, na Costa do Marfim, com a formação do Destacamento Negro;

➤ a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, dentro do contexto de enfrentamento ao terrorismo nos “grandes eventos” ocorridos no Brasil;

➤ a missão de paz no Haiti, findada em 2017, com o prognóstico de que haja outras missões de paz em um horizonte próximo; e

➤ as diversas operações de combate a ilícitos transfronteiriços em toda a faixa de fronteira do território nacional.

Diante do exposto, verifica-se que, atualmente, as ações diretas caracterizam-se por ocorrerem em operações contra forças irregulares dissolvidas no “meio do povo”, em um cenário irregular e assimétrico, típico da G4G e mais próximo do extremo inferior do espectro dos conflitos.

Sendo assim, é de suma importância que tal assunto seja alvo de debate e estudo por parte dos militares operadores especiais, visando ao contínuo aprimoramento das F Op Esp do EB, as quais não podem deixar, por um minuto sequer, de estar em elevado grau de prontidão. A aura romântica que envolve os Cmndos, concebidos para atuarem contra um inimigo em posições fortificadas, na retaguarda de seus exércitos desdobrados em vanguarda, flancos e retaguarda, na guerra “grande”, epíteto tão enfatizado por Heydte (1990), como antítese da guerra irregular, deixa de ser a regra para se tornar a exceção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a evolução dos conflitos modernos, em que, forças militares, particularmente, as de Op Esp, são empregadas no amplo espectro, ou seja, podem atuar em todos os momentos da crise, desde a paz estável até as operações militares desencadeadas em situação de conflito armado/guerra, passando pelas etapas intermediárias de gerenciamento de crises em que o Estado pode se envolver.

A evolução da Era Industrial para a Era do Conhecimento implicou mudanças da maneira de se fazer a guerra. Segundo Visacro, problemas tais como as drogas, antes avessos às considerações de defesa nacional, são abarcados em uma clara indefinição entre os campos da segurança pública e da segurança interna. Problemas como esses se encontram em todo nosso entorno estratégico:

haverá mais casos, como o da Somália ou o do Zaire, onde os governos desmoronaram por completo e reina a anarquia. Outros países irão intervir para proteger, para cortar o tráfico de drogas, para evitar que imensas ondas de refugiados atravessem uma fronteira, ou para deter a disseminação da violência racial através de suas fronteiras. Esse é um mundo feito sob encomenda para os nichos de guerra da Terceira Onda, e não para as guerras em larga escala, totais, da era da Segunda Onda. À medida que os nichos de guerra proliferam, a doutrina militar será adaptada para dar a ela mais peso. Ao mesmo tempo, serão definidas as exigências para a nova tecnologia (TOFFLER, 1995, p. 115).

Fica nítida a necessidade de se dispor de tropas capazes de realizar ações diretas na “parte mais baixa no espectro dos conflitos”, em diferentes pontos da escalada da crise, tendo as considerações civis como um dos fatores da decisão mais importantes.

Diferentemente da doutrina de Op Esp americana, a brasileira não diferencia de forma categórica os tipos de ação direta, embora tacitamente o façamos. Como exemplo, pode-se dizer que a Força Delta e os *SEALS* [2] realizam esse tipo de ações diretas “cirúrgicas” e de maior sensibilidade política, havendo inclusive um escalonamento de capacidades entre os destacamentos dessas F Op Esp, subordinadas diretamente ao *Joint Special Operations Command (JSOC)*, sob a autoridade do presidente dos EUA.

Ações realizadas, simultaneamente, em diversos pontos, como o atentado terrorista em Mumbai, na Índia [4], demandam o emprego de várias frações de F Op Esp em pontos diversos, no meio de enclaves urbanos e imersos na população civil. Mesmo levando-se em conta a diminuta estrutura das F Op Esp brasileiras, não se

pode dispor de efetivos alheios à realidade das Op Esp e capacitá-los, parcialmente, para serem empregados como tal.

A grosso modo, a formação dos Cmdos, seja no curso de ações de comandos (CAC) ou no curso de formação de cabos comandos (CFCC), está voltada para a execução de ações diretas em um quadro de guerra regular, fruto, principalmente, das limitações da Força Aérea, contra alvos estratégicos da estrutura física do inimigo, civil e militar. Essa concepção se estende ao adestramento dos DAC do 1º BAC. McRaven menciona que, mesmo com a contínua evolução da arte da guerra, os princípios teóricos basilares da Op Esp continuam imutáveis. Seja na missão de destruir uma ponte para impedir o avanço de uma divisão blindada inimiga ou resgatar um refém sob a ameaça de um perpetrador terrorista em território nacional, as fases de execução de uma ação direta serão as mesmas, mas nem sempre, principalmente na ação no objetivo, serão empregadas as mesmas TTP.

Diante da necessidade de preparação para as operações atuais, os DAC vêm priorizando o adestramento em missões, cujos verbos principais são eliminar, resgatar e capturar, ou seja, ações diretas mais “cirúrgicas” e contra alvos seletivos. De fato, há uma falsa dicotomia entre as ações clássicas e as demais operações cumpridas pelos destacamentos. Na recente Operação Furacão, no Rio de Janeiro, em uma situação de não guerra, foram empregados meios militares consideráveis, como blindados, helicópteros e aeronaves remotamente pilotadas, bem como tropas das forças singulares, auxiliares e policiais, além da cooperação interagências com outras instituições. As operações transcorreram em ambiente rural e urbano, cujas características poderiam facilmente ser enquadradas como uma clássica AÇ Cmdos, conforme sua doutrina e não como mero substituto às forças policiais.

As dificuldades nas Op Esp atuais não são menores que as encontradas nas incursões dos Cmdos ingleses na 2ª GM, que sofreram muitas baixas. Hoje, um erro tático pode configurar um desastre estratégico com reflexos políticos. Não se pode cair no engodo de que estar preparado para a “guerra total”

significa estar preparado para qualquer tipo de conflito. As demandas são distintas e não menos difíceis e, como mencionado anteriormente, um erro tático poderá ter consequências catastróficas.

A realidade brasileira está longe de poder dispensar as características

de uma tropa de Cmdos. Os DAC devem, portanto, continuar se adestrando para as ações diretas empregadas no quadro atual, irregular e assimétrico dos conflitos, evidentemente, sem perder as capacidades anteriormente adquiridas.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Bevin. **A Guerra do Futuro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- ARAÚJO, General de Divisão Mário Lúcio Alves de. **Operações no Amplo Espectro: Novo Paradigma do Espaço de Batalha**. Doutrina Militar Terrestre em revista. Brasil, p 16-27, janeiro-março, 2013.
- BRASIL. Comando de Operações Terrestres. CI 31-20/1: **Ações de Comandos**. 1. ed. Brasília, 2006.
- _____. Estado-Maior do Exército. CI 31-20: **Batalhão de Ações de Comandos**. 1. ed. Brasília, 2006.
- _____. C 31-21: **O Batalhão de Forças Especiais**. 1. ed. Brasília, 2006.
- _____. EB20-MC-10.212: **Operações Especiais**. Brasília, 3. ed. 2017.
- _____. EB20-MF-10.223: **Operações**. Brasília, 5. ed. 2017.
- COLLINS, John M. **Forças de Operações Especiais em Tempo de Paz**. Military Review. Kansas, Estados Unidos da América, p 72-77, 3º trimestre, 2001.
- DUNNINGAN, James F. **Ações de Comandos: operações especiais e o futuro da arte da guerra moderna norte americana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.
- _____. **Manual de Campanha FM 3-05.201: Special Forces Unconventional Warfare**. Headquarters, Department of the US Army, 2003.
- LFULLER, John Frederick Charles Fuller. **A Conduta da Guerra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- HEYDTE, Friedrich August Von Der. **A Guerra Irregular Moderna: em política de defesa e como fenômeno militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- McRAVEN, H. William. **Spec Ops: case studies in special operations warfare: theory and practice**. New York: Ballantine Books, 1995.
- MIRANDA, André Luis Novaes. **A Necessária Transformação do Exército**. Doutrina Militar Terrestre em revista. Brasil, p 64-77, janeiro-março, 2013.
- OLIVEIRA, Sérgio Alexandre de. **Superioridade Relativa nas Ações Diretas**. Forças de Operações Especiais: Programa de Atualização Doutrinária N° 2, p. 52-77.
- PINHEIRO, Álvaro de Souza. **As Forças de Operações Especiais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2008.
- _____. **Crises e Conflitos no Século XXI: A Evolução das F Op Esp**. Forças de Operações Especiais: Programa de Atualização Doutrinária N° 2, p.4-51.
- SHARRE, Paul. **Espectro de Quê?** Military Review. Estados Unidos da América, n.2, p. 49-56, março-abril, 2013.
- TOFFLER, Alvin e Heidi. **Guerra e Antiguerra: sobrevivência na aurora do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- YOUNG, Peter. **Comandos: os soldados fantasmas**. Rio de Janeiro: Renes, 1975.

NOTAS

[1] As forças de operações especiais (F Op Esp) são destinadas à execução das operações especiais. Incluem frações de forças especiais, comandos e os seus apoios que possuem habilidades e especializações para operar em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. As F Op Esp, em termos gerais, podem ser caracterizadas por serem tropas de altíssimo desempenho que realizam missões especiais baseadas em suas capacidades específicas. Também são consideradas F Op Esp as tropas especiais análogas das demais forças singulares.

[2] O 1st Special Forces Operational Detachment-Delta, comumente referido como Delta Force e Task Force Green, é a principal força contraterrorista e de operações especiais do Exército dos Estados Unidos. O United States Naval Special Warfare Development Group (DEVGRU) é um grupo da Marinha dos Estados Unidos, chamado normalmente de SEAL (sea, air and land), que atua no mar, no ar e na terra, constituindo-se, basicamente, na força de operações especiais da Marinha dos EUA. Ambos são subordinados ao Joint Special Operation Commands (JSOC).

[3] *Unconventional warfare (UW)* significa guerra não-convencional e, segundo o manual de campanha americano FM 3-05.20 *Special Forces Unconventional Warfare Operations*, é definida por "[...] broad spectrum of military and paramilitary operations, predominantly conducted through, with, or by indigenous or surrogate forces organized, trained, equipped, supported, and directed in varying degrees by an external source. UW includes, but is not limited to, guerrilla warfare (GW), sabotage, subversion, intelligence activities, and unconventional assisted recovery (UAR)". "[...] amplo espectro de operações militares e paramilitares predominantemente conduzidas com a presença ou por meio de forças locais organizadas, treinadas, equipadas, apoiadas e dirigidas em vários níveis por um patrocinador externo. A guerra não convencional inclui, mas não se limita, à guerra de guerrilhas, sabotagem, subversão, atividades de inteligência e fuga e evasão".

[4] Atentado terrorista perpetrado em 26 de novembro de 2008 em diversos pontos da cidade durante cerca de três dias, com cerca de 195 mortos e 327 feridos. Credita-se o atentado ao *Lashkar-e-Taiba*, grupo terrorista islâmico que opera a partir do Paquistão.



COMPLEXIDADE: O ELO ENTRE A DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR E AS OPERAÇÕES ESPECIAIS

Major André Luiz Bifano da Silva

O Major de Artilharia Bifano é o Oficial de Operações da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército, sediada em Curitiba-PR. Foi declarado aspirante a oficial, em 2002, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 2011, e a de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 2018/2019. Realizou o curso de especialização em DOBRN, na Escola de Instrução Especializada, o curso avançado para capitães do Corpo Químico do Exército dos EUA e o curso de especialistas em Defesa Nuclear, Biológica e Química do Exército da Espanha. Comandou o 1º Pelotão DQBN e a Companhia de DOBRN. Integrou, como oficial de ligação de DOBRN, o centro de coordenação tática integrado de Brasília nas ações de contraterrorismo durante a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo (bifano@gmail.com).



Quando o comandante da equipe de reconhecimento Químico, Biológico, Radiológico e Nuclear (QBRN) informou que o detector químico *Gas Detector Array (GDA)* havia identificado um agente neurotóxico, não tinha sido a primeira vez que isso havia acontecido. Esse fato, ocorrido minutos antes de um importante jogo da Copa do Mundo de 2014, também ocorreria anos antes durante os Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Em ambos os casos, não havia doutrina que orientasse o que fazer, mas isso não foi um problema. Apesar de não estar descrito em nenhum manual qual tática, técnica e procedimento (TTP) devesse ser adotada, a melhor decisão foi tomada. Isso, porque os procedimentos realizados pela equipe nasceram da própria necessidade tática, emergiram das situações vivenciadas nos adestramentos, dos *debriefings* das pequenas frações e da complexidade do ambiente operacional a que éramos expostos. Nada era novidade, pois a recente evolução da atividade de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DOBRN) no Exército Brasileiro acompanhara as alterações na maneira de se pensar o conflito contemporâneo.

Alguns diriam que a DOBRN evoluiu em um ambiente volátil, incerto, complexo, ambíguo (*VUCA*, no acrônimo em inglês), no entanto cabe uma ressalva importante. Recentemente, ficou comum classificar o cenário da guerra atual como *VUCA*. Entretanto, o reducionismo tomou conta do seu real significado. Na maioria das vezes em que ele é empregado, entende-se como *VUCA*, um cenário complicado, difícil de ser solucionado, esse não é o seu real significado. Para que seja possível entendê-lo, é preciso mudar a chave do pensamento militar cartesiano e enxergar a guerra sob a ótica da complexidade. Mesmo sem o saberem, isso é algo bastante familiar para os operadores especiais, habituados a trabalharem conforme a real concepção do termo.

Segundo o pensamento complexo, o ambiente *VUCA* é aquele que sofre constante processo de auto-organização. Por isso, ele pode ser classificado como um sistema complexo adaptativo, no qual muitos componentes interagem de uma maneira dinâmica e não-linear. Isso quer dizer que as interações entre as partes não seguem um padrão direto de causa e efeito. Pelo contrário, um estímulo no sistema tem resultados que um pensamento cartesiano classificaria como inesperado. No entanto, esse comportamento complexo não é uma novidade em um cenário de guerra irregular, quando neutralizar a liderança não leva, necessariamente, à desorganização da guerrilha ou quando cortar uma linha de suprimento não garante que o movimento perca seu poder de combate. Por isso, diz-se que os operadores especiais estão acostumados a atuar na “incerteza”. Na verdade, eles estão habituados a aceitar a complexidade.



Militares verificando sinais de contaminação química utilizando o detector GDA.

Essa maneira de pensar sempre esteve presente na mente dos militares do Comando de Operações Especiais (COOpEsp). Na verdade, desde a guerra brasílica de Antônio Dias Cardoso, a complexidade já fazia parte da cultura organizacional das operações especiais. Foi inserida nesse ambiente que a recente doutrina DQBRN emergiu e foi desenvolvida. Nas operações especiais, a DQBRN nasceu relacionada à atividade de combate ao terrorismo, adversário símbolo dos desafios da guerra após o 11 de setembro. Esse inimigo possui exatamente as mesmas características que definem um sistema complexo:

- estrutura-se em redes;
- possui um número indefinido de células;
- atua com grande permeabilidade no ambiente;
- está sempre em estado de desequilíbrio, que o obriga a se auto-organizar; e
- possui uma trajetória que o ca-

racteriza por realizar ações com resultados não lineares (CILLIERS, 1998).

As operações especiais incorporaram a complexidade há algum tempo. A guerra irregular e a prevenção e combate ao terrorismo são exemplos de operações cujos cenários demandam a realização de ações inseridas na complexidade para terem sucesso. Logo, a emergência de soluções militares não lineares e não cartesianas são as melhores opções para vencer nesse ambiente operacional.

Para fazer frente a esse adversário, a DQBRN precisou incorporar a complexidade e a se auto-organizar. O resultado desse processo foi o desenvolvimento de um corpo doutrinário consolidado, cuja criação ocorreu graças as ações das pequenas equipes durante os adestramentos e as missões realizadas ao lado de operadores especiais.

Este artigo pretende mostrar como o pensamento complexo ajudou a percorrer esse caminho. Para isso, ele se

divide em duas partes: a primeira aborda a complexidade na atividade DOBRN ao longo dos anos e a segunda apresenta como ocorreu a contribuição das operações especiais à emergência e ao desenvolvimento da doutrina DOBRN. Ao final, conclui-se que o pensamento complexo é útil para enfrentar os desafios da guerra dos dias atuais.



Exercício de detecção de agentes químicos.

A COMPLEXIDADE DA DOBRN

O desenvolvimento da tecnologia militar decorre de um contínuo processo de aprimoramento dos meios de guerra existentes diante das novas demandas do combate. No campo da DOBRN, esse processo se iniciou no transcurso da Primeira Guerra Mundial. Devido ao bloqueio marítimo, a Alemanha tinha dificuldades de importar nitratos necessários para a produção de explosivos. Por isso, o estado-maior de guerra alemão incentivou que a indústria de tintas de seu

país, representada pelas três principais empresas do ramo: a BASF, a Hoerchst e a Bayer, expandissem suas atividades para outros campos de pesquisa (PITA, 2008, p.19). O objetivo era desenvolver novas armas que pudessem ser usadas no campo de batalha. Portanto, a carência na fabricação de munições convencionais levou ao uso militar de substância tóxicas encontradas nos processos de produção da indústria civil.

Surgia, em 1915, a primeira geração de armas químicas. O uso de gases sufocantes e irritantes, como o cloro e o fosgênio, e, posteriormente, de hematóxicos, como o ácido cianídrico, levou ações de defesa com a utilização de máscaras improvisadas que passaram a ser amplamente utilizadas pelos soldados para proteger as vias respiratórias, principal forma de contaminação. Em poucas semanas, alemães, ingleses e franceses já haviam incorporado esses meios de ataque e defesa aos seus arsenais.

No entanto, devido à progressiva ineficiência dos agentes químicos da primeira geração, novas armas químicas foram desenvolvidas. Caracterizando a necessidade de adaptação que a guerra impõe aos seus contendores, os alemães desenvolveram o gás mostarda. Com ele, inaugurou-se o emprego dos agentes vesicantes. Por ser um óleo à temperatura ambiente, sua via de contaminação principal era a pele e a sua persistência no terreno criou extensas áreas onde a circulação era inviabilizada. Isso alterou a dinâmica dos combates. A resposta dos Estados Unidos da América (EUA) não veio na forma de equipamentos de proteção à mostarda, algo difícil de ser realizado no momento, mas na forma de outra arma, a *lewisita*, agente vesicante que recebeu o nome de seu desenvolvedor o capitão do serviço de guerra química Wilford Lewis (VILENSKY, 2005).

O fim da Primeira Guerra Mundial cessou, temporariamente, a escalada no aprimoramento letal das armas químicas. No entanto, o desenvolvimento tecnológico militar deve ser visto como um sistema complexo adaptativo, ou seja, tem iniciativa própria. Por isso, que durante o entre

guerras, mesmo sem uma necessidade militar premente, esse processo continuou. Os EUA produziram as mostardas nitrogenadas, em 1935 e toxinas, como a ricina, na mesma década, em conjunto com o Canadá, Reino Unido e França (PITA; ANADÓN; MARTÍNEZ-LARRAÑAGA, 2004).

Porém, o processo de desenvolvimento tecnológico militar se intensificou durante a Segunda Guerra Mundial. Novamente como uma alternativa à dificuldade de produção de armamentos convencionais, os alemães desenvolveram a segunda geração de armas químicas. Os agentes neurotóxicos surgiram em decorrência de pesquisas realizadas pela indústria alemã, que buscava sintetizar novos pesticidas à base de compostos organo-fosforados (SCHMALTZ, 2006). O surgimento dos neurotóxicos da série G (alusão aos alemães ou *germans*), como o *tabun*, o *sarin* e o *soman*, proporcionou grande aumento na letalidade das armas químicas. Apesar de sua grande produção durante a Segunda Guerra Mundial, o uso de armas químicas não ocorreu devido a uma série de fatores, dos quais se destaca a dificuldade de se realizar uma guerra de movimento em terreno contaminado. No entanto, a necessidade de encerrar o conflito global levou ao desenvolvimento de outras armas que mudariam o equilíbrio de poder no mundo.

O desenvolvimento das armas nucleares surgiu da demanda em produzir uma tecnologia militar que desequilibrasse a guerra. O emprego contra o Japão comprovou seu propósito, pondo fim ao conflito no teatro de operações do Pacífico. Entretanto, o seu surgimento promoveu a corrida armamentista da Guerra Fria nas décadas seguintes. Cabe salientar que o armamento nuclear é produto

de um grande esforço estatal, pois demanda muito investimento econômico para ser realizado. Esse é o motivo pelo qual apenas um grupo seletivo de países o possui.

Esse mesmo caminho foi trilhado pelos programas de desenvolvimento de armas biológicas, empreitada essencialmente estatal devido à necessidade de se utilizar laboratórios de alto grau de segurança. Por isso, a adaptação de bactérias e vírus, como carga útil de armamentos, ocorreu dentro de programas militares, como o *Red Admiral* do Reino Unido (BALMER, 2001), no centro de provas de Dugway nos EUA (VAN COURTLAND MOON, 2006) e na ilha de

Vozrozhdeniye na União Soviética (KOBLENTZ, 1999).

Isso também ocorreu no desenvolvimento da terceira geração de armas químicas, como o *VX*, um gás tóxico asfixiante extremamente poderoso. Sintetizado, inicialmente, por uma empresa inglesa que buscava substitutos para o *DDT*, o *VX* passou a ser produzido pelos EUA no Arsenal de Edgewood. Os neurotóxicos da série *V* (de *venomous*, ou venenoso) eram a arma química

ideal, por serem cerca de cem vezes mais letais e muito mais persistentes do que os da série *G* (PITA, 2008).

Dessa forma, pode-se afirmar que todo o processo de desenvolvimento de armas QBRN, bem como a defesa contra elas, foi patrocinado pelos estados, devido ao alto grau de complexidade inerente ao processo de desenvolvimento tecnológico militar. O resultado dessa escalada bélica levou ao surgimento das armas de destruição em massa, no transcurso de quatro décadas. Essa surpreendente eficiência no desenvolvimento da DQBRN

As principais contribuições das operações especiais à doutrina da DQBRN foram o emprego modular de pequenas frações; a preocupação com a consciência situacional do escalão superior; a atuação de forma descentralizada; e a potencialização da atuação por meio da preparação de equipes não especializadas presentes na área de operações.

pode ser explicada pela sua natureza inherente, semelhante a um sistema complexo adaptativo.

Compreender como funciona um sistema complexo adaptativo está ligado ao entendimento do conceito de emergência. Dentro da teoria da complexidade, a emergência se refere ao surgimento de qualidades e propriedades em um sistema que sobrepõe às qualidades e propriedades isoladas de suas partes componentes. Em outras palavras, o “todo é superior à soma das partes” (MORIN, 1986). Por exemplo, isso explica porque a água é muito mais do que as propriedades dos seus átomos de hidrogênio e oxigênio, pois possui comportamentos e propriedades físico-químicas diferentes das suas partes formadoras. Sob essa ótica, uma analogia pode ser feita quando se observa o desenvolvimento das armas de destruição em massa. Ela é o resultado da interação de inúmeras demandas do combate e de diferentes capacidades militares que levaram à emergência de uma nova classe de armamentos. Elas são muito mais do que a destinação destrutiva para a qual foram produzidas, pois possuem um impacto psicológico e dissuasório que extrapola sua concepção militar inicial.

Durante o século XX, esse processo de emergência esteve sob controle exclusivo dos estados, até então os protagonistas dos conflitos internacionais e principais responsáveis pelo desenvolvimento da tecnologia da guerra. No entanto, essa lógica se alterou com o ingresso de novos atores que rivalizariam com os estados sobre o controle desse arsenal.

A partir do 11 de setembro de 2001, grupos terroristas passaram a buscar métodos de guerra que atendessem ao seu objetivo de causar pânico generalizado, algo que a emergência das armas de destruição em massa e o contexto atual podem proporcionar. Essa possibilidade fica evidente por meio de alguns argumentos. O aumento da disponibilidade de informações, marca dos nossos tempos, permite que extremistas tenham acesso a conhecimentos sensíveis sobre os processos

de produção de agentes QBRN. Além disso, os grupos terroristas possuem uma capacidade de financiamento diversificada que viabilizam sua produção. A sua organização por meio de células sob a forma de redes permite que adotem ações não-lineares, contribuindo para sua clandestinidade da produção de agentes QBRN. Esses e outros motivos justificariam a preocupação dispensada à possibilidade do uso de armas QBRN por parte de grupos terroristas. No entanto, o reconhecimento sobre essa ameaça não se deve somente a essas constatações óbvias. O perigo do terrorismo fica mais claro quando ele próprio se reconhece como um sistema complexo adaptativo. Isso faz ser possível que dele emerja qualquer ameaça, inclusive a QBRN. O terrorismo percebeu que a proliferação de armas de destruição em massa, antes controlada exclusivamente pelos estados, poderia ser reproduzida por suas células, refazendo o mesmo processo de emergência iniciado em 1915.

No entanto, quando se observa a ameaça do terrorismo moderno com a lente da complexidade, é possível reduzir a incerteza acerca de como será sua atuação e não se surpreender com comportamentos imprevisíveis. Foi o que fez o Exército Brasileiro ao considerar o terrorismo como um fenômeno complexo, não-linear e auto-organizado que necessitaria de uma resposta da mesma natureza, ou seja, inserida na complexidade. Essa percepção ficou clara por ocasião do preparo e do emprego das equipes de contraterrorismo nos grandes eventos, que ocorreram entre 2007 e 2016. Durante esse período, pensar a complexidade virou a regra. E isso só foi possível onde a resposta militar adaptativa e não-linear não era uma novidade, ou seja, no seio das operações especiais.

O pensamento complexo permite reduzir a incerteza presente no ambiente *VUCA*, que caracteriza o campo de batalha nos dias atuais. Ao encarar a guerra como um sistema complexo adaptativo é possível compreender a emergência de fenômenos que seriam considerados inesperados por um pensador cartesiano.

A EMERGÊNCIA DA DOUTRINA DOBRN

As operações especiais guardam estreito relacionamento com o pensamento complexo. O emprego de equipes pequenas, compostas por militares especializados e com autonomia para atuarem em ambientes não controlados reproduz a lógica de funcionamento de um sistema complexo adaptativo. Cada integrante de um Destacamento de Operações de Forças Especiais (DOFEsp) tem uma função específica sob sua responsabilidade. No entanto, o cumprimento da missão vai depender não somente do trabalho de cada um, mas, principalmente, de qual resultado emergirá da interação entre todos. Essa emergência permite que o DOFEsp seja uma equipe altamente adaptativa e resiliente, capaz de enfrentar as incertezas inerentes à guerra irregular ou às ações de contraterrorismo.

Pode-se dizer com isso que, ao incorporar a complexidade na sua forma de pensar, as operações especiais foram as tropas mais aptas a atuarem no contexto de guerra que se seguiu ao atentado sobre as Torres Gêmeas.

Foi nesse período que o Exército Brasileiro criou a Brigada de Operações Especiais, que foi transformada no COOpEsp. Dentro suas organizações militares originais estava o então 1º Pel DQBN, transformado em Cia DQBRN meses antes da realização da Copa do Mundo de 2014.

Como é sabido, eventos de grande visibilidade foram realizados no Brasil. Desde o primeiro deles, os Jogos Pan-Americanos, em 2007, a DQBRN era uma capacidade militar reconhecidamente necessária. Ocorre que, à época, essa capacidade possuía deficiências, com destaque para a desatualização da doutrina em vigor. Os manuais existentes datavam da década de 1980, concebidos para uma guerra que não mais existia. A doutrina vigente era adequada para um contexto de guerra convencional, onde as armas QBRN seriam ferramentas dos exércitos dos países contendores. Dessa forma, ela previa o embate de grandes efetivos militares, em frentes de combates bem definidas, a exemplo dos conflitos da Era Industrial.

Entretanto, na atual Era da Informação, a guerra apresenta outras características. A dimensão física do ambiente operacional dá espaço às dimensões informacional e humana. Diante disso, a doutrina militar terrestre(DMT) reconheceu que o emprego da força militar deveria ser multidimensional. Além disso, a DMT definiu que as estruturas militares deveriam ter flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade, resumidas no acrônimo FAMES (BRASIL, 2014). Por isso, é possível afirmar que a Força Terrestre (F Ter) se afastou aos poucos do modo de pensar cartesiano, se aproximando do pensamento complexo.

O conceito de FAMES guarda estreita relação com o que caracteriza um sistema complexo adaptativo. Quando esse sistema, por sua vez, desenvolve suas capacidades, ele se relaciona aos fatores do DOAMEPI (doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura) (BRASIL, 2014). Essas inovações trazidas pela DMT - FAMES e DOAMEPI - já eram conceitos essenciais às operações especiais. Por isso, a transformação da F Ter proposta pelo Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex) foi implementada com naturalidade pelo COOpEsp. Desde sua criação, o COOpEsp já promovia a adaptabilidade da doutrina, a flexibilidade do adestramento e a modularidade da organização. Ou seja, ele reunia características do FAMES e do DOAMEPI em um sistema complexo adaptativo, o que resultou na emergência de tropas prontas para o combate da atualidade. É por esse motivo que o ambiente das operações especiais facilitou também a emergência da nova doutrina QBRN, construída durante o adestramento e o emprego das tropas de DQBRN nos grandes eventos. A DQBRN absorveu o pensamento complexo das operações especiais. Por ocasião das operações de contraterrorismo, foi possível observar a emergência de uma nova doutrina que permitiu potencializar as capacidades da DQBRN, atendendo aos preceitos do FAMES e do DOAMEPI.



Pelotão de Reconhecimento e Vigilância da Cia DOBRN.

A doutrina de DOBRN foi resultado do trabalho de especialistas da Escola de Instrução Especializada, do 1º Btl DOBRN e da Cia DOBRN, que participaram nas operações de prevenção e combate ao terrorismo. Todos eram enquadrados por um comando que reuniu especialistas em DOBRN e operadores especiais. Essa integração promoveu um processo *bottom-up* de emergência doutrinária, que fez com que a DOBRN absorvesse alguns preceitos já adotados pelas operações especiais e que também eram incentivados pela nova DMT que passava a vigorar.

A primeira contribuição doutrinária vinda das operações especiais e incorporada à DOBRN foi a do emprego por módulos. Eles eram compostos por um reduzido número de integrantes, a exemplo do que ocorre com os DOFEsp. O objetivo da modularidade era reorganizar a tropa, constituindo pequenos grupamentos aptos a cumprir tarefas específicas como:

- a detecção e identificação de agentes;
- a descontaminação de pessoal e equipamentos; e
- o controle e a proteção de equipes não-especializadas.

Esses módulos de emprego deveriam ser capazes de se infiltrar com rapidez por meio aeromóvel, ter a autonomia do funcionamento dos equipamentos orgânicos e ficarem em condições de serem substituídos por outros módulos se fossem necessários. Isso proporcionou maior flexibilidade ao planejamento das operações nos grandes eventos, ocasião em que tais tarefas eram realizadas simultaneamente em diversos lugares. Essa reorganização em módulos potencializou as capacidades das tropas DOBRN, permitindo que fossem realizadas até 54 varreduras simultâneas durante as operações.

Essa concepção modular levou à segunda contribuição doutrinária oriunda das operações especiais: a execução de ações descentralizadas. Os comandantes dos

módulos eram militares graduados que, à frente de pequenas frações, ficavam responsáveis pela tomada de importantes decisões. Cabia ao comandante da equipe realizar todos os testes de identificação e confirmação de possíveis agentes QBRN durante as operações. Vale lembrar que uma eventual confirmação da detecção de agentes QBRN, como *sarin* ou césio, teria um grande impacto nas dimensões humana e informacional. No entanto, essa responsabilidade promoveu o autoaperfeiçoamento dos especialistas, resultando em expressiva melhoria no adestramento das equipes.

O impacto do possível emprego de armas de destruição em massa atribui importância estratégica à DQBRN. A exemplo do que ocorre nas operações especiais, as operações DQBRN são acompanhadas pelos níveis superiores de tomada de decisão. Por oferecer consciência situacional, essa demanda impôs o desenvolvimento de um eficiente sistema de comando e controle DQBRN. Para isso, foi montada uma rede com meios remotos de detecção, como o oferecido pelo imageador de infravermelho do sistema de visualização de gás de escaneamento infravermelho (SIGIS), e detectores químicos e radiológicos georreferenciados (como o *GDA*, *SpirR-Id* e *Rad Eye-Personal Radiation Detector*) ligados ao sistema de Comando e Controle COBRA. Tais meios permitiram que os comandantes de segurança de área, responsáveis pelas operações nas cidades-sede dos grandes eventos, acompanhassem em tempo real as atividades de vigilância QBRN.

A contribuição absorvida pela DOBRN tem relação direta com a atividade de forças especiais, pois era imprescindível aumentar a

capilaridade das ações. Para isso, elementos não especializados deveriam ser preparados para cumprirem tarefas específicas em apoio à DQBRN, o que levou à criação das forças de resposta imediata (FRI). Durante a fase de preparação das operações, as FRI recebiam adestramento em DQBRN. De acordo com a necessidade, elas realizariam tarefas de reconhecimento, descontaminação ou proteção em apoio à força de DQBRN. Foi o que ocorreu no monitoramento dos acessos aos locais de eventos ou nos trabalhos com outras agências em caso de descontaminação em massa.

Todas essas inovações na doutrina de DQBRN emergiram como resultado da interação dos especialistas em DQBRN com os operadores especiais no esforço conjunto de combater o terrorismo. Essa integração tem colaborado, significativamente, com o desenvolvimento doutrinário, pois deu início a um processo que resultou na confecção dos dois manuais de campanha de DQBRN atualmente em vigor, aprovados, respectivamente, em 2016 e 2017:

➤ EB70-MC-10.233

Defesa Química, Biológica,

ca, Radiológica e Nuclear; e

➤ EB70-MC-10.234 Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nas Operações.

Esses manuais contêm lições aprendidas ao longo das operações realizadas nos grandes eventos, algumas das quais são exemplificadas nos parágrafos seguintes.

O protagonismo das pequenas frações foi incorporado à DMT com a criação de módulos especializados em reconhecimento e vigilância, descontaminação de pessoal, técnica e física, proteção individual e coletiva e de comando e controle.

A necessidade de fornecer consciência situacional ao comando imediatamente superior aumentou as responsabilidades do Sistema DOBRN, descentralizando a ação dos módulos no cumprimento de suas missões.

A importância de se potencializar a capilaridade da DOBRN traduziu-se na criação dos níveis básico e intermediário de capacitação DOBRN para não especialistas, apoio fundamental para aumentar a capacidade de proteção da F Ter.

A emergência da doutrina foi um processo *bottom-up*, cujas origens foram as atividades realizadas por especialistas das pequenas frações DOBRN ao incorporarem o pensamento complexo presente nas operações especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre a DOBRN e as operações especiais exemplifica muito bem a transformação que se opera na F Ter. O desenvolvimento de capacidades norteadas pelo DOAMEPI e postas em prática por essas tropas por meio do FAMES só foi possível devido uma nova forma de pensar. O pensamento complexo foi a base comum para o sucesso das operações nos grandes eventos, pois permitiu que se combatesse o inimigo da forma correta. O ambiente *VUCA* não foi um problema, pois a incerteza que o caracteriza foi aceita e ressignificada, permitindo a emergência de novas capacidades. Em outras palavras, foi entendendo o terrorismo que a atividade de contraterrorismo pode surgir sob a forma de equipes bem preparadas e aptas a serem empregadas no seu combate. Nesse sentido, o sucesso das tarefas realizadas por times táticos de operações especiais e equipes

de DOBRN tem muito a contribuir com a transformação da Força.

As principais contribuições das operações especiais à doutrina da DOBRN foram:

- o emprego modular de pequenas frações;
- a preocupação com a consciência situacional do escalão superior;
- a atuação de forma descentralizada; e
- a potencialização da atuação por meio da preparação de equipes não especializadas presentes na área de operações.

Anos atrás, quando o detector *GDA* acusou a presença de gás *sarin*, fato que poderia resultar na evacuação de milhares de pessoas, o operador do equipamento não foi vítima da incerteza, pois seu pensamento não era cartesiano. Ele sabia que a resposta linear apresentada pelo detector não era uma verdade irrefutável, pois o espectro de leitura do neurotóxico poderia ser confundido com o de um inofensivo desinfetante. A doutrina DOBRN, nascida da complexidade, indicava que testes subsequentes deveriam ser feitos, antes que qualquer alerta de contaminação fosse emitido. Tais testes foram feitos, comprovando que o equipamento estava errado. Não existia gás *sarin*. A missão prosseguiu com sucesso e continua dessa forma até os dias de hoje.

Portanto, ao incorporar o pensamento complexo à mentalidade militar, a DOBRN e as operações especiais auxiliam a F Ter a vencer em um ambiente *VUCA*. A incerteza é a certeza da guerra de hoje, por isso a complexidade precisa estar integrada ao pensamento de todos os soldados, permitindo que soluções emerjam e novos desafios sejam superados.

REFERÊNCIAS

- BALMER. Brian. *Britain and biological warfare; expert advice and science policy, 1930-1965*. Basingstoke: Palgrave, 2001.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. *EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre*. Brasília, 2014.
- _____. Centro de Doutrina do Exército. *EB70-MC-10.233 DOBRN*. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2016.
- _____. *EB70-MC-10.234 DOBRN nas Operações*. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2017.
- CILLIERS, P. *Complexity and Postmodernism: Understanding Complex Systems*. Londres: Routledge, 1998.
- KOBLENTZ, Gregory D. *Living weapons: biological warfare and international security*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

- MORIN, Edgar [1986]. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- PITA, René. *Armas químicas: La ciencia en manos del mal*. Madri: Plaza y Valdez Editores, 2008.
- ANADÓN, A.; MARTÍNEZ-LARRAÑAGA, M. R. Ricina: una fitotoxina de uso potencial como arma. *Revista de Toxicología*. Madri, v. 21, n. 2-3, p. 51-63, 2004.
- SCHMALTZ, Florian. *Neurosciences and research on chemical weapons of mass destruction in Nazi Germany*. Journal of the History of the Neurosciences. Londres, v. 15, n.3, p. 186-209, 2006.
- VAN COURTLAND MOON, John Ellis. *The US Biological weapons program*. In: WHEELIS, Mark et al (org.). *Deadly cultures: biological weapons since 1945*. Cambridge: Harvard University Press, 2006, p. 9-46.
- VILENSKY, Joel A.: *Dew of death: the story of lewisite, America's World War I weapon of mass destruction*. Bloomington: Indiana University Press, 2005.



Venha conhecer o Espaço de Trabalho e Interativo de Doutrina



**C DOUT EX/COTER
QGEx - 3º PISO - BLOCO H
BRASÍLIA - DF - CEP: 70630-970**

**HORARIO DE VISITAÇÃO:
DAS 10:00 ÀS 16:00H (SEG - QUI)
DAS 08:00H ÀS 11:00H (SEX)
VISITAS COLETIVAS: 3415-5228 - CAP CÉSAR**

UM RETRATO DO BATALHÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES ESPECIAIS

Tenente-Coronel Anderson Corrêa dos Santos

Major João Carlos Cammarata Nisinaga

Capitão Elder Damasceno de Souza

O Tenente-Coronel de Infantaria Corrêa é o Comandante do Btl Ap Op Esp. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 2004, e a de Comando e Estado-Maior, no biênio 2013/2014. Possui os seguintes cursos e estágios: Ações de Comandos, Forças Especiais, Básico Paraquedista, Mestre de Salto Livre, Mergulho a Ar e Mergulhador de Combate. Participou da Segurança da Embaixada na Costa do Marfim. Foi instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Força Armada de El Salvador e Oficial de Operações do Centro de Coordenação Tático Integrado do Gabinete de Intervenção Federal (a.correa23@hotmail.com).

O Major de Infantaria Cammarata é o Oficial de Operações do Btl Ap Op Esp. Cursou a EsAO em 2015. Possui os seguintes cursos e estágios: Ações de Comandos, Forças Especiais, Básico Paraquedista, Mestre de Salto Livre, Mergulho a Ar. Participou da Segurança da Embaixada na República Democrática do Congo (jnisinaga@gmail.com).

O Capitão de Material Bélico Elder é o Comandante da Companhia Logística do Btl Ap Op Esp. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2017. Possui os seguintes cursos e estágios: Básico de Montanhismo, Avançado de Montanhismo, Básico Paraquedista e Operações na Caatinga. Participou da Operação de Paz no Haiti integrando o BRABATT 13/1 (elderds@yahoo.com.br).

Os autores foram declarados aspirantes a oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), respectivamente, em 1996, 2002 e 2007.



Imagine uma situação hipotética, na qual um grupo minoritário de um pequeno país esteja sendo dizimado por um regime ditatorial. Esse grupo solicita, desesperadamente, ajuda à comunidade internacional que, após alguns meses de estudo, sugere, em caráter emergencial, a criação de uma força combinada (F Cbn) para interceder ante os crimes em vigor. Em atendimento a essa solicitação internacional, o nosso país, que possui aspectos geopolíticos favoráveis à defesa dos direitos humanos, é convidado para participar dessa força internacional. Com a aprovação do parlamento, o comandante supremo das

forças armadas decide empregar nossas forças militares para compor essa F Cbn. Em um primeiro momento, serão enviadas forças visando auxiliar na logística e no treinamento dos grupos de resistência ao regime ditatorial. Imediatamente, o Ministério da Defesa determina que uma força-tarefa conjunta de operações especiais (Op Esp) seja ativada, para integrar a F Cbn, desdobrando seus meios em um país amigo, adjacente à área negada, com objetivo de realizar atividades em parceria com a resistência. As primeiras equipes que se deslocarão para o país amigo terão como objetivo realizar reconhecimentos necessários para o desdobramento das tropas de Op Esp. Dentre essas equipes, encontram-se os elementos de apoio às Op Esp, com a finalidade de prover o apoio logístico e o apoio de comando e controle às forças de operações especiais (F Op Esp), estabelecendo as ligações necessárias para o cumprimento de sua missão, bem como preparar-se para o desenvolvimento das operações em uma possível segunda fase, quando da infiltração dos forças especiais e comandos no país hostil.

Considerando todos os aspectos de suporte às Op Esp, essa situação hipotética apresentada pouco difere das encontradas durante as operações de garantia da lei e da ordem (GLO) ou na faixa de fronteira, que foram rotineiramente executadas pelas F Op Esp do Exército Brasileiro (EB) ao longo dos anos.

HISTÓRICO

Até 2003, as F Op Esp do EB eram constituídas apenas pelo 1º Batalhão de Forças Especiais (1º B F Esp), que possuía a 1ª Companhia de Forças Especiais (1ª Cia F Esp ou Força 1), a 2ª Cia F Esp (ou Força 2), a Companhia de Ações de Comandos (Cia Aç Cmdos) e a Companhia de Comando e Serviços

(CCSv) que prestava o apoio ao combate e o apoio logístico para o 1º B F Esp.

A CCSv era constituída pela Seção Leve de Manutenção (Seç L Mnt), pelos pelotões de comunicações, de saúde, de segurança e, ainda, por reforços externos. Essa reduzida estrutura de apoio fazia com que grande parte do esforço logístico às operações do 1º B F Esp fosse despendida na adaptação do apoio externo às peculiaridades das Op Esp. Essa subunidade se constituiu no embrião do Destacamento de Apoio às Operações Especiais (Dst Ap Op Esp), criado em Goiânia-GO em 2003.

Todavia, logo após a implantação da Brigada de Operações Especiais (Bda Op Esp), em 2004, constatou-se que esse destacamento de apoio, cujo efetivo era de 125 militares, estava subdimensionado para atender a demanda existente, sendo transformado no atual Batalhão de Apoio às Operações Especiais (Btl Ap Op Esp).

O Btl Ap Op Esp é a organização militar (OM) do Comando de Operações Especiais (COpEsp) responsável por realizar o apoio ao combate e o apoio logístico dessa grande unidade às suas OM subordinadas, particularmente, em pessoal e material, além de desdobrar a base de operações especiais (BOE). Nesse sentido, realiza o apoio à infiltração e à exfiltração dos elementos operativos.

A estrutura do COpEsp é dimensionada para otimizar o ciclo logístico (determinação, obtenção e distribuição)

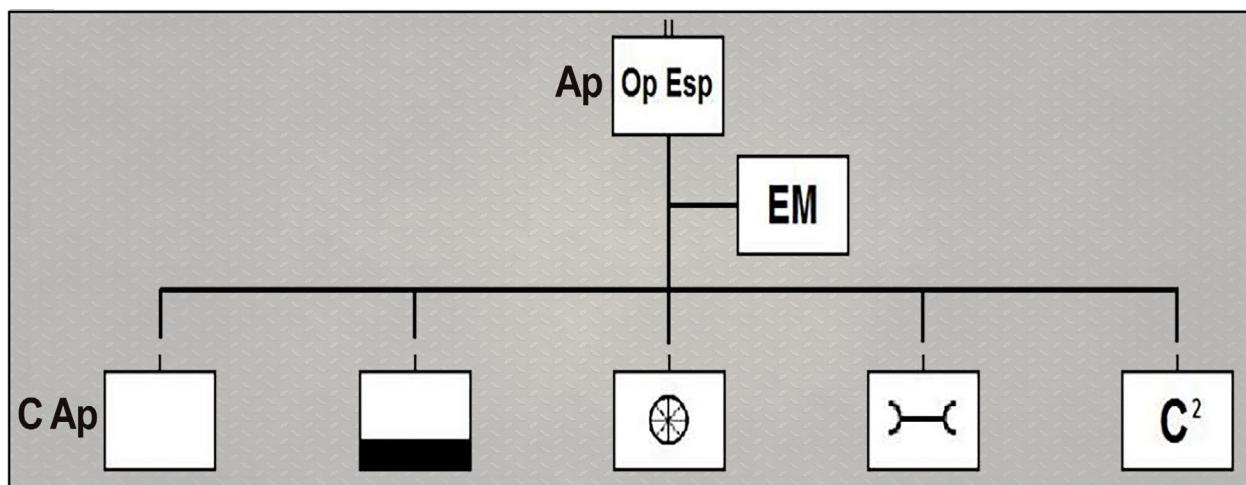
dos meios necessários às Op Esp, acrescido do devido controle daqueles em uso pelas F Op Esp. Uma das mudanças que permitiu adquirir essa capacidade foi a criação de cargos especializados no apoio às Op Esp, que estão distribuídos no Btl Ap Op Esp e na Base Administrativa do COpEsp.

Essa estrutura visa reduzir os encargos logísticos e administrativos das OM operacionais. No entanto, ela necessita de aperfeiçoamento com vistas à melhor utilização dos recursos que já se encontram disponíveis na cadeia logística, objetivando maior economia de meios.

CAPACIDADES X ORGANIZAÇÃO

O Btl Ap Op Esp tem como missão prover o rápido desdobramento dos meios de apoio logístico e de apoio ao combate para o COpEsp em todas as fases das operações. Nesse contexto, o apoio às Op Esp deve diminuir a dependência das F Op Esp de meios locais, nas primeiras fases das operações, empregando os processos logísticos tradicionais e os não convencionais de suprimento, na busca de novas soluções para as demandas das Op Esp.

Para isso, o Btl Ap Op Esp tem uma estrutura organizacional composta pelo Comando e Estado-Maior (EM), uma Companhia de Comando e Apoio (Cia C Ap), uma Companhia de Suprimento (Cia Sup), uma Companhia de Transporte (Cia Trnp), uma Companhia de Manutenção (Cia Mnt) e uma Companhia de Comando e Controle (Cia C²).



Estrutura organizacional do Btl Ap Op Esp.

Em que pese essa estrutura ser composta por cinco subunidades, a escassez de efetivo impede, atualmente, que o Batalhão seja organizado dessa forma. Assim, as funções logísticas suprimento, manutenção e transporte foram reunidas em uma mesma subunidade, denominada Companhia Logística (Cia Log). Para otimizar o emprego, na prática, os meios de apoio à infiltração foram reunidos, constituindo uma Companhia de Apoio à Infiltração (Cia Ap Infl). A OM dispõe, ainda, de uma Seção de Simulação de Tiro (SST), uma Seção de Cães de Guerra (SCG) e uma Seção de Simulação de Queda Livre (SSQL). O batalhão está organizado como descrito nos parágrafos seguintes.

COMPANHIA DE COMANDO E APOIO

A Cia C Ap tem a missão de prover os meios em pessoal para a composição das seções do Estado-Maior do COOpEsp. Esse mesmo efetivo é empregado na BOE, quando há o seu desdobramento, integrando o centro de operações. Essa subunidade também mobilia as seções do estado-maior do batalhão e tem a responsabilidade de gerenciar e prestar o apoio de saúde operacional nas atividades do COOpEsp. Além disso, ela provê a segurança dos comboios nos deslocamentos operacionais e, da BOE, quando necessário.

Para o cumprimento de suas tarefas, a Cia C Ap organiza-se em um Pelotão de Comando do COOpEsp, um Pelotão de Comando do Btl Ap Op Esp, uma Seção de Saúde e um Pelotão de Segurança (em implantação).

COMPANHIA LOGÍSTICA

A Cia Log tem a missão de realizar a manutenção de 1º e 2º escalões do material classe II (intendência), classe V (armamento, optrônicos e DQBRN), classe VI (engenharia) e classe IX (motomecanização), além de prover os meios de transporte, nos modais rodoviário e aquaviário, para as missões do COOpEsp.

Essa subunidade foi criada a partir da Seç L Mnt do Camboatá (antiga sede do 1º B F Esp), que evoluiu, buscando sua autossuficiência, devido à inexistência de estruturas logísticas ativadas nas OM do COOpEsp.

Para o cumprimento de suas tarefas, a Cia Log organiza-se em um Grupo de Suprimento, um Pelotão de Transporte e um Pelotão de Manutenção.

O apoio às Op Esp deve diminuir a dependência das F Op Esp de meios locais, nas primeiras fases das operações, empregando os processos logísticos tradicionais e os não convencionais de suprimento, na busca de novas soluções para as demandas das Op Esp.

A Cia C² tem a missão de instalar, explorar e manter o sistema de C² do COOpEsp nas operações, incluindo as comunicações internas das bases operacionais estabelecidas, bem como fornecer o apoio complementar às OM subordinadas ao COOpEsp.

A Cia C² possui o domínio de equipamentos de comunicações de alta tecnologia e sistemas C² para o apoio à decisão, assessorando, técnica e operacionalmente, o Comandante de Operações Especiais nos assuntos relacionados ao levantamento de pré-requisitos, testes, montagem e distribuição de equipamentos militares de comunicações adequados ao COOpEsp.

Para o cumprimento de suas tarefas, a Cia C² conta com três pelotões C².



Desdobramento da cabine C² em apoio às Op Esp.

COMPANHIA DE APOIO À INFILTRAÇÃO

A Cia Ap Infl tem a missão de apoiar as infiltrações e os adestramentos aeroterrestres das F Op Esp, com material e pessoal especialista em dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar (DOMPSA) e com precursores paraquedistas (Prec Pqdt). Além disso, fornece o suporte às infiltrações e aos adestramentos das F Op Esp por meio aquático, com especialistas em mergulho a ar e resgate (MAR).

Para o cumprimento de suas tarefas, a Cia Ap Infl organiza-se em um Pelotão de Apoio à Infiltração Aeroterrestre, um Pelotão de Apoio à Infiltração Aquática e um Pelotão DOMPSA.

SEÇÃO DO SIMULADOR DE TIRO

A SST tem a missão de apoiar os adestramentos e aprimorar as táticas, técnicas

e procedimentos (TTP) de tiro, com as armas individuais e coletivas, por meio de simulação virtual. Entrou em pleno funcionamento em 2018, ano em que realizou mais de 350 mil disparos simulados de armamentos como pistolas, fuzis, metralhadoras, lança-granadas e morteiros. Dessa maneira, vem contribuindo, significativamente, com o aprendizado e com a segurança do tiro.

SEÇÃO DE CÃES DE GUERRA

A SCG tem a missão de manter os cães de guerra em prontidão permanente para o apoio direto às OM operacionais do COpEsp, quando e onde for necessário. Possui cães das raças pastor alemão, pastor belga *malinois*, pastor holandês e cão lobo tchecoslovaco. Pela adoção de técnicas e métodos inovadores, os cães são preparados para o duplo emprego, sendo especializados

na detecção de explosivos, armamentos, munições e narcóticos, bem como no ataque. Podem ser empregados como esclarecedores e realizar buscas e capturas de pessoal, estando aptos para a infiltração aeromóvel e para a aeroterrestre, por meio de salto tandem e semiautomático.

A SEÇÃO DO SIMULADOR DE QUEDA LIVRE

A SSOL tem a missão de apoiar os adestramentos e o aprimoramento das TTP das F Op Esp nas infiltrações por salto livre operacional (SLOp), com as simulações de queda livre e de navegação com o velame aberto.

Desde sua entrada em operação, em 2008, a seção tem apoiado os elementos operacionais, contabilizando mais de 22 mil horas de voo, que subsidiaram a melhoria da performance em voo e a redução significativa da quantidade de acidentes em salto livre.



Operador de forças especiais realizando adestramento de queda livre.

DESDOBRAMENTO DA BASE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

O Btl Ap Op Esp executa o desdobramento de seus meios nos exercícios e nas operações, como ocorreu durante a Operação Furacão, por ocasião da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, a BOE prestou o apoio logístico e de C² à força-tarefa do 1º B F Esp e ao Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI) durante um ano.

De acordo com a doutrina militar terrestre (DMT) relativa às Op Esp, a BOE é a principal estrutura logística a ser instalada e operada pelo Btl Ap Op Esp. Essa base possui:

- um centro de operações;
- um centro de logística; e
- um centro de C².

Na BOE, o Cmdo do COpEsp supervisiona, comanda, controla e coordena seus elementos subordinados infiltrados em um teatro de operações (TO) ou em uma área de operações (A Op). Normalmente, ela é instalada junto ao posto de comando (PC) do grande comando operacional em proveito do qual as F Op Esp estão operando, otimizando a cadeia de comando.

Apesar de a doutrina de Op Esp em vigor não denominar a estrutura desdobrada durante a Operação Furacão, como BOE, devido à inexistência de um TO/A Op e de elementos infiltrados, os estudos iniciais indicam que a grande semelhança entre elas permitirá unificar essa denominação.

Para atenuar a limitada capacidade logística do COpEsp, a estrutura da BOE deve ser flexível e a sua localização deve permitir que ela se apoie nos meios logísticos existentes no TO/A Op. O estudo de situação e o planejamento indicarão o local mais adequado para o seu desdobramento, a fim de melhor atender nos níveis estratégico, operacional ou tático de execução e de articulação logística.

Dessa forma, a BOE, na maioria das vezes, apoiar-se-á na base de apoio logístico do Exército, bases logísticas conjuntas, bases logísticas terrestres ou bases logísticas de brigadas.

Para o pleno êxito das Op Esp, é conveniente que o seu apoio esteja baseado nas estruturas logísticas existentes desse os tempos de paz.

Em um TO/A Op, no qual seja constituída uma força conjunta de operações especiais, no mesmo nível das forças componentes, é bem provável que seja montada uma BOE conjunta, congregando os meios logísticos e de C² das F Op Esp das forças singulares envolvidas. Todavia, isso não vem ocorrendo nas operações conjuntas, mesmo quando há a constituição da mencionada força conjunta de operações especiais, dificultando o desenvolvimento da doutrina de apoio às Op Esp conjuntas. A velocidade de evolução do apoio está acompanhando a das operações na força terrestre. É necessário que isso ocorra também no que diz respeito às atividades conjuntas de Op Esp, visando a uma maior interoperabilidade entre as F Op Esp das forças singulares.

NOVAS CAPACIDADES E VISÃO DE FUTURO

O Btl Ap Op Esp busca, continuamente, adquirir e manter novas capacidades para apoiar a evolução das Op Esp, valendo-se das inúmeras oportunidades para desdobrar a BOE nas situações em que os diversos aspectos doutrinários da guerra irregular são experimentados e testados. O batalhão desenvolve a integração entre as F Op Esp e as forças convencionais, promovendo o estreitamento dos laços logísticos e de C² com outras OM, as quais são fundamentais na suplementação das suas capacidades. Nesse contexto, destacam-se as ligações com:

- os grupamentos logísticos;
- o Batalhão DOMPSA;
- os batalhões logísticos;
- os parques regionais de manutenção;

- os batalhões de manutenção;
- os batalhões de comunicações; e
- o Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

Acompanhando o desenvolvimento das Op Esp, o Btl Ap Op Esp adquiriu, recentemente, novas capacidades essenciais ao apoio que são desenvolvidas, concomitantemente, com os adestramentos e operações, tais como:

- a manutenção de armamento não convencional;
- a manutenção do Fuzil IMBEL A2 (Fz IA2);
- a manutenção de meios optrônicos;
- o emprego de cães de guerra para faro e ataque;
- o lançamento livre de ressuprimento aéreo;
- o lançamento aeroterrestre de cargas médias; e
- a formação de motoristas.

Para cumprir as missões previstas na base doutrinária do Btl Ap Op Esp, estão sendo implantadas e aprimoradas, dentre outras, as seguintes capacidades complementares:

- manutenção de material DQBRN;
- lançamento aeroterrestre de material pesado; e
- mergulho a ar e resgate de material.



Lançamento livre de ressuprimento em apoio às F Op Esp.

Antecipando-se às novas demandas, o Btl Ap Op Esp realizou recentemente estudos para aquisição de:

- proteção cibernética em caráter limitado; e
- sistema de aeronave remotamente pilotada (SARP) categoria 2 para identificar, localizar e designar alvos, bem como auxiliar na detecção de agentes QBRN.

No entanto, o aumento dos efetivos do Btl Ap Op Esp vem acompanhando, com certa defasagem, o desenvolvimento das Op Esp, pois os 389 integrantes da OM atuam no limite da capacidade de apoio operacional e administrativo.

Uma solução para essa escassez de recursos humanos tem sido a polivalência dos militares que ora integram a unidade, uma vez que a maioria deles executa, simultaneamente, múltiplas atividades. Portanto, é dada prioridade para a especialização dos seus quadros em diversas áreas operacionais e administrativas, como paraquedismo semiautomático e livre, DOMPSA, Prec Pqdt, mergulho, especialistas em comunicações, mecânicos de diversas classes de material e dentre outras.

Do exposto, podemos observar que a criação Btl Ap Op Esp possibilitou um crescimento exponencial das atividades

de apoio às Op Esp, cooperando no desenvolvimento da DMT brasileira. Cabe, ainda, destacar que o Btl Ap Op Esp é a única OM valor unidade de apoio às Op Esp nas Forças Armadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o surgimento das Op Esp do EB, nos idos de 1957, essa tropa de elite desenvolve novas capacidades, estando em condições de fazer frente às possíveis ameaças, mantendo seus operadores adestrados e seus equipamentos atualizados.

A partir de sua criação há 16 anos, o Btl Ap Op Esp vem evoluindo, significativamente, a sua forma de emprego, valendo-se do legado da antiga CCSv/1º B F Esp, então sediada na estrada do Camboatá, Rio de Janeiro, para usar como base de desenvolvimento da sua organização e doutrina, contribuindo, dessa forma, com o fortalecimento das Op Esp, visando ao pleno êxito das atividades do EB.

Graças ao significativo aumento da sua capacidade de apoio logístico e de apoio ao combate, o batalhão reúne plenas condições de solucionar os mais diversos problemas militares de apoio às Op Esp que se apresentem.

Assim, os integrantes do Btl Ap Op Esp devem continuar zelando por sua

importância, equivalente a dos operadores especiais, pois não há uma atividade de Op Esp em que não haja o envolvimento, direto ou indireto, dos elementos de apoio. Isso é comprovado, diuturnamente, na

rotina de adestramento e nas operações, pela provisão dos meios necessários ao cumprimento das atividades e missões das OM do COOpEsp em todo território nacional e, se necessário, no exterior.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-02 - Manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas. Brasília, DF, 2008.
- _____. EB70-MC-10.212: **Operações Especiais**. 3. ed. Brasília, DF, 2017.
- _____. EB70-MC-10.305: **O Comando de Operações Especiais**. 1. ed. Brasília, DF, 2019.
- _____. Portaria nº 065 - EME / Res, de 9 de junho de 2016. **Aprova o Quadro de Organização (QO) do Batalhão de Apoio às Operações Especiais**. Brasília, DF, 2016. Boletim do Exército de Acesso restrito nº 06, de 30 de junho de 2016.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Joints Chief of Staff. JP 3-05: **Special Operations**. Washington, DC, 2014.
- _____. U. S. Army. Headquarters, Department of the Army. ATP 3-05.40: **Special Operations Sustainment**. Washington, DC, 2013.
- DURÃO, René Pierre Caputo. **O Apoio Logístico para a Brigada de Operações Especiais: O Batalhão de Apoio às Operações Especiais (uma proposta)**. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2005.
- FERNANDES, Mario. **Comando de Operações de Unidades Especiais (COOpUEsp): análise crítica**. 2002b. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2002.



Há 8 anos falando de doutrina.

O sucesso da Doutrina Militar Terrestre em Revista depende muito de você!

**Compartilhe conosco a sua opinião,
escreva um artigo!**



<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/issue/archive>
dmtrevista@coter.eb.mil.br
(61) 3415-5014 RITEX 860-5014

Endereço: OGEx Bloco H 3º Piso, Setor Militar Urbano, SMU - Brasília, DF, 70655-775





VOCÊ SABIA?



... que embora conte com antecedentes históricos bastante remotos, a doutrina de operações especiais, como a entendemos hoje, surgiu na Inglaterra, durante a Segunda Guerra Mundial? Unidades como os comandos, o *SAS (Special Air Service)* e a *SOE (Special Operations Executive)* foram a alternativa encontrada pelo primeiro ministro britânico Winston Churchill para fazer frente à ameaça nazista, durante os primeiros anos da guerra, e que suas práticas bem-sucedidas se disseminaram para outras forças armadas ao redor do planeta.



...que o precursor da atual doutrina de emprego de forças especiais (F Esp) foi Thomas Edward Lawrence, o lendário “Lawrence da Arábia”, e que, durante a Revolta Árabe (1916-1918), o oficial britânico lutou ao lado de tribos nômades do deserto, fazendo da guerra irregular um recurso valioso, ajudando a complementar e ampliar a campanha aliada contra os turcos, na Primeira Guerra Mundial?

...que a doutrina ocidental de contrainsurgência tem como marco a campanha inglesa na Malásia, na década de 1950? E que o êxito dos generais Harold Briggs e Gerald Templer, na erradicação da guerrilha comunista, forneceu os princípios teóricos que, atualmente, regem as operações contra forças irregulares?

Colaboração: Cel Inf Visacro



ACEITE O DESAFIO DE ESCREVER!

Ações subsidiárias e missões de paz.
Sistemas de armas e equipamentos.
Inteligência e comando e controle.
Forças militares estrangeiras.
Manobra, Fogos e Logística.
Administração e Liderança.
História militar e tática.
Organização e doutrina.
Política e estratégia.
Outros assuntos.



Use uma linguagem clara, precisa,
concisa, direta e na voz ativa.
Peça para outras pessoas lerem e
revisarem o seu trabalho.

Conteste e discorde!

**Colabore com o desenvolvimento doutrinário.
A Doutrina do Exército precisa da sua opinião!**

Para obter mais informações, entre em contato com a equipe editorial.
E-mail: dmtrevista@coter.eb.mil.br ou portal.cdoutex@gmail.com
Telefones: (61) 3415-5014 e (61) 3415-4849
RITEX: 860-5014 ou 860-4849

Lições Aprendidas! Sua colaboração faz a diferença!

[Https://licoesaprendidas.eb.mil.br](https://licoesaprendidas.eb.mil.br)



**Acesse também os nossos produtos no
Portal de Doutrina!**

www.cdoutex.eb.mil.br

Comando de Operações Terrestres

PORTAL DE DOUTRINA DO EXÉRCITO

EM DESTAQUE

Sobre o CDOTEx

Produtos

Plataformas Digitais

Normas

Normas

Lições Aprendidas

Sistêmica de Acompanhamento Doutoriano e Lições Aprendidas

MINHA EM DESTAQUE

MINHA EM DESTAQUE

Lições Aprendidas

DOUTRINA MILITAR TERRESTRE EM REVISTA

OPORTUNIDADES DA DOUTRINA

Boletim Informativo dos Oficiais de Ligação do Exército Brasileiro junto ao US ARMY



TRADOC CAC MCoe MSCoE FCoE

DESTAQUES

C Dout Ex recebe réplica de obra rara do Senado Federal

(Brasília, DF) No dia 10 de setembro, o Centro de Documentação e Informação (CDOTEx) da Diretoria de Documentação e Informação (DDI) da Batalhão de Comunicação e Controle (BCC) realizou a cerimônia de entrega de uma réplica da obra "Capela das Minas", de Henrique Pauwels, dentro de suas instalações.



SADLA

Orientações
Informações
Colaborar Com Sua
Experiência

3002277

Hoje
Ontem

1183
2841

Diário de Acesso 05-02-2019 3079

Conclusão do Basic Officer Leader Course (BOLC) (Curso Básico para Líderes)

Fort Lee - VA, EUA - Em 13 de setembro de 2018, 28 militares brasileiros concluíram o ALTAJÁ (junior studentamento servindo no 1º Batalhão de Artilharia de Campanha), concluído o BOLC Leader Course.

Conclusão da Independência do Brasil no Centro de Documentação e Informação (CDOTEx) do Exército Francês

Em 2018, o Centro de Documentação e Informação (CDOTEx) realizada a cerimônia de comemoração do dia 7 de Setembro, dia da Independência do Brasil. O evento ocorreu no Centro de Documentação e Informação (CDOTEx).

Nova política aumenta disponibilidade para uso de videoconferências no Centro de Documentação e Informação (CDOTEx) do Exército Francês

A partir de 04 de setembro de 2018 o Centro de Documentação e Informação (CDOTEx) do Exército Francês aumentou a disponibilidade para uso de videoconferências no seu ambiente de trabalho.

COTER Boletim Informativo
Lições Aprendidas
Sistematica de Acompanhamento Doutrinário
e Lições Aprendidas